

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
DEPARTAMENTO DE GERONTOLOGIA - DGERO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GERONTOLOGIA - PPGGERO

LYDIANE DA SILVA FERNANDES VAZ FERREIRA

CONTEÚDO SOBRE O ENVELHECIMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL

São Carlos - SP

2023

LYDIANE DA SILVA FERNANDES VAZ FERREIRA

CONTEÚDO SOBRE O ENVELHECIMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Departamento de Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gerontologia pelo Programa de Pós-Graduação em Gerontologia. **Área de Concentração:** Gestão, Tecnologia e Inovação em Gerontologia.

Orientadora: Profa. Dra. Vania Ap. Gurian Varoto.

São Carlos - SP

2023

LYDIANE DA SILVA FERNANDES VAZ FERREIRA

CONTEÚDO SOBRE O ENVELHECIMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Departamento de Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gerontologia pelo Programa de Pós-Graduação em Gerontologia. **Área de Concentração:** Gestão, Tecnologia e Inovação em Gerontologia.

Orientadora: Profa. Dra. Vania Ap. Gurian Varoto.

Banca Examinadora:

Dr^a. Vania Ap. Gurian Varoto (PPGGero - UFSCar)

Dr^a. Keika Inouye (PPGGero - UFSCar)

Dr^a. Vanessa Bellani Lyra (Estácio de Sá)

São Carlos – SP

2023

Ferreira, Lydiane da Silva Fernandes Vaz

Conteúdo sobre o envelhecimento no ensino fundamental
/ Lydiane da Silva Fernandes Vaz Ferreira -- 2023.
105f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Vania Aparecida Gurian Varoto
Banca Examinadora: Keika Inouye, Vanessa Bellani Lyra
Bibliografia

1. Educação. 2. Gerontologia. 3. Ensino Fundamental. I.
Ferreira, Lydiane da Silva Fernandes Vaz. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por todo apoio e incentivo em minha jornada, por serem minha base e inspiração.

Á Julie por caminhar ao meu lado, por todo auxílio, força e apoio em tudo.

Aos meus amigos que torcem por mim e compartilham de minhas angústias, felicidades e trabalho árduo.

Á Professora Dr^a Vania Varoto pela orientação e parceria. Obrigada por todos os ensinamentos e por ter me guiado nesta jornada tão rica de conhecimentos.

Às Professoras Dr^a. Keika Inouye e Dr^a Vanessa Bellani Lyra pelas valiosas contribuições como membros da Banca de Defesa de Mestrado. Agradeço também à Professora Dr^a Letícia Pimenta Costa-Guarisco e Dr^a. Tassya Hemília Porto Bernardo pela gentileza do aceite da condição de suplentes na Banca de Defesa de Mestrado.

Ao PPGGero e os docentes do Programa por oportunizar os avanços na formação de profissionais para a área da Gerontologia.

Ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa de São Carlos por aprovar o desenvolvimento deste projeto, por suas contribuições à população deste município e por possibilitar tantos avanços acerca da temática do envelhecimento.

À Secretaria de Educação de São Carlos e à Diretoria de Ensino de São Carlos pela compreensão e parceria ao concordarem com o desenvolvimento deste projeto nas escolas deste município.

Agradeço em especial à minha querida avó, Julieta, que sempre torceu para que eu conquistasse meus sonhos. Gostaria que houvesse a oportunidade de apresentar os frutos de meu trabalho pessoalmente mais uma vez, mas sei que me acompanha, ainda que de outro plano. Obrigada por ser minha luz em vida e após ela.

RESUMO

A população brasileira está envelhecendo rapidamente, com projeções indicando que, até 2060, 25,5% da população será composta por idosos, totalizando 58,2 milhões de pessoas. Diante desse cenário, surgem cada vez mais estudos abrangendo diversas áreas relacionadas ao envelhecimento, como saúde, segurança, social e educação. Para garantir direitos e políticas públicas eficazes, as pessoas idosas contam com o suporte de Conselhos de Direitos, como o Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMI) em São Carlos, interior de São Paulo, que atua com representação governamental e da sociedade civil em várias esferas de sua vivência. Na III Conferência Municipal da Pessoa Idosa, foi aprovada a introdução de conceitos sobre o envelhecimento no currículo formal do Ensino Fundamental, com o intuito de preparar os alunos para uma vida longa. Este projeto se propôs a verificar conteúdo e concepções sobre o envelhecimento nas escolas públicas do ensino fundamental de São Carlos. É um estudo descritivo, exploratório com base em pesquisa quali-quantitativa e está integrado a uma pesquisa junto ao CMI. Foi aplicado questionário semiestruturado *online*, após adoção de princípios éticos em pesquisas. A análise foi pautada em conteúdo temático. Foi identificada visão positiva de profissionais da educação acerca da presença de conteúdos sobre o envelhecimento dentro das escolas, com ações pautadas no respeito e temas abrangentes relacionados às pessoas idosas. Entretanto, encontram-se lacunas na compreensão do envelhecimento como conteúdo e seu possível desenvolvimento, mesmo com indicações de ferramentas diversas que centralizam o estudante no processo de ensino-aprendizagem. É evidenciada a importância de construção de conteúdos estruturados para desenvolvimento direto com os estudantes. Faz-se necessária a formação complementar da gestão, coordenação e docência escolar, para que o tema seja aprofundado junto ao contexto escolar, com o objetivo de aproximar os alunos do conhecimento necessário para uma velhice saudável, proteção dos direitos das pessoas idosas e sensibilização de seu próprio processo do envelhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gerontologia. Ensino Fundamental. Idoso.

ABSTRACT

The Brazilian population is aging rapidly, with projections indicating that by 2060, 25.5% of the population will be made up of the elderly, totaling 58.2 million people. In view of this scenario, there are more and more studies covering various areas related to aging, such as health, safety, social and education. To ensure rights and effective public policies, older people have the support of Rights Councils, such as the Municipal Council for the Elderly (CMI) in São Carlos, in the interior of São Paulo, which works with government and civil society representation in various spheres of their experience. At the III Municipal Conference on the Elderly, the introduction of concepts about aging in the formal curriculum of Elementary School was approved in order to prepare students for a long life. This project aimed to verify content and conceptions about aging in public elementary schools in São Carlos. It is a descriptive, exploratory study based on qualitative-quantitative research and is integrated with a research with the CMI. An online semi-structured questionnaire was applied, after adopting ethical principles in research. The analysis was based on thematic content. A positive view of education professionals was identified about the presence of content on aging within schools, with actions based on respect and comprehensive themes related to the elderly. However, there are gaps in the understanding of aging as a content and its possible development, even with indications of various tools that center the student in the teaching-learning process. The importance of building structured content for direct development with students is highlighted. Complementary training in school management, coordination and teaching is necessary, so that the theme can be deepened in the school context, with the objective of bringing students closer to the knowledge necessary for a healthy old age, protection of the rights of older people and awareness of their own aging process.

PALAVRAS-CHAVE: Education. Gerontology. Elementary School. Elderly.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CAAEE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
- CMI – Conselho Municipal da Pessoa Idosa
- DGERO – Departamento de Gerontologia
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LBD - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PPGGERO - Programa de Pós-Graduação em Gerontologia
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
- SME – Secretaria Municipal de Educação
- TCT – Temas Contemporâneos Transversais
- UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Pirâmide etária nacional em porcentagem, por sexo: comparação dos anos 2012 e 2022	01
Figura 2. Projeção populacional do ano de 2023 por idade e sexo.....	02
Figura 3. Porcentagem da população abaixo de 15 anos de idade, de 1950 a 2100.....	03
Figura 4. Porcentagem da população acima de 60 anos de idade, de 1950 a 2100.....	03
Figura 5. Pirâmide etária da população no ano 2100, por sexo, no cenário IBGE/IPEA.....	05
Figura 6. Pirâmide etária da população no ano 2100, por sexo, no cenário de choque populacional.....	05
Figura 7. Pirâmide etária do estado de São Paulo em 2023, por sexo e idade.....	06
Figura 8. Pirâmide etária do estado de São Paulo em 2050, por sexo e idade.....	07
Figura 9. Pirâmide etária do município de São Carlos, SP, por sexo, do ano de 2023.....	08
Figura 10. Pirâmide etária do município de São Carlos, SP, por sexo, projeção para 2050.....	08
Artigo 1. Figura 1. Processo de designação da pesquisa de revisão bibliográfica.....	25
Artigo 1. Figura 2. Resultados da pesquisa com as combinações de 04 descritores e respectivas seleções alinhadas com o tema.....	28
Artigo 2. Figura 1. Representação das 6 macros das áreas temáticas dentre os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	42

LISTA DE QUADROS

Artigo 2. Quadro 1. Itens do questionário do estudo e suas questões para a coleta.....	46
Artigo 3. Quadro 1. Ações realizadas para o desenvolvimento de conteúdo do envelhecimento na escola e respectivos desenvolvedores.....	58
Artigo 3. Quadro 2. Imagem da pessoa idosa percebida pelos participantes, em relação às ações desenvolvidas ao tema sobre envelhecimento.....	60
Artigo 3. Quadro 3. Motivação do desenvolvimento de conteúdos sobre o envelhecimento nas perspectivas dos participantes do estudo.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Projeções populacionais brasileiras por faixa de idade (0-15 anos; 15-64 anos e mais de 65 anos) nos anos 2020, 2060 e 2100, segundo Bonifácio e Guimarães (2021).....	04
Artigo 1. Tabela 1. Resultados da pesquisa com 01 descritor nas bases de dados.....	25
Artigo 1. Tabela 2. Resultados da pesquisa com as combinações de 02 descritores nas bases de dados.....	26
Artigo 1. Tabela 3. Resultados da pesquisa com as combinações de 03 descritores nas bases de dados.....	26
Artigo 1. Tabela 4. Citação das 02 referências de alta relevância identificadas na base de dados <i>Lilacs</i>	28
Artigo 2. Tabela 1. Destaque de algumas propostas, eixos e esferas aprovadas na III conferência municipal da pessoa idosa de São Carlos, São Paulo, 2018.....	40
Artigo 2. Tabela 2. Conteúdos desenvolvidos sobre o tema envelhecimento.....	49
Artigo 3. Tabela 1. Relação de atividades e ferramentas sugeridas pelos respondentes para desenvolvimento de conteúdos do envelhecimento.....	64
Artigo 3. Tabela 2. Suporte do PPP e justificativa do respondente.....	65

SUMÁRIO

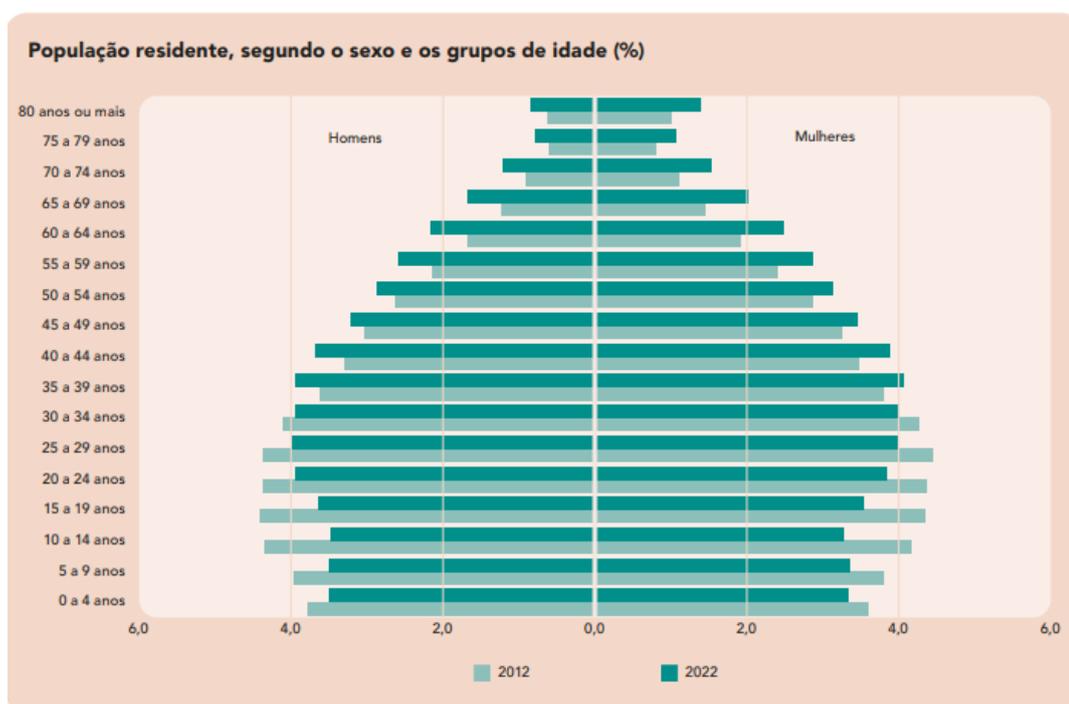
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVOS	15
2.1 Geral	15
2.2 Específicos	15
3. METODOLOGIA.....	15
4. RESULTADOS	17
4.1 Artigo 1: Ensino fundamental e o envelhecimento: revisão da literatura	18
4.2 Artigo 2: Escolas do ensino fundamental e envelhecimento: um estudo na cidade de São Carlos, São Paulo.	36
4.3 Artigo 3: Envelhecimento como conteúdo do ensino fundamental: um estudo com profissionais.	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6. REFERÊNCIAS.....	69
7. ANEXOS	79
7.1 Anexo 1: Termo de fiel depositário (autorização para estudos em documentos).....	79
7.2 Anexo 2: Parecer favorável da Secretaria Municipal de Educação de São Carlos (autorização para aplicação de questionário nas escolas municipais de Ensino Fundamental).....	81
7.3 Anexo 3: Parecer favorável da Diretoria de Ensino de São Carlos. (autorização para aplicação de questionário nas escolas estaduais de Ensino Fundamental).....	83
8. APÊNDICES	87
8.1 Apêndice 1. Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Para o respondente.	87
8.2 Apêndice 2. Questionário.....	90

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que está em rápido envelhecimento. De acordo com dados do IBGE (2021), estima-se que até 2060 o Brasil terá 25,5% (58,2 milhões) de habitantes idosos do total da população do país. Isso se deve ao aumento da projeção da esperança de vida que, para 2060, alcançará 81,04 anos (IBGE, 2021; MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016).

De acordo com a análise da pirâmide etária nacional por sexo do ano de 2022 (IBGE, 2023) é possível observar que, comparado ao ano de 2012, o Brasil teve um aumento no envelhecimento da população brasileira, com a diminuição da quantidade de grupos etários jovens e o aumento dos grupos etários de maior idade.

Figura 1. Pirâmide etária nacional em porcentagem, por sexo: comparação dos anos 2012 e 2022.



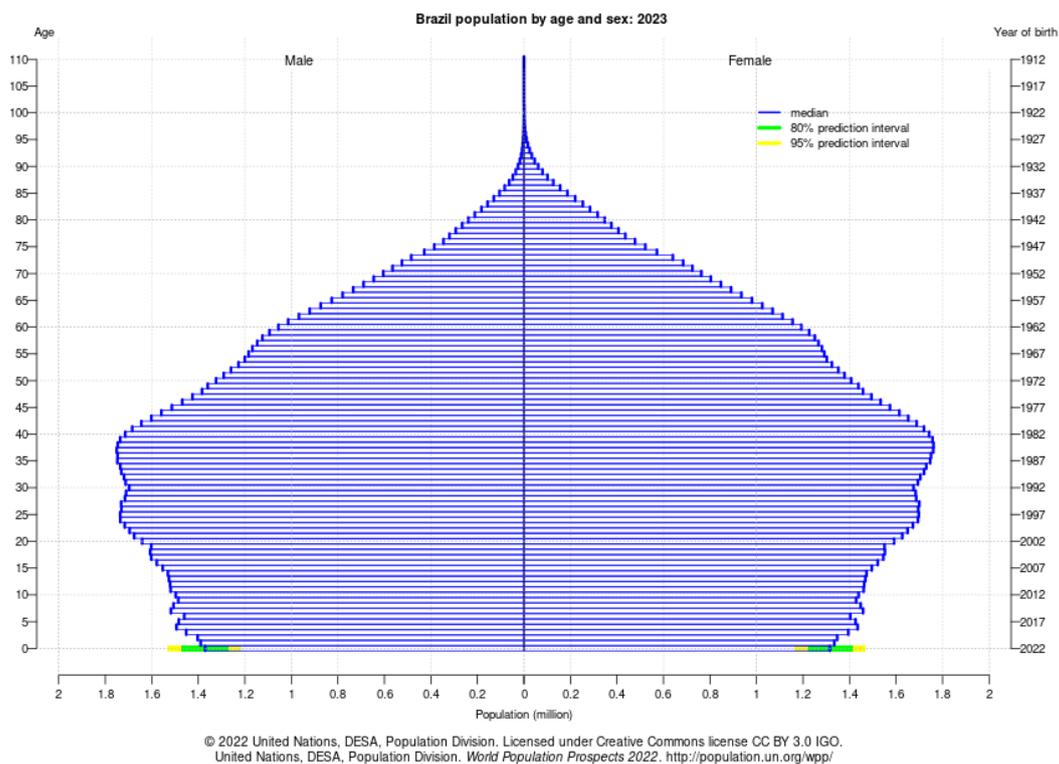
(IBGE, 2023, p.1)

Em 2012, as pessoas de 60 a 64 anos correspondiam a 3,6% da população, enquanto as pessoas de 65 anos ou mais correspondiam a 7,7% da população. No entanto, no ano de 2022, a porcentagem da população na faixa etária de 60 a 64 anos já representava 4,6%, enquanto as pessoas com 65 anos ou mais representavam 10,5% da população total. O oposto ocorre com o grupo etário mais jovem, na base da pirâmide etária, onde a faixa etária da obrigatoriedade do ensino fundamental, nas idades de 0 a 15 anos, apresentou diminuição significativa, com o total de 26,9% (IBGE, 2023).

Em projeção da população atual, a Organização das Nações Unidas (United Nations-

UN), nas perspectivas da população mundial desenvolvidas pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais Divisão da População, indica para o ano de 2023 a continuação do movimento da pirâmide etária, com diminuição da população com menos de 15 anos.

Figura 2. Projeção populacional do ano de 2023 por idade e sexo.

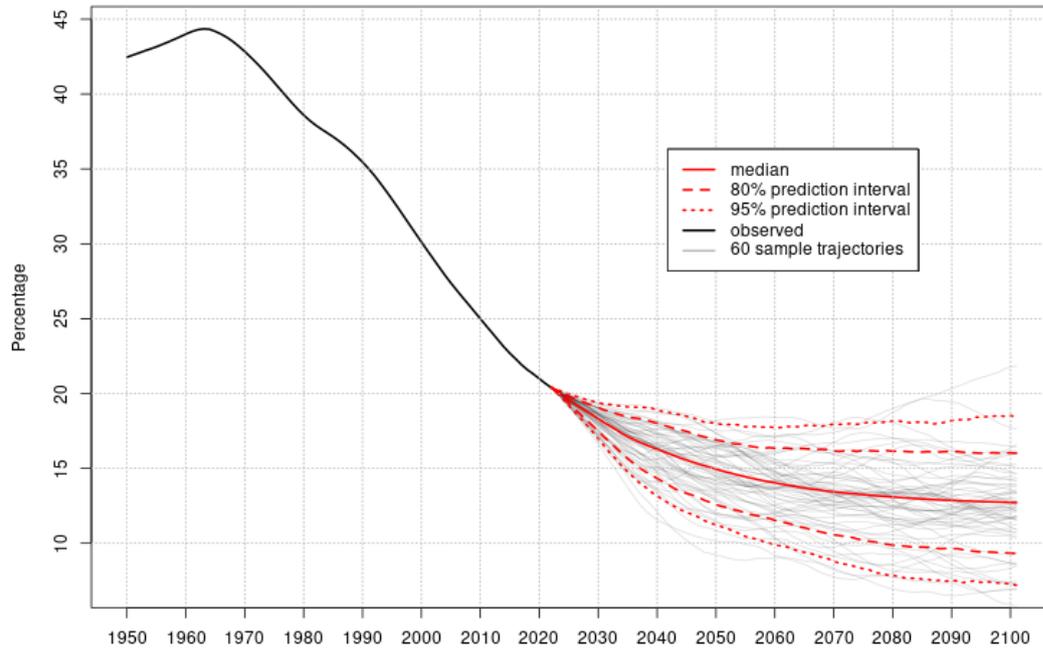


(UN, 2023, p.1)

Em comparação do movimento da densidade populacional das faixas etárias, a ONU apresenta o grupo etário abaixo de 15 anos (0 à 15) em progressiva queda, enquanto o grupo etário da população de 60 anos ou mais, em constante crescimento, observados nas figuras 3 e 4.

Figura 3. Porcentagem da população abaixo de 15 anos de idade, de 1950 à 2100.

Brazil: Percentage of population under 15 years of age

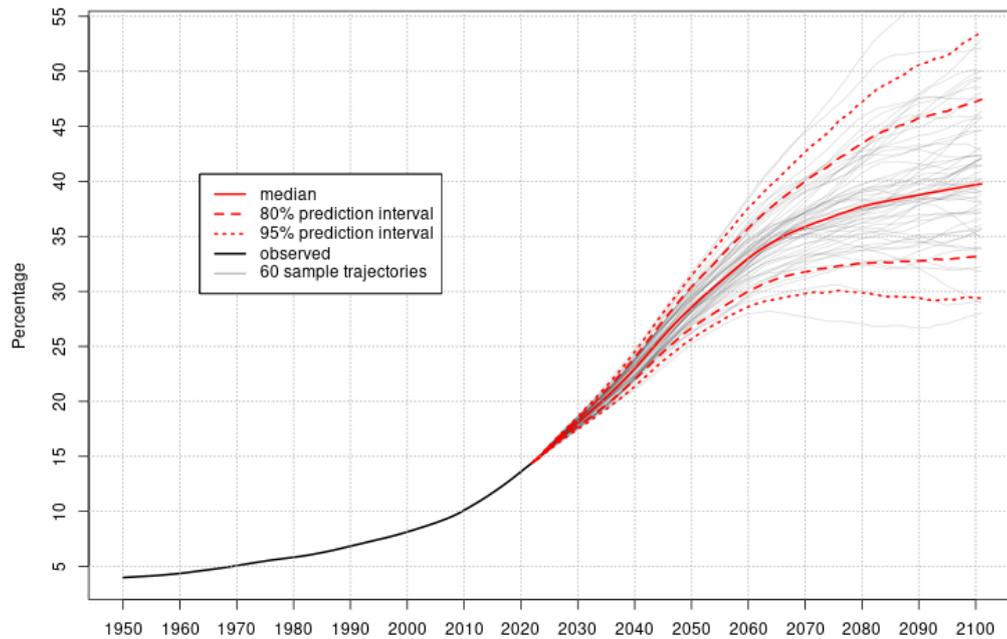


© 2022 United Nations, DESA, Population Division. Licensed under Creative Commons license CC BY 3.0 IGO.
United Nations, DESA, Population Division. *World Population Prospects 2022*. <http://population.un.org/wpp/>

(UN, 2023, p.1)

Figura 4. Porcentagem da população acima de 60 anos de idade, de 1950 à 2100.

Brazil: Percentage of population aged 60 years or over



© 2022 United Nations, DESA, Population Division. Licensed under Creative Commons license CC BY 3.0 IGO.
United Nations, DESA, Population Division. *World Population Prospects 2022*. <http://population.un.org/wpp/>

As projeções populacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) reforça as indicações da ONU em relação aos dados demográficos do Brasil, com indicações de hipóteses de projeções desenvolvidas com base no histórico nacional e na tendência de comportamento observada nos elementos de pesquisa, o que nos apresenta dados compatíveis com países avançados na transição populacional (BONIFÁCIO; GUIMARÃES, 2021).

Os dados do Ipea se apresentam por faixas de idades, organizadas de modo a não ser possível fazer distinção da faixa etária 60 anos e mais, que caracteriza a pessoa idosa, como indicado no Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2022). Entretanto se observa o movimento de queda do grupo etário abaixo de 15 anos, em concordância com dados da ONU e dados anteriores do IBGE, e também o aumento daquelas acima de 65 anos de idade, como representado na **Tabela 1**.

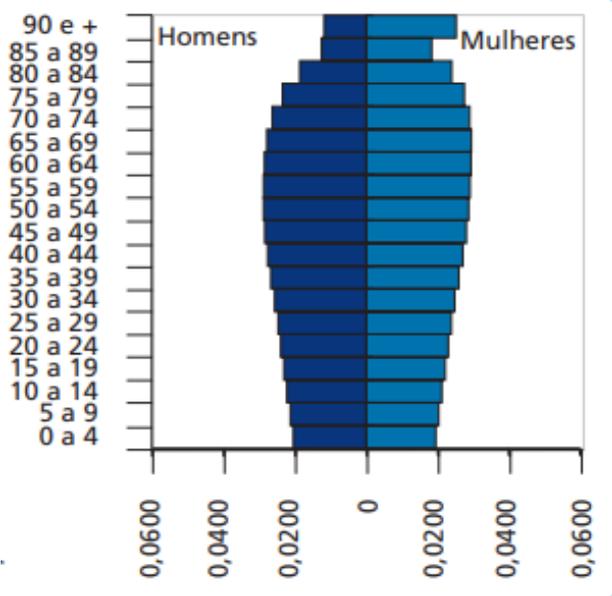
Tabela 1. Projeções populacionais brasileiras por faixa de idade (0-15 anos; 15-64 anos e mais de 65 anos) nos anos 2020, 2060 e 2100, segundo Bonifácio e Guimarães (2021).

Faixa etária	Cenário	Ano 2020	Ano 2060	Ano 2100
Menos de 15 anos	IBGE	20,9%	14,7%	13,5%
	Choque populacional	20,9%	12,3%	9,0%
15 a 64 anos	IBGE	69,3%	59,8%	57,0%
	Choque populacional	69,3%	60,4%	50,7%
65 e mais anos	IBGE	9,8%	25,5%	29,5%
	Choque populacional	9,8%	27,4%	40,3%

(Elaboração própria, 2023).

Assim, para o ano de 2100, as indicações do IBGE e Ipea apresentam uma inversão da pirâmide etária, com mudanças significativas para a população, que se encontrará com mais pessoas idosas, como indicado na **Figura 5** (BONIFÁCIO; GUIMARÃES, 2021)

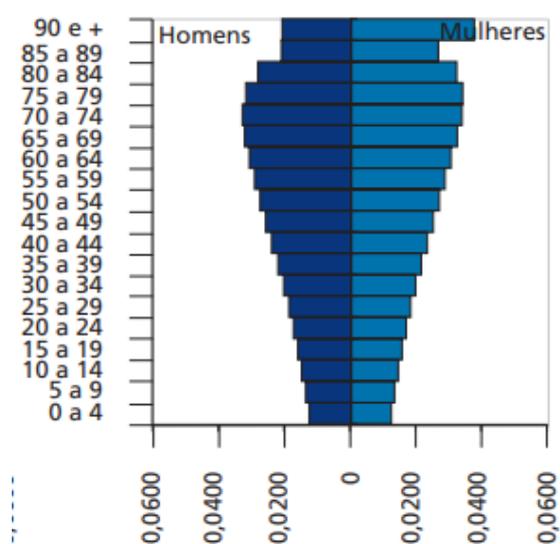
Figura 5. Pirâmide etária da população no ano 2100, por sexo, no cenário IBGE/IPEA.



(IPEA 2021 apud BONIFÁCIO; GUIMARÃES, 2021, p. 24)

A diferença entre a população com menos de 15 anos para a população idosa é ainda maior na projeção do cenário de choque populacional, com maior estreitamento da base da pirâmide etária e alargamento de seu topo. O cenário de choque populacional é relacionado à projeções em cenário alternativo, estimando menores níveis de fecundidade e de mortalidade em comparação àqueles previstos pelo IBGE, sendo utilizadas estimativas da ONU (**Figura 6**) (BONIFÁCIO, GUIMARÃES, 2021).

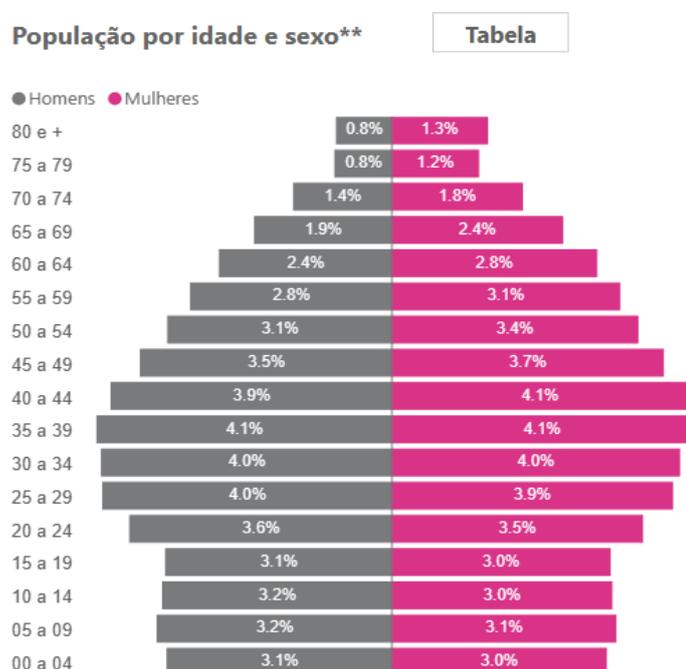
Figura 6. Pirâmide etária da população no ano 2100, por sexo, no cenário de choque populacional.



(IPEA 2021 apud BONIFÁCIO, GUIMARÃES, 2021, p. 24)

A grande proporção de pessoas idosas da população pode ser observada também no estado de São Paulo, o qual nos resultados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do estado de São Paulo, indica para o ano de 2023 um total de 16,8% de pessoas acima de 60 anos, enquanto na faixa etária de 0 à 14 anos, se apresenta 18,6% da população. Tais dados apontam que a pirâmide etária do Estado de São Paulo também apresenta a gradual inversão de sua forma (**Figura 7**) com o estreitamento da base e o alargamento do topo já em 2023 (SÃO PAULO, 2023a).

Figura 7. Pirâmide etária do estado de São Paulo em 2023, por sexo e idade.



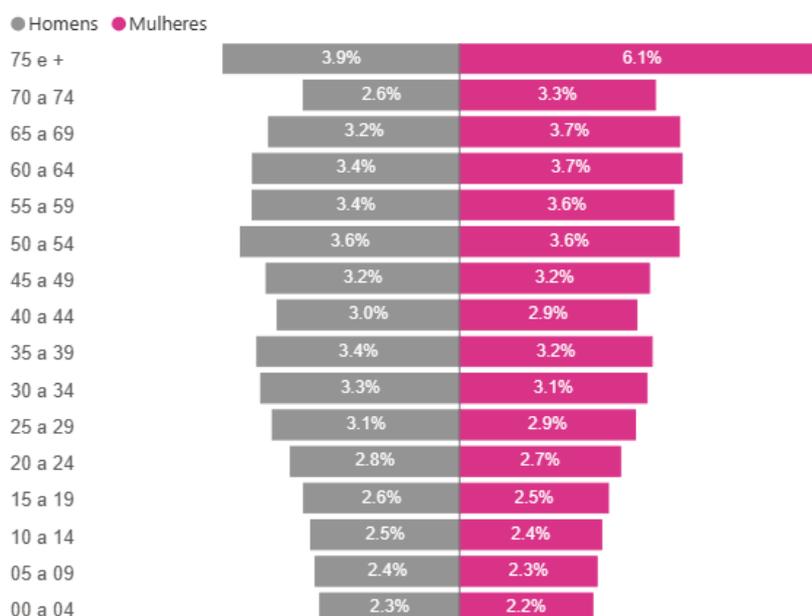
(SÃO PAULO, 2023^a, p. 1).

Seguindo cenário nacional, os dados de projeção para o ano de 2050 indica a inversão destes números, com a população idosa apresentando grande aumento, alcançando um total de 29,8% aproximadamente cidadãos paulistanos e a faixa etária de 0 a 14 anos, por volta de 14,0% crianças. O movimento de inversão da pirâmide etária pode ser visualizado com mais intensidade na pirâmide etária do ano 2050, como indica a **Figura 8** (SÃO PAULO, 2023c).

Figura 8. Pirâmide etária do estado de São Paulo em 2050, por sexo e idade.

População por sexo e idade

2050



(SÃO PAULO, 2023c, p. 1).

O Estado de São Paulo também apresenta crescente queda na taxa de fecundidade. No ano de 2021 sendo 43,53, enquanto em 2000 possuía taxa de fecundidade de 65,56, ou seja, houve uma queda de 22,03 da taxa de fecundidade do Estado em 21 anos (SEADE, 2023b). Em relação à esperança de vida ao nascer, dados apontam que o Estado de São Paulo, em superação ao quadro de aumento da mortalidade em decorrência da pandemia do vírus Covid-19, voltou à sua tendência crescente observada desde 2000. É dito que o ano de 2022 apresentou esperança de vida de 75,8 anos, quase alcançando seu maior número, 76,4 anos, do ano de 2019, interrompido pelas consequências dos anos pandêmicos (FERREIRA; CASTIÑEIRAS, 2023).

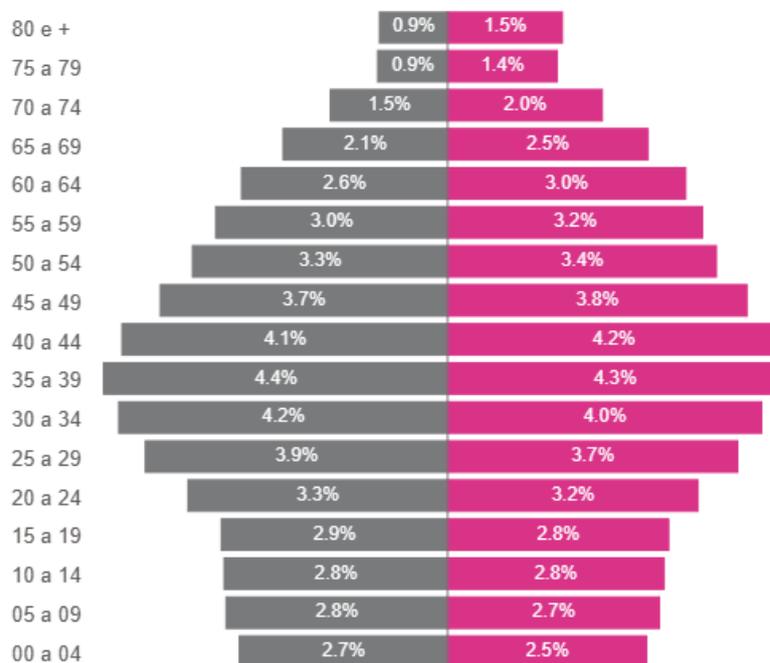
Em se tratando da cidade de São Carlos, SP, onde este estudo ocorreu, verifica-se que a demanda populacional observada na comunidade que está em crescente envelhecimento, em concordância aos níveis estaduais e municipais da população. A população idosa do ano de 2023 neste município é de 18,4% maior do que a população de 0 à 14 anos (16,3%), como observado na pirâmide etária (**Figura 9**) e a projeção para 2050 (**Figura 10**) indica ainda maior diferença entre pessoas idosas (34,3%) para crianças entre 0-14 anos (11,5%) (SÃO PAULO, 2023c).

Figura 9. Pirâmide etária do município de São Carlos, SP, por sexo, do ano de 2023.

População por idade e sexo**

Tabela

● Homens ● Mulheres



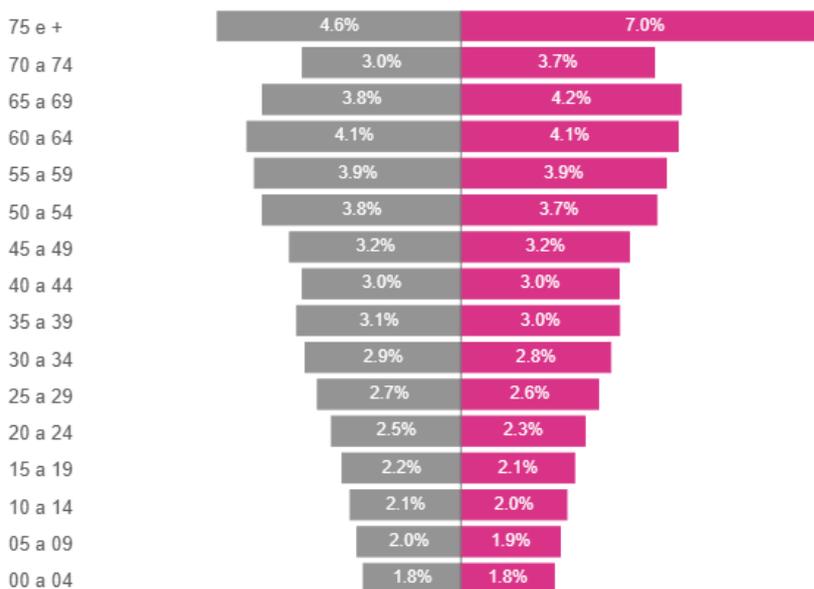
(SÃO PAULO, 2023a, p. 1).

Figura 10. Pirâmide etária do município de São Carlos, SP, por sexo, projeção para 2050.

População por sexo e idade

2050

● Homens ● Mulheres



(SÃO PAULO, 2023c, p. 1).

Com a prolongação da vida e cenários de ganhos positivos, é oportuno desenvolver ainda mais perspectivas de compreensão do envelhecimento que não destaque aspectos de perdas. Entretanto, esta população em processo de envelhecimento atrelado à longevidade irá necessitar de cuidados e atendimentos de suas novas demandas, o que faz de primordial importância a assistência contínua e atuações multidisciplinares para o bem-estar e promoção da saúde populacional (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016).

O fenômeno do envelhecimento populacional se encontra em escala mundial, tomando grandes proporções e que necessitam de cuidados específicos, voltados para o cuidado aos já em idade idosa, como tomar medidas de sensibilização aos que estão em processo de envelhecimento, com ações que visem a mudança da visão da sociedade acerca do envelhecimento (OMS, 2020).

De acordo com o documento da Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030, da Organização Mundial da Saúde (OMS), faz-se indispensáveis ações que englobam diferentes áreas de atuação para a promoção do bem-estar da população mais longeva e o combate ao preconceito (OMS, 2020).

A Gerontologia como ciência que estuda o envelhecimento nas suas diferentes dimensões, contribui e inova possibilidades do cuidado nas populações envelhecidas, para a pessoa idosa e para aquelas em processo do envelhecer. Esta ciência abrange uma estrutura interdisciplinar, um campo heterogêneo e dinâmico, além do desenvolvimento de ações integradas nas áreas do conhecimento biopsicossocial, e outras, como da educação formal e informal de todo ser humano (ALKEMA; ALLEY, 2006; UFSCar, 2018).

A integração das diferentes áreas do conhecimento e a aplicação nas diferentes dimensões da vida humana, introduzidas o mais cedo possível nos ciclos da vida, podem favorecer a conscientização e educação à saúde integral acerca do envelhecimento e dos principais cuidados ao longo da vida, além de, diminuir estereótipos negativos sobre a velhice (CAMACHO, 2002; ALKEMA; ALLEY, 2006; PRADO; SAYD, 2006; UFSCar, 2018).

Para a execução de ações favoráveis no contexto do envelhecimento das pessoas e da interação entre diferentes gerações, a participação social de cada cidadão, nas mais diversas representações sociais, a nível municipal, estadual e federal deve ser uma estratégia promissora para garantia de direitos, para qualquer cidadão e em especial para as pessoas idosas. Também, o avanço em pesquisas e debates sobre esta

temática colabora para a construção de propostas à melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivenciam o processo de envelhecimento e traz novas perspectivas de mudanças em comunidade mais envelhecidas (CAMARANO; KANSO, 2016; BRASIL, 2017a,b).

Batista (2014) afirma que a partir da Constituição de 1988 foram consolidados os direitos sociais e a criação de mecanismos de participação social, um destes sendo os Conselhos de Direitos, e os mesmos com atribuições de disseminar mecanismos educativos junto à população. A Lei 8.142/90 dispõe, para a área da saúde, a criação dos Conselhos como meio de participação e organização social de modo institucional. Os Conselhos são “*órgãos* colegiados, de caráter permanente e deliberativo” ou seja, são responsáveis por tomadas de decisões, acompanhando as políticas de saúde e aperfeiçoando-as (BATISTA, 2014, p. 32).

Os Conselhos atuam e promovem a participação social, exercitam as diferentes representações para fortalecer, construir e remodelar políticas públicas e estratégias articuladoras que favoreçam diretamente as necessidades individuais e do coletivo, e na perspectiva do envelhecimento das populações deve organizar ações que favoreçam processos educativos em cada município, alinhados com medidas preventivas e promotoras à saúde e garantia de direitos (BRASIL, 2017; BATISTA, 2014).

1.1 Conselho Municipal do Idoso de São Carlos

No município de São Carlos, o Conselho de Direitos do Idoso, denominado de Conselho Municipal do Idoso (CMI) foi instituído no ano 1998 de acordo com a Lei Municipal 11.870. Atualmente trabalha na representatividade de 14 conselheiros titulares e está vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS). Seu principal objetivo é elaborar e organizar medidas de proteção, e manejar as condições de atendimento da pessoa idosa em São Carlos (SÃO CARLOS, 2012).

Dentre as atribuições do CMI, consta o desenvolvimento de ações para viabilizar a participação do idoso e de representantes que se dedicam à prestação de serviços à pessoa idosa. Também, o CMI trabalha na disseminação de conceitos acerca do envelhecimento em distintos setores da comunidade, bem como promove estudos sobre o tema idoso e direitos (SÃO CARLOS, 2012; BRASIL, 2017b).

Outra ação de relevância dos Conselhos Municipais é a organização e desenvolvimento das Conferências. Em São Carlos, a III Conferência Municipal do

Idoso foi efetuada no ano de 2018, e dentre os participantes, a representação da sociedade civil e governamental foram de destaque na obrigatoriedade multissetorial e nas diferentes representações da comunidade (SÃO CARLOS, 2018; BRASIL, 2017b).

Na III Conferência Municipal do Idoso de São Carlos, 29 propostas foram aprovadas em diferentes eixos de atuação, e em especial no eixo relacionado a direitos fundamentais e o papel das políticas públicas, o tema relacionado a educação no ensino fundamental e temas do envelhecimento tiveram destaque, no sentido de sensibilizar e conscientizar os estudantes do ensino fundamental sobre o envelhecimento e respeito mútuo entre os mais idosos (SÃO CARLOS, 2018).

As propostas instituídas na referida Conferência, relativas à educação nas escolas, foram elencadas nas esferas municipal e estadual. A redação compõe:

Fortalecer nas escolas a nível municipal, o conteúdo a respeito do Envelhecimento e introduzir estagiários da área da Gerontologia vinculados à Secretaria de Educação; Fortalecer nas escolas a nível estadual, o conteúdo a respeito do Envelhecimento e introduzir estagiários da área da Gerontologia vinculados à Secretaria de Educação; Implantar na grade curricular do ensino fundamental conteúdos acerca da diversidade do envelhecimento e dos direitos da população (SÃO CARLOS, 2018, p. 3).

O desenvolvimento de conteúdos na Educação Básica, que é formada por Ensino Infantil, Fundamental e Médio, se dá pelo currículo formal, que são propostas e planos escolares, e o currículo em ação, atividades desenvolvidas nas escolas e nas salas de aula (SANTOS; PARAÍSO, 1996 *apud* PINHEIRO, 2015). A Educação Básica é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96), Diretrizes Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e demais resoluções (PINHEIRO, 2015).

O trabalho no âmbito escolar é articulado com distintas áreas do conhecimento, nas quais se desenvolvem projetos interdisciplinares em articulação com a comunidade escolar para a formação de um currículo democrático, a partir de uma prática inovadora (PINHEIRO, 2015). Também, nesta prática, o Projeto de Trabalho enquanto metodologia de atividade coletiva e participativa nas escolas deve ser observada e é por meio dele que se contextualiza o conteúdo (SENA; FINATTI, 2011).

A característica interdisciplinar torna o processo de ensino-aprendizagem via Projeto de Trabalho mais crítico e estimulador. A estratégia de ensino e busca de

informações, partes fundamentais de sua estrutura, podem contar com atividades diferenciadas, como: palestras, visitas, rodas de conversa, fóruns, estratégias lúdicas entre outras (SENA; FINATTI, 2011).

A reforma do currículo formal da Educação Básica faz parte da política de desenvolvimento do país, portanto deve ter consonância com seu projeto. As reformas educativas têm como foco o planejamento curricular e estão em curso no Brasil pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Básico e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DOMINGUES; TOSCHI; OLIVEIRA, 2000).

Na perspectiva de comunidades cada vez mais envelhecidas e uma tendência de aumento da longevidade, se faz necessário repensar o aprendizado de cada cidadão, desde a infância, a instituir medidas de educação à vida, à saúde, à cidadania, ao direito e dever de cada pessoa em planejar e direcionar uma vida digna e plena ao longo de cada fase. Neste sentido, entende-se que: *“a educação ao longo da vida não pode ser ignorada como elemento de independência dos idosos de hoje e de 2050. Ela pode ser vista como uma via de serviço de um desenvolvimento humano mais harmônico”* (BRASIL, 2017a, p.16).

Neste âmbito, a proposta de introduzir conteúdo sobre o envelhecimento na população em todas as gerações, começando pela infância, deve ser alinhado à proposta dos currículos das escolas em consonância com o fenômeno do envelhecimento das populações. A criança de hoje terá grande perspectiva de ter uma vida mais longa, e introduzir medidas de prevenção e educação em saúde são necessárias para a construção plena de uma vida com mais qualidade e dignidade.

O CMI de São Carlos tem desenvolvido várias ações no sentido de disseminar a consciência de cada cidadão acerca do seu próprio envelhecimento, e vem trabalhando nas diretrizes da III Conferência para ampliar, implementar os desejos e necessidades da população ali representadas, e registradas ao compromisso de atuação nas diferentes áreas da dimensão humana da pessoa envelhecida (SÃO CARLOS, 2018). Também, o CMI está ao longo dos anos desenvolvendo ações junto à comunidade na garantia dos direitos (BRASIL, 2017b).

O CMI de São Carlos está articulado com as Escolas do Ensino Fundamental para desenvolver ações ao fortalecimento do tema envelhecimento no dia a dia de cada Escola, e está em consonância com a proposta indicada na III Conferência e com as perspectivas adotadas para o envelhecimento saudável e bem-sucedido (BRASIL, 2017a; SÃO CARLOS, 2012). A necessidade de implementar no planejamento das

Escolas este conteúdo, com estratégias inovadoras que possam potencializar, sensibilizar e conscientizar o estudante a partir de atividades lúdicas pode ser um caminho interessante de desmistificar a velhice enquanto fase de perdas em detrimento aos ganhos. Neste âmbito, o CMI de São Carlos vem buscando possibilidades de trabalho conjunto e o uso de comunicação tecnológica tão presente nos últimos tempos.

Por outro lado, ainda não se têm dados concretos, nas Escolas do Ensino Fundamental tanto municipal quanto estadual de São Carlos, do desenvolvimento do conteúdo sobre envelhecimento nesses espaços. E se foram, quais conteúdos foram trabalhados? Em que perspectivas do envelhecimento?

De acordo com Vieira (2016) o fenômeno do envelhecimento populacional juntamente com as políticas públicas que assegurem o acesso à educação e ao envelhecimento saudável, justifica a relação que se propõe entre o envelhecimento e a educação, por meio de conteúdos no currículo escolar. As ações promotoras de envelhecimento ativo são diretrizes dos Conselhos de direitos principalmente as vinculadas ao CMI em virtude das projeções das populações envelhecidas e longevidade (BRASIL, 2017).

Mesmo garantido na Lei do Estatuto do Idoso o favorecimento de medidas para desenvolvimento do envelhecimento mais ativo e saudável, a literatura acerca deste conteúdo na educação formal brasileira mostra-se tímida (VIEIRA, 2016; BRASIL, 2016). O não desenvolvimento dos conceitos de envelhecimento desde a infância influencia a consolidação de pré-conceitos sobre o idoso e o processo do envelhecimento, que regem toda a vida de uma pessoa e afeta a relação da população com o idoso e com seu próprio envelhecimento (VIEIRA, 2016).

Algumas ações relativas às implementações de oficinas e sugestões de atividades voltadas para as escolas em relação ao tema do envelhecimento e do trabalho intergeracional são identificadas (SANTOS et al. 2011). No entanto, integradas às ações, é preciso observar a estrutura e conteúdo dos currículos escolares formais, e seguir as normas nacionais, ou seja, é preciso seguir as indicações do trabalho de conteúdos intergeracionais e do envelhecimento indicados no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Em relação ao município vinculado a este estudo, São Carlos, as indicações do CMI para implementar diretrizes da III Conferência, é necessário alinhar com as normas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e do Ministério da Educação.

Desta forma, este estudo se mostra relevante enquanto ação social por articular e mapear os conteúdos que as Escolas do Ensino Fundamental de São Carlos possam ter desenvolvido acerca do envelhecimento, na perspectiva de propor possíveis alternativas de conteúdos sobre envelhecimento ativo e saudável no contexto escolar.

A relevância do trabalho do tema no município de São Carlos denota o aumento da população idosa e também da quantidade de matrículas realizadas nas escolas de Ensino Fundamental pautado na importância de uma educação para o envelhecimento e na articulação do CMI com as escolas de Ensino Fundamental. As escolas são foco principal no desenvolvimento da proposta de inserção de conteúdo do envelhecimento o mais cedo possível, e o ensino fundamental parece ser um bom início.

Em São Carlos, no ano de 2021, houve 27.923 matrículas no ensino fundamental educacional. O município conta com uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de 97,9%, enquanto sua nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), contabilizada no ano de 2021, nos anos iniciais (1º aos 5º anos) do Ensino Fundamental totaliza 6,5 e nos anos finais (6º aos 9º anos) tendo a nota 5,7 (IBGE, 2023b, INEP 2021).

O IDEB foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e indica a qualidade do ensino, sendo medido pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pela taxa de rendimento escolar e as aprovações anuais, que comprovem o aproveitamento estudantil dentro do Ensino. A nota do IDEB do município de São Carlos indica a qualidade do ensino do mesmo, o que também, para este estudo, é um importante indicador visto sua relevância como objeto de estudo, bem como a parceria deste projeto com o CMI de São Carlos (MEC, 2018).

Este tema se mostra relevante e indica escassez no contexto brasileiro quando comparado a alguns outros países, como os Estados Unidos da América e Irlanda (HEALTH SERVICE EXECUTIVE, 2020; MCGUIRE, 1994). O Programa *Positively Aging* se caracteriza pelo desenvolvimento de materiais interdisciplinares de aprendizado que conta com conteúdo da gerontologia para sua elaboração nos currículos de ensino fundamental. A pesquisa desenvolvida por Lichtenstein (2001) indica que o uso desse material em classes regulares resultou em uma visão mais positiva das crianças em relação aos idosos, concluindo que materiais didáticos desenvolvidos com conteúdo acerca da gerontologia têm efeitos positivos em sua aplicação prática em sala de aula e desdobramento no próprio processo de

envelhecimento.

Enfim, este estudo está vinculado à linha de pesquisa 2 (Gestão, Tecnologia e Inovação em Gerontologia) do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia (PPGGero). O caráter multidisciplinar deste Programa, bem como as diversas áreas de ações do CMI de São Carlos fortalecerá medidas educativas e que produzam alterações de paradigmas sociais acerca do envelhecimento junto a alguns participantes do ensino fundamental. Também integrará duas grandes áreas do conhecimento: gerontologia e educação na garantia de direitos.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Verificar os conteúdos e concepções adotados sobre o envelhecimento nas Escolas do Ensino Fundamental de São Carlos.

2.2 Específicos

Realizar revisão bibliográfica acerca do tema por meio dos descritores educação, gerontologia, idoso e ensino fundamental;

Propor um conjunto de conteúdo básico sobre o envelhecimento a partir dos conteúdos identificados;

Propor estratégias articuladoras que possam favorecer e integrar os conteúdos básicos sobre o envelhecimento ao currículo formal das escolas municipais do município do estudo;

Dar resposta à comunidade sobre as ações e à inserção de conteúdos sobre o envelhecimento nas escolas de Ensino Fundamental de São Carlos elegidas na última Conferência Municipal do Idoso do município.

3. METODOLOGIA

Estudo exploratório descritivo com fundamentos na pesquisa qualitativa e quantitativa. A análise de dados será baseada no conteúdo temático à luz do referencial (BARDIN, 2016; MINAYO, 2014).

Este estudo está vinculado à pesquisa *“Conselho de direito da pessoa idosa: proposta de ações baseada nas diretrizes da conferência municipal de São Carlos”* desenvolvida em parceria com o CMI de São Carlos (**Anexo 1**) e o grupo de pesquisa Direito, Cidade e Envelhecimento do Departamento de Gerontologia (DGERO). O desenvolvimento do estudo seguiu as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), adotando todos os princípios éticos em pesquisa, com aprovação do CEP-UFSCar, com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) N.55278921.1.0000.5504, e aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foi efetuada uma reunião com a Secretaria Municipal de Educação para exposição do estudo e solicitação de autorização junto a esta Secretaria para inclusão junto ao processo do CEP-UFSCar. A Secretaria Municipal de Educação emitiu parecer favorável (**Anexo 2**) para o desenvolvimento da pesquisa junto às escolas municipais de ensino fundamental. Também foi solicitada autorização junto a esta Diretoria de Ensino, por meio de conversa telefônica e via *e-mail*, que também emitiu parecer favorável (**Anexo 3**) para o desenvolvimento da pesquisa junto às escolas estaduais de ensino fundamental.

Um questionário semi estruturado foi construído e revisado pela banca de qualificação da pesquisadora deste estudo. O questionário (**Apêndice 2**) consiste em três itens básicos:

1. Identificação da escola e do respondente: localização e fundação da escola, função, formação inicial e complementar dos respondentes;
2. Identificação de conteúdo sobre o envelhecimento: foco na identificação do desenvolvimento de ações com conteúdo sobre envelhecimento nas disciplinas estruturadas e a realização desse conteúdo, qual perspectiva da velhice é trabalhada;
3. Identificação das atividades com conteúdo sobre o envelhecimento: agrega questões sobre o currículo formal do ensino fundamental das escolas em seus Projetos Políticos Pedagógicos, bem como a possibilidade de inserção conteúdos sobre o envelhecimento e quais atividades poderiam ser desenvolvidas em sala de aula.

O questionário foi aplicado no formato virtual por meio da ferramenta *Google forms*, em virtude da adoção de medidas de enfrentamento da COVID-19, e pode ser respondido pelo diretor ou coordenador pedagógico da escola. Os responsáveis pela resposta do questionário puderam estender o convite de resposta do mesmo aos professores de sua escola para agregar aos conteúdos das respostas acerca da escola e também da coleta dos dados. Foi enviado por meio de convite por meio do CMI a todas as escolas públicas parceiras deste Conselho: Escolas municipais (10) e estaduais (34). O *link* de acesso e os documentos do CEP agregaram ao convite à participação do estudo.

Também houve uma etapa de revisão bibliográfica sobre o tema, utilizando bases

de dados científicas (*Medline, Lilacs, Scielo* e Periódicos CAPES no período 2011-2021), a partir das palavras-chaves: educação, gerontologia, idoso e ensino fundamental, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola.

Os critérios para inclusão das referências bibliográficas na pesquisa foram: produções completas, pertencentes às bases citadas e deve conter nas palavras-chave ou no título pelo menos uma palavra indicada nas palavras-chave deste estudo. Na sequência foram aplicadas diferentes combinações utilizando o operador *booleano* que sinaliza a intersecção de descritores selecionados recuperando os produtos científicos. Foram descartadas as produções em duplicidade e não disponíveis na íntegra.

Foi feita também a leitura do documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como forma de análise da estrutura formal e nacional de conteúdos da proposta curricular feita ao Ensino Fundamental, assim como a leitura do Currículo Paulista, currículo formal do estado de São Paulo que direciona e organiza os conteúdos do Ensino Básico do Estado (SÃO PAULO, 2019).

Toda a análise será organizada baseada no referencial do conteúdo temático em interface com as concepções sobre o envelhecimento na perspectiva ativa e saudável, em relação ao mais frágil. Foram construídas categorias a partir dessa análise à luz do referencial teórico (BARDIN, 2016).

4. RESULTADOS

A apresentação dos resultados se dá pela organização de 03 artigos científicos que refletem as etapas realizadas neste estudo. Estes artigos se encontram na íntegra em ordem de publicação, seguindo as normas de suas respectivas revistas selecionadas para publicação, sendo estas:

O artigo 1, **Ensino fundamental e o envelhecimento: revisão da literatura**, relacionado à pesquisa quali-quantitativa de revisão bibliográfica sobre o tema do envelhecimento como conteúdo do ensino fundamental, com a análise das produções encontradas sob a luz do referencial teórico, foi submetido à revista científica Contexto e Educação.

O artigo 2, **Escolas do ensino fundamental e envelhecimento: um estudo na cidade de São Carlos, São Paulo**, que tem como foco a análise das respostas dos itens 1, Identificação da escola e do respondente, e 2, Identificação de conteúdo sobre o envelhecimento, do questionário temática acerca de conteúdos do envelhecimento e respondido por profissionais que atuam em escolas do ensino fundamental do município de

São Carlos-SP, foi submetido à revista científica Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento.

O artigo 3, **Envelhecimento como conteúdo do ensino fundamental: um estudo com profissionais**, que retrata com maior foco o item 3, Identificação das atividades com conteúdo sobre o envelhecimento, do questionário semi aberto, relacionado à possibilidade de inserção de conteúdos do envelhecimento e seu desenvolvimento dentro das escolas de ensino fundamental do município, enviado para a revista científica Educar.

Assim, os tópicos a seguir retratam os artigos submetidos na íntegra.

4.1 Artigo 1: Ensino fundamental e o envelhecimento: revisão da literatura

INTRODUÇÃO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em suas projeções de 2021, indicou que a população idosa brasileira irá ultrapassar a marca de 60 milhões de pessoas idosas no ano de 2100, número esse que representaria 40% da população total do país. Um dos motivos para tal crescimento é o aumento da expectativa de vida projetada para um pouco mais de 81 anos em 2060 (IBGE 2021; MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016). Somado ao fenômeno do envelhecimento, verifica-se o aumento da redução da taxa de natalidade no país, o que indica que o Brasil está em processo de rápido envelhecimento da população (IPEA, 2021).

O baixo índice de natalidade no país somado ao aumento da expectativa de vida influencia na redução da população infantil. Em 2019 as crianças entre 0 e 9 anos somavam 26,9 milhões e os idosos 32,9 milhões, portanto o número de pessoas com mais de 60 anos era superior em 6 milhões (CABRAL, 2022; IPEA, 2021) . Ao longo dos anos o país vem apresentando crescimento negativo dessa relação, e em 2019 os idosos representavam 15,7% da população e as crianças até 9 anos, 12,8%. Em contrapartida em 2012 essa correlação era de 12,8% de idosos e 0 a 9 anos, 14,1% (CABRAL, 2022).

Sobre o “número de pessoas abaixo de 30 anos de idade no país caiu 5,4%, entre 2012 e 2021. No mesmo período, a população brasileira cresceu 7,6%, chegando a 212,7 milhões em 2021” (CABRAL, 2022, p.1). Neste sentido, o aumento de pessoas idosas brasileiras e da expectativa de vida, acompanha a tendência global neste segmento populacional, de acordo com o Relatório Social Mundial de 2023 do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (UNDESA, 2023).

Envelhecer é um processo irreversível, agrega possibilidades de se viver mais e buscar soluções para ampliar a qualidade de vida, assim como, este processo desencadeia desafios em diferentes áreas de atenção e proteção à pessoa idosa em todos os países que se deparam com esta realidade (UNDESA, 2023). A possibilidade de prolongar a vida e experimentar benefícios positivos permite uma nova perspectiva sobre o envelhecimento, e pode evitar a associação deste processo carregado de estigmas negativos em que se perde qualidade à vida e exclusão de potencialidades. A perspectiva de se viver mais e ter necessidades de cuidados mais assistidos são realidade em muitos países, e demanda abordagem multidisciplinar contínua, focada na promoção da saúde integral e bem-estar (IBGE, 2021; MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016).

Concernente às atuações multidisciplinares, a gerontologia como ciência está fundamentada nas áreas biopsicossociais e atua nas diferentes dimensões da vida: saúde, social, educacional, habitação, direito, justiça dentre outras. Nesta ciência, o eixo em processos investigativos científicos se torna um aliado para compreender as necessidades, desejos e demandas da população envelhecida, bem como aquela em processo do envelhecer (ALKEMA; ALLEY, 2006; UFSCAR, 2018). A gerontologia também se faz presente em espaços de educação formal e informal na perspectiva de ampliar processos formativos individuais e coletivos acerca do processo do envelhecimento em direção a uma vida mais ativa, saudável e funcional (ALKEMA; ALLEY, 2006; UFSCAR, 2018).

A atuação da gerontologia na educação, também possibilita discutir as peculiaridades de cada ciclo etário, proporcionar vivências e experiências entre gerações, potencializar temas de respeito entre as pessoas e com os mais idosos, por meio de leis e determinações das políticas públicas vigentes (BRASIL, 2003; 2022). Desenvolver o tema sobre o envelhecimento pode contribuir para a preparação das pessoas em seus ciclos de vida, promover oportunidades otimistas sobre o envelhecer e combater o ageísmo (McGUIRE, 2017).

Ao tratar de oportunidades otimistas para a velhice e a qualidade de vida no processo do envelhecimento, faz-se necessário o destaque para o envelhecimento saudável como conceito. De acordo com Speranza, Werley e Moreira (2022), este conceito data de tempos antigos, com a menção do filósofo Cícero e sua ideia de se alcançar idades avançadas com vigor. Entretanto, esta visão perdeu espaço com a popularização de estereótipos de um envelhecimento fragilizado, voltando à luz no final do século XX ao se debater novos paradigmas do envelhecimento por meio da gerontologia.

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o envelhecimento saudável se caracteriza como “processo contínuo de otimização da habilidade funcional e de

oportunidades para manter e melhorar a saúde física e mental, promovendo independência e qualidade de vida ao longo da vida” (OPAS, 2022, p.1), conceito fundamental para o atendimento das necessidades das pessoas em rápido processo de envelhecimento.

Com vistas a uma sociedade consciente acerca dos aspectos para um envelhecimento saudável, é necessário compreendê-lo nas dimensões: genético, social, comportamental, psicológico e outros. A compreensão mais consciente e esclarecedora sobre o envelhecimento poderá agregar ao longo da vida, comportamentos benéficos que propiciem o envelhecimento com qualidade de vida (SPERANZA, WERLEY; MOREIRA, 2022).

Speranza, Werley e Moreira (2022) introduzem a proposta de Butler (2011) com vistas a um envelhecimento saudável, destacando oito estratégias que alinham os aspectos do processo de envelhecimento. As estratégias são: “preservação da vitalidade mental; cultivo das relações pessoais; engajamento social e senso de propósito; preservação do sono; manejo do estresse; atividade física regular; alimentação saudável; prática de prevenção de doenças”.

O olhar mundial voltado para as ações da Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030 e sua relevância, sinalizam que se deve ampliar as pesquisas sobre o envelhecimento de forma integrada com os objetivos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e áreas de atuação, dentre elas, a educação (OMS, 2020). Alinhado a área da educação, a OMS ressalta a necessidade de implementar ações que diminuam a auto discriminação por idade, promover e “participar de campanhas visando aumentar o conhecimento e o entendimento público sobre o envelhecimento saudável” (OMS, 2020, p.10).

O desenvolvimento de temas sobre o envelhecimento ao longo do processo educativo formal tem sido indicado nos Estados Unidos da América como primordial e inovativo para construir e favorecer a interdisciplinaridade que envolve as dimensões da vida, potencializar medidas de prática de melhores anos à vida e promover atitudes mais favoráveis ao envelhecimento ativo (McGUIRE, 2017).

Desta forma, ações intergeracionais e formações continuadas sobre o envelhecimento devem ser aplicadas em todos os níveis educacionais e nas diferentes dimensões da vida. Essas ações quando introduzidas o mais cedo possível nos ciclos da vida, podem favorecer a conscientização e educação à saúde integral acerca do envelhecimento, e diminuir estereótipos negativos sobre a velhice (McGUIRE, 2017; UFSCar, 2018). As possibilidades de ações intergeracionais, na perspectiva do envelhecer melhor, também contribui na promoção do bem-estar da população longeva por meio de vivências e experiências entre as pessoas, e deve ser um tema de interesse de toda a população, uma vez que todos estão envelhecendo, assim como, do princípio primordial à vida (BRASIL, 1994; 2003; 2022).

Mendonça e Rauth (2022) abordam sobre a garantia de direitos das pessoas idosas e destacam nas Leis 8.842/94 e 10.741/03, que toda a sociedade deveria se aproximar deste fenômeno do envelhecer, entendendo-o e praticando possibilidades de envelhecer com qualidade. Os mesmos autores sinalizam que a inserção de conteúdos sobre o processo de envelhecimento nos currículos formais das escolas de ensino básico do país, é um direito da pessoa idosa, assim como, contribui para sensibilizar positivamente os mais jovens para o seu próprio envelhecimento, além de favorecer medidas de respeito e superação de preconceitos com os mais idosos para a prática de cidadania.

O conceito de cidadania, apresentado por Poziomyck e Guilherme (2022, p. 3), se caracteriza como “pleno exercício de direitos civis (liberdade, propriedade, igualdade perante a lei), direitos políticos (votar, ser votado, participar) e direitos sociais (trabalho, saúde, educação, previdência), todos garantidos por um Estado de Direito”. Neste sentido, praticar cidadania é dever de cada pessoa e está integrado em todos os ciclos de vida. Os direitos de cada pessoa devem ser praticados e respeitados de forma a contribuir em seu processo de envelhecer mais positivamente e com qualidade.

De acordo com Ferreira e Teixeira (2014), a ampliação e pluralidade dos direitos culminaram na transformação, e, expansão do que se conceitua como cidadania, ampliando suas dimensões e novos assuntos. Assim, integrado às diretrizes dos direitos humanos, os direitos das pessoas idosas entram em debate como “novos direitos”, a partir das necessidades da população frente ao fenômeno do envelhecimento.

A garantia dos direitos das pessoas idosas é um grande desafio, pois se verifica “a dificuldade não tanto de fundamentá-los ou justificá-los, mas, sim, de protegê-los”, mesmo que evidenciada na Política Nacional do Idoso (PNI), no Estatuto da Pessoa Idosa e na Política Nacional de Saúde do Idoso (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014, p. 164). O Estatuto da Pessoa Idosa abrange a garantia de direitos civis, sociais e políticos da pessoa idosa, reafirmando a participação social e cidadã da população em sua proteção.

Diz o Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003; 2022):

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Um dos principais meios de participação social é a atuação ativa dos Conselhos de Direitos. Esses Conselhos atuam como controladores de proteção de direitos e devem agregar medidas educacionais à população idosa e em processo de envelhecimento através de seus

membros representativos governamental e não governamental. Também, buscam revisitar e assegurar políticas públicas, por meio de estratégias que articulem de modo positivo as necessidades da comunidade (BATISTA, 2014).

A atuação dos Conselhos na perspectiva do envelhecimento, também é parte das estratégias o desenvolvimento de ações voltadas para a educação nos municípios, atendimento populacional, articulação de medidas preventivas para a promoção de saúde, assegurar os direitos das pessoas idosas e para aquelas em processo de envelhecimento (BATISTA, 2014; BRASIL, 2017; VAROTO, MIZUMUKAI, FERREIRA, 2022).

Diz a Lei 8.842/94, que dispõe sobre a Política Nacional da Pessoa Idosa, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, em seu Art. 10, III - na área da educação:

b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto (BRASIL, 1994).

A necessidade e urgência da indicação de conteúdos acerca do envelhecimento nos currículos de ensino formal são destacadas no Estatuto da Pessoa Idosa promulgado pelas Leis Ns.10.741/03 e 14.423, Cap. V, Art. 22 como:

Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização da pessoa idosa, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (BRASIL, 2003, 2022, *online*).

Nos currículos mínimos do ensino formal brasileiro, se faz alusão à educação básica do país, constituída por: ensino infantil, fundamental e médio. Os currículos são a organização dos conteúdos obrigatórios instituídos por documentos normativos como, por exemplo, Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propostas e planos escolares (BRASIL, 2018; SANTOS; PARAÍSO, 1996 *apud* PINHEIRO, 2015). Na BNCC verificam-se as indicações de conteúdos obrigatórios do currículo formal da educação básica e no tema transversal verifica-se indicação de conteúdos sobre o envelhecimento, e pode-se apontar que existe um alinhamento com a proposição do Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003; 2018; 2022).

A movimentação de implementar conteúdos sobre o envelhecimento na educação básica, parece ser escassa no contexto brasileiro, mas algumas ações se iniciam, a exemplo de Santos et al (2011) que exemplifica com oficinas e sugestões de atividades nas escolas sobre este tema, assim como, desenvolvimento em contexto intergeracional. No entanto, integradas

às ações, é preciso observar a estrutura e conteúdo dos currículos escolares formais, que seguem as normas nacionais, ou seja, é preciso seguir as indicações do trabalho de conteúdos intergeracionais e do envelhecimento indicados no Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003; 2022).

O desenvolvimento de conteúdos acerca do envelhecimento no ambiente escolar, destacado por leis e pela OMS, se fortalece pelo contexto escolar como um espaço de desenvolvimento do conhecimento. Junior (2022) indica que a escola proporciona para as novas gerações o acesso crítico ao conhecimento produzido por outras gerações, além de capacitar ao alcance de conhecimentos novos e aprimorar os processos de educação, e de cidadania.

Na perspectiva de comunidades cada vez mais envelhecidas e o aumento da longevidade, se faz necessário repensar o aprendizado de cada cidadão em todos os ciclos de vida. É necessário instituir medidas de educação à vida, à saúde, à cidadania, ao direito e dever de cada pessoa em busca de uma vida digna (Autor, 2022). Neste sentido, entende-se que “a educação ao longo da vida não pode ser ignorada como elemento de independência dos idosos de hoje e de 2050. Ela pode ser vista como uma via de serviço de um desenvolvimento humano mais harmônico” (BRASIL, 2017, p. 16).

O não desenvolvimento dos conceitos de envelhecimento desde a infância pode influenciar na consolidação de pré-conceitos sobre o idoso e o processo do envelhecimento, que regem toda a vida de uma pessoa e pode comprometer as relações interpessoais (VIEIRA, 2016). Desta forma, em que medida os processos investigativos estão avançando nesta temática? As produções científicas estão alinhadas com a perspectiva do envelhecimento nas diferentes gerações e nos processos educacionais formais? A partir desses questionamentos, este artigo apresenta a revisão bibliográfica sobre o tema.

OBJETIVOS

Realizar revisão bibliográfica acerca do tema do envelhecimento nas escolas do ensino fundamental de nível da educação básica, por meio dos descritores educação, gerontologia, idoso e ensino fundamental. Analisar as produções científicas identificadas na ótica do referencial teórico sobre o tema.

METODOLOGIA

Este artigo está vinculado à pesquisa “Conselho de direito da pessoa idosa: proposta de ações baseada nas diretrizes da conferência municipal de São Carlos” desenvolvida em

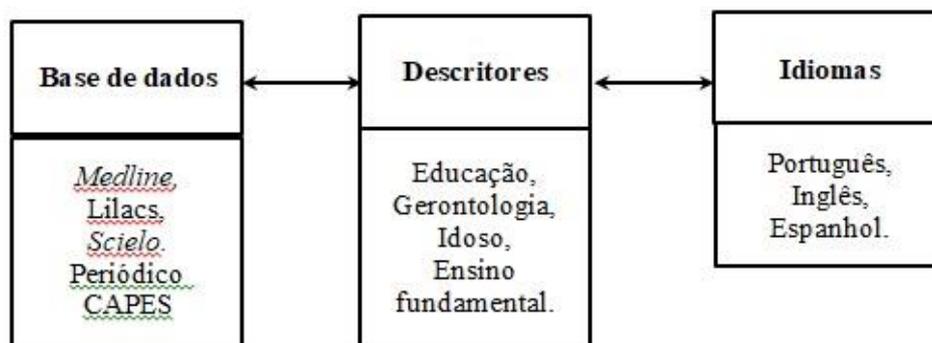
parceria com o Conselho Municipal do Idoso (CMI) de São Carlos, cidade do interior do estado de São Paulo e o grupo de pesquisa Direito, Cidade e Envelhecimento do Departamento de Gerontologia (DGERO). Este estudo é exploratório descritivo com fundamentos na pesquisa qualitativa e quantitativa. A análise de dados é baseada no conteúdo temático à luz do referencial (BARDIN, 2016; MINAYO, 2014).

O presente artigo trata da descrição de uma das etapas do estudo acima indicado, que trabalha sobre os conteúdos sobre envelhecimento desenvolvidos nas escolas de ensino fundamental de uma cidade do interior de São Paulo. Os dados foram coletados no mês de março do ano de 2022 e observou todos os princípios éticos em pesquisa (CAAE N.55278921.1.0000.5504).

A pesquisa está vinculada às diretrizes da III Conferência Municipal do Idoso de São Carlos que obteve vinte e nove propostas aprovadas em diferentes eixos de atuação, com destaque para a educação no ensino fundamental e temas do envelhecimento, tema pertencente ao eixo “direitos fundamentais e o papel das políticas públicas”. Neste eixo, duas diretrizes têm destaque em relação ao tema deste estudo: “fortalecer nas escolas a nível municipal, o conteúdo a respeito do envelhecimento [...]” e “fortalecer nas escolas estaduais, conteúdo a respeito do envelhecimento [...]” (SÃO CARLOS, 2018). Desta forma, as propostas resultantes da III Conferência Municipal do Idoso de São Carlos são indicações da comunidade, que apontam a importância deste estudo, com a reivindicação da população sobre a inserção de conteúdo do envelhecimento nas escolas.

Na etapa de revisão bibliográfica, detalhada neste artigo, foi desenvolvida por meio das bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (Lilacs), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período 2011-2021. Os descritores selecionados são: educação, gerontologia, idoso e ensino fundamental, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Foram consideradas as produções completas e de livre acesso.

Figura 1. Processo de designação da pesquisa de revisão bibliográfica.



(Elaboração própria, 2022)

No desenvolvimento da pesquisa foram aplicadas diferentes combinações entre os descritores e do operador booleano, pelas unidades simples e com todos os descritores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão bibliográfica apresentada neste artigo, foi efetuada por meio virtual, uso de equipamentos e recursos de tecnologia da informação. Esta opção foi alinhada com as medidas preventivas à saúde das pessoas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Foram aplicadas todas as combinações com os descritores selecionados, sendo eles: educação; gerontologia; idoso e ensino fundamental, e suas respectivas quantidades identificadas. A **Tabela 1** representa os descritores unitários.

Tabela 1. Resultados da pesquisa com 01 descritor nas bases de dados.

Base de Dados	Descritores			
	Educação (n)	Gerontologia (n)	Idoso (n)	Ensino Fundamental (n)
MEDLINE	253.553	3.924	1.295.868	3.468
LILACS	34.323	444	34.303	3.955
SCIELO	23.127	916	4.218	2.122
CAPES	114.675	3.179	15.283	22.261
TOTAL	425.678	8.463	1.349.672	31.806

(Elaboração própria, 2022)

As produções por unidade de descritores sinalizam um número alto para “idoso” e pode ter relação com o aumento da visibilidade do fenômeno do envelhecimento associado ao interesse da comunidade científica em avançar nesta temática. Ademais, essa tendência se mostra em evidência no mundo todo, por meio das diretrizes da OMS com vistas a implementar ações que promovam o envelhecimento saudável (OMS; 2020). A etapa de combinação com dois descritores está representada na **Tabela 2**.

Tabela 2. Resultados da pesquisa com as combinações de 02 descritores nas bases de dados.

Base de Dados	Descritores					
	Educação; Gerontologia. (n)	Educação; Idoso. (n)	Educação; Ensino Fundamental. (n)	Gerontologia; Idoso (n)	Gerontologia; Ensino Fundamental (n)	Idoso; Ensino Fundamental (n)
MEDLINE	1.032	32.232	1.894	2.655	5	314
LILACS	92	2.869	2.381	355	6	278
SCIELO	57	256	1.001	606	14	35
CAPEL	362	2.889	13.860	1.716	127	1.056
TOTAL	1.543	38.246	19.136	5.332	152	1.683

(Elaboração própria, 2022)

Os descritores “educação e idoso” apresentaram espectro maior em relação aos outros. No entanto, ao observar “educação e gerontologia” o número obtido não se apresenta tão alto, o que pode nos indicar diferentes nuances da educação em relação à pessoa idosa, ainda que pareça demonstrar que a integração entre educação e idoso tem avançado. O segundo maior resultado, “educação e ensino fundamental”, pode sugerir estudos de educação e puramente o ensino fundamental, havendo grande foco no desenvolvimento do ensino dentro desse ciclo da educação básica brasileira.

Na sequência, como indicado na **Tabela 3**, foi realizada a busca com as combinações com três descritores.

Tabela 3. Resultados da pesquisa com as combinações de 03 descritores nas bases de dados.

Base de Dados	Descritores			
	Educação; Gerontologia; Idoso.	Educação; Idoso; Ensino Fundamental.	Educação; Ensino Fundamental; Gerontologia	Gerontologia; Idoso; Ensino Fundamental.
MEDLINE	525	140	5	2
LILACS	74	97	5	5
SCIELO	38	4	2	11
CAPEL	298	680	75	108
TOTAL	935	921	87	126

(Elaboração própria, 2022)

Foi possível observar uma fraqueza nas publicações que agrupam “educação, ensino fundamental e gerontologia”, apresentando menor número de resultados na base de dados multidisciplinar SciELO (n=2), ao mesmo tempo que apresenta seu maior número de resultados em outra base de dados também multidisciplinar, a CAPES (n=75).

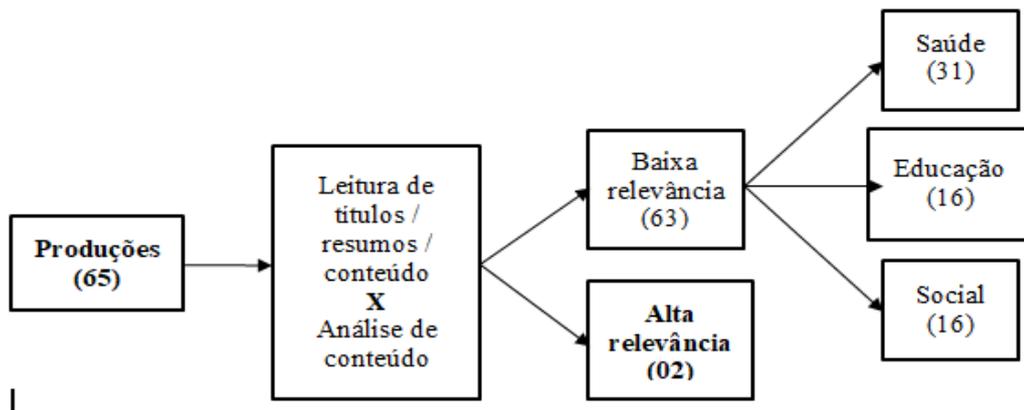
A base de dados CAPES apresenta em sua organização de lista de periódicos, de bases e de coleções, por agrupamento de revistas científicas e de conteúdo técnico-científico em 09 áreas do conhecimento, dentre elas a multidisciplinar. A multidisciplinaridade de áreas é característica primordial na atuação em gerontologia e deve ser adotada em áreas da educação formal. Neste sentido, a interface entre as combinações da “educação, gerontologia e idoso” se mostram relevantes nesta etapa do estudo (ALKEMA; ALLEY, 2006; CAPES, 2020).

Bicalho e Oliveira (2011, p.7) indicam que o conceito de multidisciplinaridade está ligado à “integração de conhecimentos por meio do estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina ou por várias delas ao mesmo tempo”. O conceito apresenta junção de disciplinas de modo a não perderem seu viés e metodologias cooperando entre si para a realização de pesquisas, entre outros.

Como já evidenciado, a discussão do envelhecimento no ensino fundamental brasileiro está relacionada a este fenômeno e indica a necessidade de maior atuação no âmbito multidisciplinar em direção aos cuidados à vida integral e com qualidade (IBGE, 2021; MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016). O conceito de multidisciplinaridade também é destaque na gerontologia atuante nas diferentes dimensões da vida, aproximando diversas disciplinas e assuntos específicos em colaboração contínua para o cuidado em todos os ciclos da vida (ALKEMA; ALLEY, 2006; UFSCAR, 2018).

Em consonância à combinação com os quatro descritores, alinhados ao tema central do estudo, verificou-se 68 produções entre as bases Medline (02), Scielo (02), Lilacs (04) e Periódicos CAPES (60). Das 68 produções, 02 foram excluídas por duplicidade e 01 por ser obra de não acesso livre, totalizando 65 produções para análise. Das 65 produções, ocorreu análise qualitativa por meio de conteúdo, sendo 02 de alta relevância ao estudo e o restante (63) de baixa. As principais áreas identificadas nas 63 produções de baixa relevância foram: saúde (31), educação (16) e social (16). A **Figura 2** ilustra esses resultados.

Figura 2. Resultados da pesquisa com as combinações de 04 descritores e respectivas seleções alinhadas com o tema.



(Elaboração própria, 2023)

O método utilizado para análise de dados foi a organização de categorias relevantes das produções, verificando título, resumo e conteúdo. O alto número de relevância baixa e classificação nas áreas de saúde, educação e social, se mostram nas áreas indicadas, os assuntos principais em interface ao cuidado da pessoa idosa em unidades de saúde e proteção social. Em especial à área da educação, o que se verificou é a relação da educação informal para pessoas idosas e a formação profissional na temática do envelhecimento, prioritariamente em situações de profissionais com os cuidados em saúde.

Em relação às produções de alta relevância (02), ambas na base de dados Lilacs e produzidas no contexto brasileiro, nos anos de 2011 e 2013. A Tabela 4 lista as 02 produções identificadas no formato de estrutura referencial.

Tabela 4. Citação das 02 referências de alta relevância identificadas na base de dados *Lilacs*.

Base de dados	Referências
---------------	-------------

1. ALBUQUERQUE, Marília Silva; CACHIONI, Meire. Pensando a Gerontologia no Ensino Fundamental. *Revista Kairós Gerontologia*; 16(5): 141-163, set. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/19001>

Lilacs

2. ZANON, Carla Bianca Ferreira Moncaio; ALVES, Vicente Paulo, CARDENAS, Carmen Jansen. Como vai a educação gerontológica nas escolas públicas do Distrito Federal?: um estudo com idosos e jovens. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*; 14(3): 555-566, jul.-set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232011000300015>

(Elaboração própria, 2023)

Referente ao artigo de alta relevância de autoria de Zanon, Alves e Cardenas (2011, p. 557), tem como objetivo, levantar opiniões acerca do envelhecimento em escolas de ensino fundamental e médio do Distrito Federal, por meio de entrevistas com alunos e idosos da comunidade, aplicação de questionário sociodemográfico e análise de oito propostas pedagógicas, além de “verificar que ações são desenvolvidas [...] no sentido de favorecer a formação de valores, hábitos e atitudes entre as gerações”

O método adotado pelos autores foi a pesquisa quanti-qualitativa e análise baseada em conteúdos teóricos. Foi utilizada a Escala Diferencial Semântica de Atitudes (Escala Neri), entrevistas com oito escolas, por meio de questionário semiestruturado e análise documental. Na Escala Neri, os adjetivos em oposição foram aplicados, medindo a intensidade das respostas em uma variação de cinco pontos. Para a análise documental de propostas pedagógicas, foram escolhidas escolas que mais pudessem apresentar “tentativas de educação gerontológicas e intergeracionalidade” (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011, p. 558).

Zanon, Alves e Cardenas (2011) discorrem sobre o preconceito contra a velhice e seus estereótipos, enquanto um problema que necessita ser solucionado no contexto escolar e como os alunos denotam este tema. Apontam que um caminho viável é o desenvolvimento de ações por meio das diretrizes do Estatuto do Idoso e da Política Nacional do Idoso e em situações que favoreçam a educação intergeracional. Desta forma, esta produção sinaliza na sua discussão que a educação é um agente de conhecimento, atrelado ao desenvolvimento de atitudes para que os alunos do ensino fundamental sejam cidadãos baseados em solidariedade, participação, pensamento crítico, favorecendo o desenvolvimento de convivências sociais de inclusão.

Os resultados apresentados pelos autores reforçaram a dimensão da gerontologia como ciência multidisciplinar, destaca as diferentes atitudes e sentidos acerca do envelhecimento. Os autores apresentaram o conceito de atitude enquanto “avaliações de indivíduos e grupos em relação a objetos sociais, para as quais concorrem processos afetivos e cognitivos”, fortemente ligadas a valores do que “a pessoa diz em relação ao que faz” (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011, p. 560).

Mesmo com evidências apontando para o envelhecimento como um processo multidimensional e diverso, as atitudes acerca da velhice se mostram majoritariamente negativas nas sociedades ocidentais. Entretanto, os resultados que trazem os autores apontaram para uma tendência mais positiva dos participantes em relação ao envelhecimento, com opiniões similares acerca da velhice dos jovens e idosos (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011).

Sobre o preconceito implícito evidenciado no estudo de Zanon, Alves e Cardenas (2011), desperta pensamentos e comportamentos que passam despercebidos ou até mesmo são replicados de modo inconsciente, e para sua exclusão, pode-se refletir explicitamente de diferentes formas por meio da educação intergeracional. As ações intergeracionais, também podem agregar inovações tecnológicas de ordem à inclusão digital e foi apontado pelos autores enquanto potencial a desenvolver ensino, aprendizagem com os mais jovens e idosos, a exemplo o Programa Internet Livre aplicado pelo Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP).

Outro ponto apresentado no artigo de Zanon, Alves e Cardenas (2011) é a percepção de maior independência da pessoa idosa, contrastando com a opinião dos jovens. Também se apresenta baixa a porcentagem dos participantes considerarem a pessoa idosa saudável, convergindo na opinião de que o principal indicativo de que se chegou à velhice é o aparecimento de doenças e debilitações físicas. Entretanto, parte das respostas das pessoas idosas (34%) indica “que a velhice é um estado de espírito” (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011, p. 561).

Sobre a aplicação da Escala de Neri e a identificação de adjetivos positivos da cognição da pessoa idosa, o “sábio” teve destaque e corrobora com Neri (1991) sobre sabedoria como sentido de memória, e experiência de vida. A reflexão de que em uma sociedade tecnológica com rápidas mudanças e uso de equipamentos digitais, coloca as pessoas mais idosas em um patamar de necessidades de adaptação com novas experiências e ouvir delas as possibilidades de união intergeracional para associar os novos conhecimentos (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011).

A rejeição da pessoa idosa foi apontada pelos autores e destacam a necessidade de reflexão sobre o respeito social na velhice, e a capacidade produtiva. A valorização da pessoa idosa na fase da aposentadoria poderia ser destacada enquanto potencial das experiências e processos cognitivos desenvolvidos ao longo da vida entre as diferentes gerações, e os locais de educação formal, poderiam articular essas possibilidades. Também, os resultados obtidos pelos autores indicam que as pessoas idosas “mais valorizadas pelos jovens entrevistados são os que aparentam mais juventude, vigor físico e disposição” (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011, p. 563).

Em relação aos resultados da análise documental de propostas pedagógicas, não foram encontradas atividades que possibilitem formação de valores e atitudes que objetivem a intergeracionalidade. Os autores obtiveram informações sobre ações isoladas nas escolas, desenvolvidas pelos professores e outros membros. E, por mais que tais ações sejam de

importância, não atendem às demandas educacionais para a formação de jovens cidadãos acerca do tema do envelhecimento, devido à sua complexidade e relevância. Entretanto, mesmo com tal produto, os autores afirmam que, em resultados aos outros passos metodológicos, foram obtidas mais atitudes positivas do que negativas em jovens e pessoas idosas, evidenciando que “não existe relação entre as variáveis ‘idade’ e ‘atitude’, uma vez que a opinião manifestada pelos idosos e pelos jovens foi semelhante” (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011, p. 564).

Por fim, as conclusões se voltam para a necessidade de um trabalho de base desenvolvido nas escolas, de caráter preventivo e que esteja em junção com outras áreas do conhecimento, voltado para trabalhos intergeracionais para que preconceitos e estereótipos sejam combatidos, por meio de trocas de experiências. “Os princípios voltados ao diálogo, que propiciam a dignidade, não podem ter fronteiras, devem transpassar todos os conteúdos escolares. Esses são justamente os conteúdos transversais” (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011, p. 564). Assim os autores afirmam que os conteúdos gerontológicos devem fazer parte do currículo escolar por meio de seu trabalho transversal, como já proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Os resultados de Zanon, Alves e Cardenas (2011) se assemelham à resultados nacionais e internacionais, o que indica desenvolvimento do tema envelhecimento e a relação intergeracional em diferentes contextos, reforça a importância da intergeracionalidade para a superação de estereótipos e preconceitos sobre a velhice. Também, destacam sobre a educação gerontológica em diversos espaços de educação, para além do espaço escolar, onde seja viável o trabalho da intergeracionalidade associado às indicações da OMS acerca do envelhecimento saudável, ativo e funcional em todas as idades.

O artigo de Albuquerque e Cachioni (2013) desenvolve os aspectos da gerontologia como tema transversal presente no currículo de ensino fundamental do Estado de São Paulo, oportunizando a educação para o envelhecimento dos estudantes. O objetivo do artigo é apresentar sugestões de temas que podem ser desenvolvidos com os estudantes, com propostas construídas por coordenadoras de cursos de graduação e pós-graduação em gerontologia no Estado de São Paulo, cuja análise foi baseada no conteúdo temático.

Outro objetivo do estudo foi “averiguar a implantação/execução do Parecer 298/08 - da Câmara de Educação Básica [...] nos currículos das instituições escolares de todos os níveis de ensino do sistema estadual de São Paulo, da rede pública e privada”. Este Parecer é referente à inclusão de conteúdos sobre o envelhecimento e respeito aos idosos nos currículos escolares do Estado de São Paulo. Além disso, foram realizadas entrevistas com coordenadores de

cursos de graduação e pós-graduação em gerontologia do Estado de São Paulo para coleta de sugestões de conteúdos gerontológicos junto aos currículos do ensino fundamental. Por fim, as autoras elaboraram diretrizes para o desenvolvimento de material-base com os conteúdos de gerontologia como tema transversal do ensino fundamental do Estado de São Paulo (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013).

A contextualização dos temas transversais em seu conceito propõe “uma escola mais articulada à realidade, estabelecendo diálogo com questões urgentes que interrogam a vida humana, que demandam transformações macrossociais e, também, atitudes pessoais”. Também, evidencia os temas transversais enquanto conteúdo social e o uso nas disciplinas curriculares como ferramenta para alcançar os objetivos (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 142).

Os temas são desenvolvidos integrando as disciplinas do currículo e são propostos baseados em critérios como “urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e favorecimento da compreensão e da participação social” (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 142). Desta forma, atendendo aos critérios educacionais e legislativos, bem como à Política Nacional do Idoso, Estatuto da Pessoa Idosa, entre outros, conteúdos sobre a gerontologia se tornou parte do sistema educacional junto aos temas transversais no Estado de São Paulo em 2008.

A justificativa para inserção deste tema é baseada à integralização da vida cidadã articulada com diferentes dimensões, tais como, cultura, saúde, meio ambiente, entre outros, assim como, da inclusão do conhecimento da pessoa idosa, do envelhecimento e da velhice. Em destaque ao Estado de São Paulo se lê que a “inserção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento não extrapolam aos demais estados brasileiros” (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 150).

A inclusão de conteúdos da gerontologia possibilita “compreensão da sociedade brasileira atual, visto que esta temática tem uma abrangência nacional e apresenta considerada urgência social, [...] além de ser uma grande possibilidade de autorreflexão [...]”, considerando o processo do envelhecimento contínuo e inerente a todo ser humano (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 142-143). Deste modo, desenvolver conteúdos que possibilitem a reflexão do processo do envelhecimento para o contexto do ensino fundamental é expandir as possibilidades das escolas em se aproximarem do contexto social em questão, e em especial em contexto de populações envelhecidas. Também, é possível envolver os estudantes a superarem estereótipos sobre a velhice e sobre seu próprio envelhecer, traçando medidas mais assertivas para um envelhecimento saudável, ativo e com qualidade.

O fenômeno do envelhecimento e a longevidade, presentes no contexto brasileiro, traz desafios sociais e das demais áreas das políticas de atenção, e cuidado à pessoa idosa. Associado a este fenômeno, observa-se a redução da população infantil, pontos abordados por Albuquerque e Cachioni (2013). As autoras discorrem com propriedade a ciência do envelhecimento e sua dimensão biopsicossocial, assim como, compreende que as ações de promoção, prevenção e cuidado devem acompanhar todos os ciclos de vida, e a educação gerontológica é um caminho promissor ao alcance desta perspectiva. A educação gerontológica se apresenta como uma importante possibilidade de quebrar estereótipos sobre a velhice e o processo de envelhecimento, “visto que promove troca de experiências, discussão de estudos e de pesquisas, que contribuem para a formação cidadã [...]” e “cria um potencial campo de construção de um novo paradigma sobre velhice” (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 144).

A evidência de ações educativas de conteúdos de gerontologia, é identificada em vários documentos, tais como: Política Nacional de Saúde do Idoso, Política Nacional do Idoso, Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (ONU), Parâmetros Curriculares Nacionais, Estatuto da Pessoa Idosa, Lei de Diretrizes e Bases, Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso e a Constituição Federal (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013 *apud* TODARO, 2008). Os conteúdos identificados nestas documentações salientam o tema do envelhecimento relevante socialmente e a aplicação de medidas para enfrentamento de preconceitos. Assim, é destacado que o enfrentamento de estereótipos sobre a velhice decorre de empoderamento e pode ser oportunizado aos estudantes por meio de reflexões sobre o próprio processo de envelhecimento, aplicando assim, a “educação gerontológica”.

Na produção de Albuquerque e Cachioni (2013) se encontra algumas iniciativas internacionais e nacionais relevantes ao tema de estudo. Elas citam, internacionalmente a experiências do Stealth Gerontology de Pruski e do PositivelyAging curriculum, que destacam ações intergeracionais articuladas no contexto educacional para a construção de respeito, cidadão consciente sobre o processo de envelhecer e diminuição de preconceitos. Nacionalmente, o estudo de Souza e colaboradores é citado pelas autoras, indicado um levantamento de conteúdo do envelhecimento em livros didáticos e do Programa Integrar. Essas experiências podem ser multiplicadas em outros municípios, considerando as características de cada um e denotam o principal caminho ações intergeracionais em espaços de formação formal e informal.

O desenvolvimento de ações nas salas de aula pelos temas transversais sobre a gerontologia, Albuquerque e Cachioni (2013) destacam em seus resultados que o trabalho é dinâmico e, é necessário estruturar uma base de ações, pautadas em conteúdos teóricos sobre o tema. Também, é afirmado que é necessária a autonomia das escolas para trabalharem os temas transversais e em seus projetos, para uma efetiva participação e ação das instituições de acordo com sua realidade, contexto e autonomia do professor e da escola. Sendo assim, é de grande importância que ocorra a instrumentalização da comunidade escolar com todos os envolvidos, para a efetividade e sucesso das ações.

Referente à instrumentalização da comunidade escolar, com a proposta para disseminação rápida, Albuquerque e Cachioni (2013, p.151) indicam um material para distribuição na rede de ensino do Estado de São Paulo, a fim de atingir “expectativas iniciais e atuaria a favor de um empoderamento gerontológico” e incentivar “a inserção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento nas salas de aula”.

Os temas propostos por Albuquerque e Cachioni (2013, p. 151) são:

1) Motivos para aproximação com a gerontologia nas trajetórias de vida; 2) Envelhecimento, gerontologia e sociedade; 3) Considerações sobre o Parecer 298/08 da Câmara da Educação Básica do Estado de São Paulo; 4) Importância da disseminação de conteúdos gerontológicos na rede de ensino fundamental; 5) Sugestões de temas gerontológicos a serem inseridos na realidade escolar.

Além da proposição de temas, o estudo de Albuquerque e Cachioni (2013) destaca que o contexto escolar e todos os envolvidos devem passar por momentos de sensibilização sobre o tema. Desta maneira, foi indicado o desenvolvimento sobre a “educação para o envelhecimento e a educação para o relacionamento intergeracional” cujo objetivo é desenvolver o trato do estudante com seu próprio processo de envelhecimento e as atitudes junto às pessoas idosas, bem como a inserção social da pessoa idosa (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 154).

O desenvolvimento de conteúdos gerontológicos nas escolas tende a “possibilidade de suscitar nos adolescentes um olhar ao próprio processo de envelhecimento, estimulando neles a noção do autocuidado e [...] a promoção do envelhecimento ativo [...]” (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013, p. 158). Também, proporcionará experiências intergeracionais e tende a influenciar nas atitudes mais positivas da velhice, também destacadas por Zanon, Alves e Cardenas (2011).

Albuquerque e Cachioni (2013) indicam um material-base, enquanto uma estratégia inicial, para aproximar os professores da área do conhecimento da gerontologia. Este material

está fundamentado em conceitos primordiais sobre o tema e denotam possibilidade reflexiva e de sensibilização individual, e coletiva.

São organizados em: Fases da Vida (discussão sobre os ciclos da vida como um processo contínuo, alinhando-se às disciplinas de Língua Portuguesa e Artes); Como e por que envelhecemos? (discorre sobre as características biopsicossociais do processo do envelhecimento, nas disciplinas de Ciências e Biologia); O mundo está ficando velho! (proporciona debates sociodemográficos acerca de pirâmides etárias em alinhamento com disciplinas como Matemática e Geografia); Quem é o velho de hoje? (desenvolve reflexões sobre a imagem da pessoa idosa em diferentes momentos históricos, em aspectos global e local, podendo ser trabalhado na disciplina de Língua Portuguesa); O que podemos ensinar aos idosos? (apresenta e desenvolve algumas atividades intergeracionais visando diálogos para além da escola, com oficinas e diversas questões acerca do contexto social); O que os idosos podem nos ensinar? (proporciona diálogos intergeracionais com participação de pessoas idosas e sugere algumas atividades da disciplina de História acerca de eventos, entre outros); O que farei para envelhecer com qualidade de vida? (relacionada a projetos de vida dos estudantes, oportunizando indagações que levem à reflexão sobre como querem chegar à velhice e qual o caminho escolhido para tal, vislumbre de futuro, trabalhando envelhecimento ativo, qualidade de vida e diversas disciplinas).

Por fim, Albuquerque e Cachioni (2013) concluem que temas sobre a gerontologia como proposta de tema transversal nas escolas oportunizam ganhos para a comunidade, despertam reflexões acerca do processo de envelhecimento individual e coletivo, e articula ações intergeracionais. Destaca também, a necessidade de estruturar e formalizar materiais base para o desenvolvimento de conteúdo, além de fomentar experiências com olhar crítico, diverso e multidimensional para o processo do envelhecimento nas escolas do ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a identificar e analisar os conteúdos científicos sobre o envelhecimento no ensino fundamental, por meio de revisão bibliográfica. Duas produções foram constatadas de alta relevância, relacionadas à construção de políticas educacionais e de garantia de direitos da pessoa idosa em níveis municipais e estaduais, bem como o desenvolvimento de conteúdos sobre o envelhecimento nas escolas de ensino fundamental. A produção científica no geral mostra-se escassa e a indicação do tema principal com a área da educação fica restrita para temas de educação para a terceira idade e de profissionais de saúde.

O Estado de São Paulo indica avanços relevantes introduzindo alguns temas transversais de gerontologia no currículo das escolas do ensino fundamental, e neste sentido, impulsiona movimentações e articulações de construções de políticas públicas para outros estados no âmbito do envelhecimento. Nesta perspectiva, o Conselho Municipal do Idoso da cidade de São Carlos, interior do Estado de São Paulo, articula estratégias como espaço de garantia de direitos da pessoa idosa e dos processos de envelhecimento no contexto do ensino fundamental. Pretende-se avançar em aspectos da educação, desenvolvendo meios de atender às demandas populacionais de inserção de conteúdo do envelhecimento nos currículos de escolas do ensino fundamental do município, impulsionando as indicações do Estado e indicando possibilidades a nível local, principalmente para as escolas municipais que atendem a um currículo próprio.

Este artigo destaca a produção de Albuquerque e Cachioni (2013), que propõe ações que vão além de trazer temas isolados para discutir a temática da pessoa idosa no ensino fundamental, mas também indica que os conteúdos gerontológicos devem olhar para o envelhecimento de forma a trazer mudanças em diferentes contextos da vida, envolvidos com os processos formais do ambiente escolar, com a sensibilização ao processo de envelhecimento dos próprios estudantes por meio de ações intergeracionais.

As duas produções de relevância, aqui apresentadas, corroboram entre si no destaque para a inserção de conteúdo sobre o envelhecimento nas escolas, implementar ações intergeracionais e proporcionar experiências e vivências que possam modificar positivamente atitudes frente ao envelhecer individual e do coletivo. Essas ações devem ultrapassar o limite espacial das escolas e deve favorecer ações na comunidade em geral. Neste sentido, os espaços articulados de participação social e construção do cidadão devem, e, podem contribuir nesta perspectiva inovadora junto a processos educacionais e de garantia de direitos a todos, e os conselhos de direitos se fazem presentes neste caminho.

4.2 Artigo 2: Escolas do ensino fundamental e envelhecimento: um estudo na cidade de São Carlos, São Paulo.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional tem se tornado uma realidade cada vez maior no mundo todo. Esta realidade tem produzido populações mais envelhecidas e estão associadas à redução da taxa de natalidade, ao desenvolvimento de melhores condições de sobrevivência,

como no tocante as melhorias em saúde, saneamento básico, acesso à educação, planejamento familiar dentre outras (UNDESA, 2023). O fenômeno do envelhecimento transcende a fase da velhice e está relacionado a todas as fases da vida de uma pessoa, e a sociedade em que está inserida “desde assistência médica à educação, até empregos e tributação” (UNDESA, 2023, p. 2).

Dentre os países da América Latina, o Brasil é indicado pela UNDESA (2023) enquanto uma região em estágio intermediário à proporção de pessoas envelhecidas em relação à população total do país, onde a inversão da quantidade de pessoas idosas e infantis ainda se encontra em processo transformativo. De acordo com o último censo IBGE realizado em 2022, o Brasil possui um percentual aproximado de 15,7% da população que corresponde às idades de 60 anos e mais, enquanto a população infantil, de 0 a 15 anos se encontra em 26,9% do total dos brasileiros (IBGE, 2023).

Observa-se que a população brasileira acima de 60 anos está em crescimento exponencial, enquanto a de crianças entre 0 e 15 anos tende a diminuir. É projetado que a população com 65 e mais anos chegará a representar 29,5% do total no ano de 2100, e a parcela da população de 0 a 15 anos, apenas 13,5% (BONIFÁCIO; GUIMARÃES, 2021). Deste modo, e considerando pessoas que irão ter maior longevidade, traçar medidas que garantam uma vida mais saudável, ativa e com qualidade se faz necessário, além de proporcionar ações de caráter interdisciplinar em todas as esferas da vida (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016; WHO, 2020).

A valorização do envelhecimento saudável e a necessidade de articulação de ações e políticas para assegurá-lo estão presentes no Plano de Ação da Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030, que destaca o trabalho intersetorial para a garantia de direitos em todos os ciclos da vida em prol de melhor qualidade. Consideram-se então aspectos para o envelhecimento saudável a construção diária de melhoria à vida em todas as dimensões com engajamento e não somente ausência de doenças (WHO, 2020).

O Plano de Ação da Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030 delinea diferentes ações e setores que podem favorecer a percepção da sociedade acerca do envelhecer e de quem é pessoa idosa. Uma direção de destaque envolve ações intergeracionais no contexto escolar, voltada ao envolvimento de solidariedade, combate ao preconceito de idade autodirigido, realização de campanhas e pesquisas para aumento do conhecimento e entendimento ao público acerca do envelhecimento saudável (WHO, 2020). Portanto, a promoção da integração entre diversas áreas do conhecimento e sua aplicação nas várias dimensões da vida, desde a fase inicial da vida, tem o potencial de beneficiar a

conscientização e educação sobre o envelhecimento e os cuidados essenciais em todas as etapas da vida (ALKEMA; ALLEY, 2006; CAMACHO, 2002; PRADO; SAYD, 2006; UFSCar, 2018).

É de suma importância compreender o envelhecimento como processo que acompanha a vida de cada pessoa, para maior possibilidade de sucesso à melhoria da qualidade de vida e possibilidade de sensibilizar acerca do próprio envelhecimento. Nesta perspectiva, soma-se a necessidade de destacar ao processo do envelhecimento ao alcance da velhice mais ativa, saudável sem focalizar especificamente em perdas que possam ser experienciadas ao longo da vida (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016; SPERANZA; WERLEY; MOREIRA, 2022).

Outro destaque sobre o fenômeno do envelhecimento é assegurar e garantir direitos, e em especial os das pessoas idosas, as legislações focalizam estas medidas, tais como a Política Nacional do Idoso, o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional de Saúde do Idoso (BRASIL, 1994; 2003; 2019). O desafio reside não tanto em fundamentar ou justificar esses direitos, mas sim em protegê-los de forma efetiva, considerando a participação social, o dever de proteção e atenção no cotidiano de cada município e estado (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014).

Um dos principais meios de efetivar a participação social é a atuação dos Conselhos de Direitos, que são órgãos colegiados responsáveis por tomadas de decisões, acompanhando as políticas de atenção e proteção, além de aperfeiçoá-las. A área da saúde vem ao longo do tempo desenvolvendo a participação e organização social por representatividade, pela Lei 8.142/90 que dispõe sobre a criação de conselhos e serviu como base para outros em diferentes áreas (BATISTA, 2014).

Os conselhos atuam e viabilizam a participação social, exercitam as diferentes representações para fortalecer, construir, remodelar políticas públicas e articular estratégias que favoreçam diretamente as necessidades individuais e coletivas. Na perspectiva do envelhecimento das populações, os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, devem expandir e organizar ações que favoreçam processos educativos em cada município, alinhados com medidas preventivas e promotoras à saúde integral (BRASIL, 2017; BATISTA, 2014).

Em muitos municípios a atuação dos conselhos das pessoas idosas têm sido importantes alinhadas com as perspectivas do envelhecimento populacional. Em especial a cidade de São Carlos no interior do estado de São Paulo, demonstra este compromisso (VAROTO, MIZUMUKAI, FERREIRA, 2022). Este conselho, denominado de Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMI) foi instituído no ano 1998 de acordo com a Lei Municipal 11.870. Atualmente sua representatividade está organizada com 14 conselheiros titulares e está

vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS). Seu principal objetivo é elaborar e organizar medidas de proteção, e manejar as condições de atendimento à pessoa idosa no município, assim como, trabalhar na perspectiva de ações que visem ampliar medidas de favorecimento ao envelhecimento saudável e ativo para toda a população (SÃO CARLOS, 2012).

Dentre as atribuições do CMI, consta o desenvolvimento de ações favorecendo a participação da pessoa idosa e de representantes que se dedicam à prestação de serviços nesta perspectiva, com a identificação e atualização das organizações governamentais e não governamentais para governança de suas ações, e à disseminação de conceitos acerca do envelhecimento em distintos setores da comunidade (SÃO CARLOS 2012; VAROTO; MIZUMUKAI; FERREIRA; 2022).

O CMI também atua na promoção de estudos sobre o tema idoso e direitos, como o desenvolvimento do “Guia 60+”, uma listagem de serviços e produtos voltados à pessoa idosa do município de (VAROTO; MIZUMUKAI; 2023). Também, relativo à pesquisa científica, desenvolveu um levantamento de atividades remotas no período da pandemia da COVID-19 nos espaços de atendimento ao idoso e estudos de identificação de serviços e produtos para esta população (SÃO CARLOS, 2012; VAROTO, MIZUMUKAI, MOUTA, 2023; VAROTO, MIZUMUKAI, FERREIRA, 2022).

Em se tratando dos Conselhos de Direitos em geral, a organização e desenvolvimento das Conferências nas esferas federal, estaduais e municipais são destaques. Em São Carlos a III Conferência Municipal do Idoso, com a temática “Desafios de se envelhecer no século XXI e o papel das políticas públicas”, foi realizada no ano de 2018 com a representação da sociedade civil e governamental, comunidade em geral cumprindo a indicação estrutural de conferências (SÃO CARLOS, 2018; BRASIL, 2003). Neste evento, foram aprovadas 29 propostas agrupadas em quatro eixos distintos, sendo três delas em destaque na **Tabela 1**.

TABELA 1. Destaque de algumas propostas, eixos e esferas aprovadas na III conferência municipal da pessoa idosa de São Carlos, São Paulo, 2018.

EIXOS	PROPOSTA	ESFERA
EIXO I Direitos fundamentais e o papel das políticas públicas	Fortalecer nas escolas a nível municipal, o conteúdo a respeito do Envelhecimento e introduzir estagiários da área da Gerontologia vinculados à Secretaria de Educação	Municipal
	Fortalecer nas escolas a nível estadual, o conteúdo a respeito do Envelhecimento e introduzir estagiários da área da Gerontologia vinculados à Secretaria de Educação	Estadual
EIXO III Violação de direitos	Implantar na grade curricular do ensino fundamental conteúdos acerca da diversidade do envelhecimento e dos direitos da população	Federal Estadual Municipal

Fonte: Autoria própria, adaptado de São Carlos (2018), 2023.

As propostas da conferência acima se mostram alinhadas com as indicações de inserção de conteúdos transversais do processo do envelhecimento nas normativas educacionais vigentes, além de estarem em concordância às legislações de proteção à pessoa idosa. Essa indicação já contida na Política Nacional do Idoso, promulgada pela Lei No 8.842/94, Art. 10, III, salienta a área da educação e sobre a inserção de conteúdos sobre o processo do envelhecimento nos currículos dos diferentes níveis do ensino formal a fim de eliminar preconceitos, produzir conhecimentos de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa promulgado pela Lei 10.741/03, no Cap. V, Art. 22. (BRASIL, 1994; 2003; 2022).

Desta forma, a sensibilização e educação acerca do processo do envelhecimento deve ocorrer junto ao ensino formal para auxiliar na construção do conhecimento na área da gerontologia, da conscientização sobre este processo que todos vivenciam e diminuir atitudes ageistas. Iniciar esta caminhada por meio do Ensino Básico (EB) brasileiro, com medidas de educação escolar e desenvolvimento pedagógico é um caminho promissor (BRASIL, 1996; 2018).

O EB brasileiro, organizado entre os ensinos infantil, fundamental e médio, se caracteriza a partir garantia da educação escolar pública pelo governo e está regulamentado pela Lei 9.934 de 1996. A garantia de padrões mínimos de qualidade do ensino deve ser acompanhada de ferramentas para o “desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante [...]” (BRASIL, 1996, *online*). Seu objetivo é o desenvolvimento do estudante, por meio de formação comum para que ele exerça sua cidadania e lhe garanta ferramentas para outros níveis de ensino ou da vida

laborativa, a considerar seu contexto social, cultural e econômico (BRASIL, 1996).

Atualmente a base nacional curricular em vigência, é denominada de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada em 2018. Ela normatiza e define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas da EB, e é referência nacional para o desenvolvimento de currículos das redes escolares e em qualquer natureza institucional (BRASIL, 2018).

Quanto ao conteúdo curricular em relação à BNCC, é dito que ambos se integram para “assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica” com o trabalho de contextos dos conteúdos dos componentes curriculares a fim de serem significativos ao contexto do aluno e organização interdisciplinar desses componentes (BRASIL, 2018, p.18).

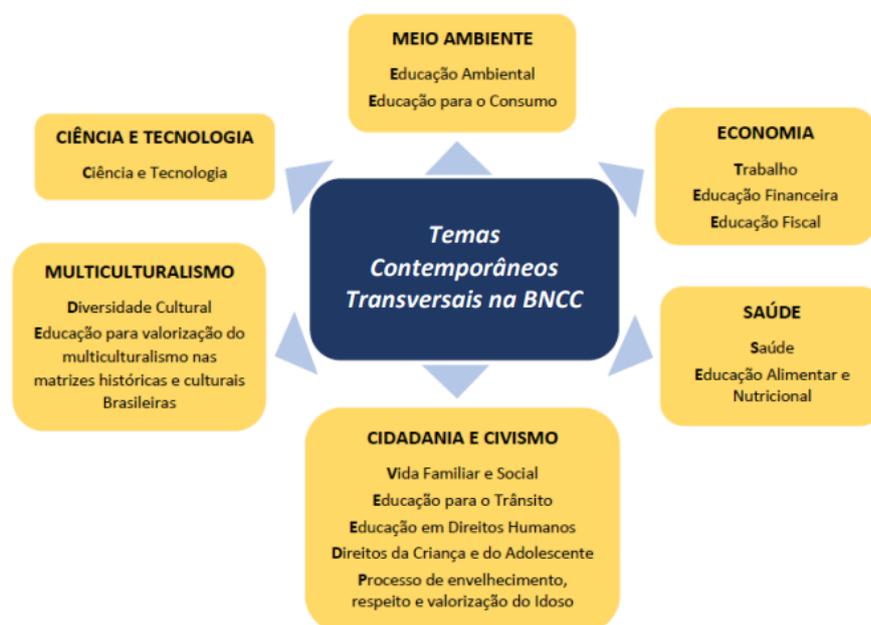
Quanto às competências gerais do EB, o Ensino Infantil tem por foco principal o desenvolvimento e aprendizagem por meio do brincar, explorar, conviver, participar, expressar e conhecer-se. O Ensino Médio é estruturado em quatro áreas do conhecimento, são elas: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas (BRASIL, 2018).

Quanto ao Ensino Fundamental, está pautado em cinco áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso, onde se identifica a integração de componentes relacionados às áreas de língua portuguesa, matemática, ciências, geografia, história e outros (BRASIL, 2018).

Inserido aos componentes curriculares citados anteriormente, é possível identificar subcategorias com unidades temáticas, onde elas “definem um arranjo dos objetos de conhecimento ao longo do Ensino Fundamental adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2018, p. 31).

Para além da organização relatada, ainda é apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) que “buscam uma contextualização do que é ensinado, trazendo temas que sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu desenvolvimento como cidadão” (BRASIL, 2019, p. 7). Os TCTs são desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento e são 15, organizados em 6 macro áreas temáticas (**Figura 1**).

Figura 1. Representação das 6 macros das áreas temáticas dentre os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).



(BRASIL, 2019, p. 13).

Neste contexto, observa-se que o processo de envelhecimento e combate ao preconceito à velhice estão agregados nos TCTs junto à normativa nacional, fortalecendo às medidas de educar para o envelhecimento saudável e ativo. Todo esse processo está amparado nas normativas do Estatuto da Pessoa Idosa, no Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16-Ensino Fundamental) para a garantia dos direitos das pessoas idosas, participação comunitária e social, assim como, assegurar direitos (BRASIL, 2003; 2019; 2022).

Os temas transversais representam a integração da escola com questões urgentes da vida humana, resultando em transformações em níveis sociais mais amplos e em atitudes individuais. Eles abordam preocupações sociais e utilizam as disciplinas curriculares como uma ferramenta para alcançar seus objetivos. Esses temas visam integrar diferentes áreas do conhecimento, promover uma abordagem reflexiva e global, e preparar os alunos para os desafios sociais (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013).

Os conteúdos relacionados aos temas transversais são desenvolvidos por meio da interligação entre as disciplinas do currículo, considerando critérios como urgência social, alcance nacional, viabilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, bem como a promoção da compreensão e participação social (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013).

A inclusão de conteúdos de gerontologia no ensino formal permite uma compreensão profunda dos aspectos de uma sociedade contemporânea e é considerado um tema de urgência social devido ao fenômeno do envelhecimento. Essa abordagem oferece a oportunidade de autorreflexão, já que o processo de envelhecimento é contínuo, capacitando os alunos a adotar

uma visão mais abrangente, sensível e humana nas relações com aqueles que estão envelhecendo. Isso contribui para uma sociedade mais inclusiva, consciente dos desafios e potencialidades desse processo (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013).

A implementação de políticas para promover o envelhecimento saudável na sociedade é garantida por lei. No entanto, as investigações mais aprofundadas sobre esse tema no contexto da educação formal ainda são limitadas, muitas vezes devido à dificuldade de integrar a gerontologia ao contexto das salas de aula e ao desenvolvimento de temas transversais (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013; BRASIL, 2016; VIEIRA, 2016). A exemplo, a cidade de São Carlos, São Paulo, vem ampliando a possibilidade de atuações de projetos integrados com a temática educação, direitos e cidadania, por meio do CMI e as escolas.

O município de São Carlos, respondendo às demandas derivadas da comunidade pela última Conferência Municipal do Idoso vem articulando possibilidades intersetoriais para tratar sobre o tema envelhecimento no EB. Desta forma, as escolas são o ponto de partida da proposta de inserção de conteúdo do envelhecimento o mais cedo possível, e o ensino fundamental parece ser um bom início, uma vez que é o primeiro momento em que a estrutura curricular se volta aos conteúdos organizados nos componentes curriculares de modo mais ativo.

Em São Carlos, em 2021, registrou-se 27.923 matrículas no ensino fundamental educacional. O município conta com uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de 97,9%, e a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021 indicou no Ensino Fundamental, 6,5 para os anos iniciais (1º aos 5º anos) e 5,7 para os anos finais (6º aos 9º anos), consideradas de qualidade boa ao município (IBGE, 2023; INEP, 2021).

O IDEB foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e indica a qualidade do ensino, sendo medido pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pela taxa de rendimento escolar e as aprovações anuais, que comprovem o aproveitamento estudantil dentro do ensino (BRASIL, 2018).

No Brasil, a educação em gerontologia nas escolas tem avançado timidamente e integrado de maneira discreta, em contraste com iniciativas internacionais nos Estados Unidos da América e na Irlanda (HEALTH SERVICE EXECUTIVE, 2020; MCGUIRE, 1994). O programa *Positively Aging* se destaca pelo desenvolvimento de materiais interdisciplinares de aprendizagem em gerontologia, incorporados aos currículos do ensino fundamental. Pesquisas conduzidas por *Lichtenstein* (2001) mostraram que o uso desses materiais em salas de aula convencionais resultou em uma visão mais positiva das crianças em relação aos idosos, indicando que o uso de materiais didáticos com conteúdo gerontológico tem efeitos benéficos

quando aplicados na prática.

Diante de comunidades envelhecidas e com tendência a aumentar o número de pessoas idosas e mais longevas em relação aos mais jovens, é necessário repensar a forma como cada cidadão compreende o envelhecimento e sua dimensionalidade ao longo de cada fase da vida, desde a infância. A compreensão deste processo pode auxiliar na construção de atitudes e medidas à educação para a vida, saúde, cidadania, direitos e deveres, com vistas ao planejamento de uma vida mais digna (VIEIRA, 2016). Nesse contexto, compreende-se que a educação ao longo da vida não pode ser negligenciada como um elemento crucial para a independência das pessoas idosas tanto no presente quanto em 2050 (BRASIL, 2017).

Neste âmbito, a proposta de desenvolver conteúdos sobre o envelhecimento na população com todas as gerações, começando o mais cedo possível, deve ser alinhado à proposta dos currículos das escolas em consonância com o fenômeno do envelhecimento das populações. Os mais jovens de hoje já vivem o contexto do crescente aumento da população idosa, e introduzir medidas de prevenção e educação em saúde são necessárias para a construção plena de uma vida com mais qualidade e dignidade (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011).

Ressalta-se a importância de integrar temas sobre o envelhecimento no planejamento escolar, por meio de estratégias inovadoras que sensibilizem e conscientizem os estudantes sobre esse processo. Essa abordagem pode ajudar a desmistificar a ideia de que a velhice é apenas uma fase de perdas, em detrimento de enfatizar seus ganhos. No entanto, ainda não existem dados concretos sobre a presença de conteúdos sobre envelhecimento nas escolas de ensino fundamental, em nível municipal ou estadual, em São Carlos. Portanto, este artigo propõe-se a investigar os conteúdos relacionados a esta temática.

OBJETIVO

Verificar os conteúdos e concepções adotados sobre o envelhecimento nas Escolas do Ensino Fundamental de São Carlos e propor um conjunto de conteúdo básico sobre o envelhecimento a partir dos conteúdos identificados.

METODOLOGIA

Estudo exploratório descritivo com fundamentos na pesquisa qualitativa e quantitativa. A análise de dados foi baseada na análise de conteúdo de Bardin (2016), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A análise foi tratada por identificação dos núcleos de sentido a luz do referencial teórico dos temas transversais da BNCC, organizadas em variáveis de categorias e inferências, assim como, integração nas categorias com a relação de representação da velhice fragilizada, velhice saudável, menções

ao PPP das escolas e ações pedagógicas, além de menções aos componentes curriculares e tema transversal do envelhecimento. A aplicação de estatística simples foi efetuada para tratamento de frequência e percentagem.

Este estudo está vinculado à pesquisa “Conselho de direito da pessoa idosa: proposta de ações baseada nas diretrizes da conferência municipal de São Carlos” desenvolvida no CMI de São Carlos e Departamento de Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos. O estudo adotou todos os princípios éticos, com aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) junto à Universidade Federal de São Carlos, com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) N°. 55278921.1.0000.5504, e aplicação do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (BRASIL, 2012; 2016).

O artigo analisa os conteúdos sobre envelhecimento nas escolas governamentais de ensino fundamental do município em questão. Todas as escolas de ensino fundamental (34 escolas estaduais e 10 escolas municipais) foram convidadas a participar do estudo. Os convites foram enviados junto de um questionário semiestruturado para os endereços de *e-mails* oficiais das escolas, fornecidos pela Diretoria de Ensino e Secretaria Municipal de Educação.

O questionário poderia ser respondido pelo diretor, ou coordenador pedagógico da escola, ou algum professor que fosse indicado pela coordenação pedagógica. Desta forma, as escolas poderiam enviar uma ou mais respostas. A amostra final foi deste estudo foi composta pela adesão de 7 escolas e 14 respostas.

O questionário e todos os documentos de apreciação ética em pesquisa foram sistematizados na plataforma *online Google forms*, disponibilizados às escolas pelo *link* de acesso e programado para três envios para garantia de resposta com intervalos entre eles entre os meses de agosto de 2022 e abril de 2022. A organização dos dados foi estruturada em planilhas do *software Microsoft* em integração com categorias determinadas pelo conteúdo analisado a luz da metodologia de Bardin (2016) e teoria sobre o tema.

A estrutura do questionário foi organizada em três principais itens representados no **Quadro 1**.

Quadro 1. Itens do questionário do estudo e suas questões para a coleta, município, SP, 2023.

Itens	Questões sobre
1. Identificação da escola e seu respondente	Perfil geral das escolas e dos respondentes.
2. Identificação sobre o conteúdo do envelhecimento	Desenvolvimento de conteúdos sobre o envelhecimento, relação com o currículo formal da escola, agente da ação desenvolvida com o conteúdo, em quais ciclos de ensino foram realizadas.
3. Identificação das atividades com conteúdo sobre o envelhecimento	O respondente identificou os conteúdos: quais foram as ações, qual imagem do idoso foi trabalhada, relação com o PPP da escola.
	O respondente não identificou os conteúdos: pensamento sobre a possibilidade de trabalho com a temática, quais conteúdos, quais atividades e de que como poderiam ser desenvolvidos os conteúdos do envelhecimento e oferta de suporte do PPP para tal.

(Elaboração própria, 2023)

Este artigo retrata especificamente os resultados sobre o perfil geral das escolas e do respondendo, e a identificação sobre o conteúdo do envelhecimento, correspondentes as análises dos itens 1 e 2 do questionário respondido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este item apresenta dois grupos: caracterização das escolas e seus respondentes e identificação sobre o conteúdo de envelhecimento.

Caracterização das escolas e seus respondentes:

Dentre as 34 (100%) escolas convidadas, 7 (20,6%) aderiram a participação, sendo 6 escolas municipais e 1 estadual. Sobre os participantes respondentes aos questionários, 14 pessoas compuseram a amostra. Uma escola municipal aderiu a participação com 7 respondentes, outra com 2 participantes e o restante, 5 escolas, um participante de cada uma delas.

Todas as escolas deste estudo estão localizadas em bairros fora do perímetro central do município, com os respectivos anos de fundação e sua quantidade: 2000 (3), 1992 (1), 1998 (1), 2016 (1) e 2020 (1). A partir dos anos 2000 parece ter ocorrido um movimento de estruturação e implementação de novas escolas municipais, e não se pode afirmar qual a movimentação específica para esta tendência, inferindo-se que pode ter relação com os planos de gestão municipal naqueles anos.

Os 14(100%) participantes são do sexo feminino, predomínio entre as faixas etárias de 40-49 anos (7;50%), 30-39 anos (3;21,5%), 50-59 anos (2;14,3%), 20-29 anos (1;7,1%) e 60-69 anos (1;7,1%). As mulheres adultas maduras estão em evidência neste estudo, uma pessoa considerada idosa e adultas jovens são a minoria. A integração das experiências das participantes junto a possibilidade de fortalecer medidas intergeracionais e compartilhamento

de vivências entre os mais jovens e com mais idade, pode favorecer o desenvolvimento de temas relacionados ao envelhecimento.

Quanto a formação profissional das participantes, verificou-se a área da pedagogia (9) em destaque, seguida de pedagogia e letras (2). A do magistério, letras e matemática foram identificadas com 1 resposta de cada uma delas. Sobre a formação complementar, 10 indicaram pós-graduação a nível de: especialização (5), doutorado (3) e mestrado (2), e o restante (4) não respondeu.

Todas as indicações de formação complementar estão relacionadas a área educacional e pedagogia e nenhuma com formação indicada aos aspectos do envelhecimento. Ao passo em que se discute a presença de conteúdos acerca do envelhecimento nas escolas, se faz imprescindível o desenvolvimento de temas de formação continuada neste âmbito (SPERANZA; WERLE; MOREIRA, 2022; VIEIRA, 2016). Além disso, mesmo indicado nas normativas educacionais o trabalho com o respeito à pessoa idosa e conhecimentos sobre o envelhecimento, não há menção à formação de profissionais capacitados.

Faz-se significativo revisitar as demandas populacionais ouvidas pela III Conferência Municipal da Pessoa Idosa de São Carlos onde se tem a aprovação de medidas para o estreitamento das relações do CMI com os setores da educação, além de agregar profissionais com competência nesta temática nas escolas (SÃO CARLOS, 2018). Este movimento auxiliaria no acesso à informação sobre a temática, na atuação do professor e na necessidade crescente da sensibilização dos estudantes para o seu próprio processo de envelhecimento e respeito à pessoa idosa.

Em relação às funções dos respondentes, nas escolas, as professoras tiveram destaque (9), seguida de diretores (3) e coordenadoras pedagógica (2). Sobre o tempo na função, entre 1 e 10 anos (7), 11 e 20 anos (5), e, 31 e 40 anos (2). Os anos de função em relação a função ocupada, parece indicar uma correlação entre carreiras estabelecidas enquanto servidor público na área de educação e pode denotar desempenho de funções de alto conhecimento sobre a instituição que estão vinculadas.

Identificação sobre o conteúdo de envelhecimento:

Sobre a indicação se conteúdos sobre o envelhecimento que já foram desenvolvidas na escola, a maioria (11) dos respondentes indicam que sim e 3 não. Dentre os dois com respostas negativas, foi observada discrepância pois correspondem a escola com maior número de participantes (7), e 5 deles indicam sim. A justificativa de uma delas é de pouco tempo de função na escola e que não conhecia sobre este conteúdo. Isso pode sugerir variações na implementação de conteúdos relacionados ao envelhecimento dentro da mesma

escola, baixo direcionamento ou conhecimento sobre o tema, sendo “livre” para ser ou não trabalhado em sala de aula, a depender do professor. Esta tendência parece ser observada quando indicado na BNCC sobre os temas transversais, porém sem garantia de desenvolvimento sobre eles (BRASIL, 2018; 2019).

As respostas positivas (11) podem ser atreladas ao empenho para além da formação destas profissionais, com a pesquisa sobre o assunto e análise de materiais para uso em sala de aula, compreensão dos documentos normativos e apropriação dos currículos educacionais aplicados no contexto escolar, exemplos similares observados no contexto internacional (EXECUTIVE, 2020; MCGUIRE, 1994).

A maioria das escolas inauguradas em 2000, bem como aquelas dos 1992 e 1998 apresentaram resposta positiva quanto aos conteúdos do envelhecimento, o que contrasta com a escola inaugurada no ano de 2020, que conta com resposta negativa. Este dado pode sugerir uma escola que está se adaptando seu currículo e contexto escolar à comunidade pode acolher conteúdos mais pedagógicos. Além disso, sua inauguração no início da pandemia de COVID-19 pode ter afetado seu desenvolvimento do conteúdo programático. Por outro lado, escolas com mais tempo de atuação tendem a ter uma cobertura mais ampla de conteúdos e mais possibilidades de envolvimento no contexto comunitário escolar.

A exceção de uma escola na observação de conteúdos do envelhecimento pode indicar uma lacuna no currículo. Isso pode sugerir uma falta de ênfase ao entendimento e à sensibilização em relação à temática do envelhecimento, o que pode ter repercussões negativas na conscientização dos estudantes sobre o tema e na promoção de uma cultura de respeito aos mais velhos e de envelhecimento saudável.

Os conteúdos sugeridos pelos participantes abrangem uma variedade de tópicos relacionados ao envelhecimento, organizados conforme sua relação com o componente curricular principal e os temas transversais. Os respondentes poderiam indicar quantos conteúdos pudessem reconhecer. Estes conteúdos foram realocados em subcategorias de acordo com o tema principal do que foi trabalhado seguindo a fala do respondente, obtendo, portanto 6 subcategorias atreladas ao tema transversal envelhecimento. Portanto, foram obtidos 17 conteúdos, todos relacionados ao tema transversal envelhecimento, identificados 04 componentes curriculares diferentes, como indica a **Tabela 2**.

Tabela 2. Conteúdos desenvolvidos sobre o tema envelhecimento

Conteúdos por componentes curriculares	Conteúdos de temas transversais	Subcategorias dos temas transversais
Ciências (3)	Envelhecimento (17)	Dia do Idoso (6)
História (1)		Ciclo da vida (3)
Geografia (1)		Estatuto da Pessoa Idosa (3)
Matemática (1)		Respeito (3)
		Lei dos
		Sexagenários/escravidão (1)
		Saúde/água como recurso natural e como fonte de hidratação (1)

(Elaboração própria, 2023)

Algumas atividades realizadas no desenvolvimento destes conteúdos, foram identificadas nas respostas, sendo elas: aula (1); material didático lúdico (1); projeto (3); roda de conversa (1).

O envelhecimento como parte dos temas transversais, aparece em conteúdos identificados em múltiplas respostas, como aqueles que trazem espaços onde podemos dar destaque à presença da pessoa idosa como o “Dia do Idoso”. Faz-se destaque também para a Lei Sexagenária em História, contextualizando o conceito de pessoa idosa, a relevância histórica da legislação para o respeito aos idosos e as características do processo de envelhecimento no período abordado.

A indicação de 4 componentes curriculares, de diferentes áreas do conhecimento, Ciências, História, Geografia, Matemática, com conteúdo indiretamente de destaque para a pessoa idosa, por exemplo, a água como recurso natural, reforça os apontamentos livres feitos por dois respondentes em seus comentários, que pode retratar o que se considera o trabalho com a temática na atuação do professor e do entendimento dela junto aos currículos normativos. As frases a seguir ilustram essa perspectiva:

(Participante 1): “Não separamos o envelhecimento como conteúdo, mas como parte de vários conteúdos em diversos componentes curriculares”;

(Participante 2): “É muito importante também como tema transversal.”.

Os conteúdos “ciclo da vida”, “Estatuto da Pessoa Idosa” e “respeito” também aparecem em destaque nas respostas das profissionais. Estes conteúdos podem indicar uma movimentação com abordagem aos direitos da pessoa idosa, contexto familiar do aluno,

história de vida e importância das pessoas idosas na sociedade. Entretanto, mesmo com a grande importância destes elementos serem desenvolvidos em sala de aula, é imprescindível trazer para o ambiente escolar estes conteúdos de modo aprofundado, o envelhecimento como um processo de caráter biopsicossocial e oportunizar espaços intergeracionais (SPERANZA; WERLE; MOREIRA, 2022; UFSCar, 2018).

A ausência de indicações voltadas para ações que envolvam o componente curricular “Educação Física” chama a atenção, uma vez que se encontram menções à saúde, mas não a prevenção em saúde e atividades físicas quando se fala sobre envelhecimento saudável e ativo. A relação da educação física com o envelhecimento saudável se faz necessária ao ter foco nas práticas corporais que possibilitam o reconhecimento do próprio corpo, ampliação de linguagens para maior expressividade e comunicação, além de oportunizar a valorização do corpo e abertura de espaço para ações de cuidado, prevenção de doenças e condições de fragilidade. Além disso, a educação física pode ter papel de destaque no combate da visão de perdas do envelhecimento, com reflexões sobre a prática e vivências de atividades físicas, possibilitando também reflexão crítica sobre o próprio processo de envelhecimento (ARAÚJO; MELLER; FARINA, 2019; GEREZ; VELARDI; CÂMARA; MIRANDA, 2010).

Zanon, Alves e Cardenas (2011) indicam que a educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento de conhecimentos e atitudes, promovendo nos estudantes do ensino fundamental valores de solidariedade, participação e pensamento crítico. Isso, por sua vez, estimula a construção de relações sociais inclusivas e o combate ao preconceito contra a velhice e seus estereótipos, com o apontamento de desenvolvimento de ações baseadas no Estatuto do Idoso e da Política Nacional do Idoso e na educação intergeracional.

Foi questionado se estes conteúdos foram previstos ou indicados pela orientação curricular de conteúdos a serem desenvolvidos com as turmas. De 14 respostas, 10 apontaram “sim”, e 2 “não”. Duas escolas indicaram “não se aplica”, o que pode sugerir uma falta de clareza ou foco nesse aspecto, no que diz respeito ao que é considerado conteúdo do envelhecimento presente nos currículos nacional e estadual, bem como as possibilidades de desenvolvimento do tema.

A maioria dos participantes indicou a previsão dos conteúdos sobre envelhecimento no currículo formal, possivelmente relacionada ao tema transversal presente na BNCC. Também pode ser uma referência direta ao Currículo Paulista, que orienta o desenvolvimento curricular em conformidade com os diferentes temas transversais, incluindo explicitamente o "processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso" (SÃO PAULO, 2019).

No currículo paulista, os temas transversais são evidenciados na área de Ciências

Humanas, com apontamento de seu desenvolvimento em habilidades também de outras áreas do conhecimento e destacando a necessidade da consideração do contexto escolar e suas especificidades (SÃO PAULO, 2019). Estes têm caráter “fundamental para que o estudante compreenda criticamente o mundo em que vive, propondo ações de intervenção para o desenvolvimento de uma sociedade justa, democrática, igualitária, inclusiva e sustentável” (SÃO PAULO, 2019, p. 298).

A presença de escolas que não integram conteúdos sobre envelhecimento no currículo formal pode refletir variações na abordagem educacional, devido a diferentes políticas escolares e recursos disponíveis, assim como diversidade na abordagem de conteúdos sobre envelhecimento, onde a maioria das escolas opta por sua integração, enquanto algumas indicam não abordar explicitamente o tema.

Alguns participantes mencionaram o desenvolvimento de conteúdos sobre envelhecimento em diversas turmas, incluindo "Ensino Fundamental I" (6), "Ensino Fundamental II" (2) e "Ensino Fundamental I e II" (2), enquanto outros não especificaram (4). Isso sugere o reconhecimento da importância de introduzir tópicos sobre envelhecimento desde as fases iniciais da formação dos alunos, também possivelmente relacionado à área de atuação dos participantes.

Se os respondentes indicaram que conteúdos sobre o envelhecimento foram desenvolvidos em suas escolas, mas não integrados ao currículo escolar, eles foram questionados sobre as atividades ou projetos que fundamentaram esse trabalho com os estudantes. Enquanto dois respondentes indicaram que não houve integração dos conteúdos, apenas um deles mencionou um projeto específico chamado "Projeto Idoso".

A indicação do “projeto Idoso”, extracurricular de uma professora, pode ter sido produto de uma parceria estabelecida com o ensino superior na área da gerontologia e o CMI, como mencionado implicitamente pela respondente, cujo principal objetivo foi disseminar conceitos sobre o envelhecimento, sensibilizar os estudantes sobre respeito à pessoa idosa, informar sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e seus direitos dentro das escolas de ensino fundamental do município (VAROTO, MIZUMUKAI, FERREIRA, 2022).

Em relação à questão sobre o agente do desenvolvimento dos conteúdos, foi observado o professor como principal ator deste papel (11), seguido de abstenções (2) e convidado (1). Uma das respostas que colocam o professor neste papel é do respondente que indicou o conteúdo como “Projeto Idoso”, o que sugere o desenvolvimento do material enviado pela parceria do ensino superior e CMI (VAROTO, MIZUMUKAI, FERREIRA, 2022).

De acordo com a possibilidade de indicação de conteúdos desenvolvidos por

convidados, cuja questão foi abordada no questionário. Embora, 1 resposta indicou a opção do “convidado”, foi citado abordagem sobre: “Material Dia do Idoso - cartilhas e desenhos para colorir” e “Posto de Saúde, Unidade de Saúde da Família e Instituto de Pesquisas”. Parece ser bem positivo esses elementos e mostra a possibilidade de parcerias estabelecidas com outros setores, dentre eles do setor de saúde da atenção primária (BRASIL, 2023).

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a base essencial do sistema de saúde, abrangendo diversas intervenções destinadas a pessoa e ao coletivo em comunidade. Seus objetivos incluem desde a promoção da saúde até a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a preservação da saúde, visando garantir uma abordagem global com impactos positivos na saúde das populações (BRASIL, 2023). A APS é caracterizada pela descentralização e proximidade comunitária, por meio de iniciativas como a Estratégia de Saúde da Família (ESF) dentro das Unidades de Saúde da Família (USF) que oferecem uma ampla gama de serviços multidisciplinares, incluindo consultas, exames, vacinações, e outros procedimentos, promovendo o acesso direto à saúde nas comunidades (BRASIL, 2023).

O conhecimento demonstrado pela professora sobre os níveis de atenção à saúde e o envolvimento de institutos de pesquisa pode sugerir uma abordagem direcionada ao envelhecimento, uma vez que a referência à Atenção Primária à Saúde (APS) pode indicar o foco em medidas preventivas e no trabalho para promover um envelhecimento saudável em sua prática educacional.

A abordagem acima, concentra especificamente nos professores como agentes de ensino, excluindo a possibilidade de conteúdos serem desenvolvidos por convidados externos. A maioria dos professores indicou conteúdos sobre envelhecimento no ensino fundamental I (9), seguido pelo ensino fundamental II (1). Três respostas divergiram, indicando que os professores não estavam envolvidos no ensino desses conteúdos, enquanto quatro participantes optaram por não responder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou a perspectiva dos profissionais da educação sobre o trabalho realizado nas escolas em relação ao tema do envelhecimento, e embora o foco principal seja no tema transversal, os resultados indicam uma visão positiva em relação à presença de conteúdos sobre envelhecimento nas escolas. Percebe-se um entendimento geral de que o envelhecimento permeia vários aspectos da vida e deve ser abordado de forma interdisciplinar, com ações intergeracionais, combate ao preconceito e consideração do contexto familiar dos alunos.

Constatou-se a falta de aprofundamento em gerontologia nas formações docentes, bem

como a ausência de profissionais especializados para oferecer suporte. Além disso, não foi possível determinar a profundidade com que esses conteúdos são abordados, nem recursos disponibilizados aos professores. A necessidade de ampliação dos programas educacionais para compreensão mais sensível em relação às questões acerca de pessoas idosas também foi identificada.

Assim, para o próximo passo de inclusão de conteúdos sobre o envelhecimento no currículo formal do ensino fundamental municipal, é sugerido aprofundar as questões identificadas, fornecer formação profissional adequada e estabelecer conteúdo elaborado por especialistas em educação e gerontologia. Por meio dessa abordagem multidisciplinar, seria possível iniciar o desenvolvimento de uma sensibilização mais direta e fundamentada no processo de envelhecimento.

4.3 Artigo 3: Envelhecimento como conteúdo do ensino fundamental: um estudo com profissionais.

INTRODUÇÃO

A gerontologia e seu conteúdo agregado estão a cada dia mais inseridas no contexto da educação formal e seu avanço ganhou destaque no século XX em sua interdisciplinaridade (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013; DOLL, 2015). O conceito de educação gerontológica é entendido enquanto ações e estudos relacionados à velhice e às pessoas idosas, com destaque em três vertentes: educação para as pessoas idosas, educação voltada à compreensão do envelhecimento e sobre pessoas idosas, e preparação profissional nesta temática (PETERSON, 1976 *apud* DOLL, 2015).

Doll (2015) entende sobre o conteúdo do “envelhecimento é de interesse de todas as faixas etárias, uma vez que esse processo ocorre ao longo de toda a vida e posto que, em detrimento da maior longevidade, a temática da convivência entre gerações tem entrado cada vez mais em pauta” (DOLL, 2015. p 11). Nesta direção, verifica-se o fenômeno do envelhecimento populacional mundial, permeado de grandes avanços em todas as áreas do conhecimento, em especial da saúde e social denotando transformações importantes em sociedades mais longevas (UNDESA, 2023).

No contexto brasileiro, as pessoas idosas com 65 anos e mais representarão no ano de 2100, 29,5% da população, e a população infantil de 0 a 15 anos, apenas 13,5%. Para o ano de 2060 as projeções indicam o aumento da expectativa de vida para um pouco mais que 81anos (BONIFÁCIO; GUIMARÃES, 2021; IBGE, 2021). Esses dados destacam a importância de ações planejadas que visem o envelhecimento ativo ao alcance de velhices com maior sucesso

de qualidade.

Assim, considerando a expectativa de vida mais longa, é essencial estabelecer medidas para garantir uma vida saudável, ativa e de qualidade, juntamente com a implementação de ações interdisciplinares destacada no Plano de Ação da Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030 (WHO, 2020). O envolvimento das ações intersetoriais na perspectiva de construção consciente à vida e a garantia de direitos, também são de igual importância nesta direção à qualidade (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016; WHO, 2020).

A busca por garantia de direitos para as pessoas idosas, está pautada em normativas como o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional de Saúde do Idoso, e as medidas de participação social devem ser fortemente incentivadas (BRASIL, 1994; 2003; 2019a). Desta forma, otimizar visões mais positivas sobre o envelhecer e estabelecer parâmetros mais exequíveis para este alcance pode ser um meio de construir a fase da velhice com mais sucesso, e a área educacional formal deve ser mais bem explorada neste sentido (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014; WHO, 2020).

A educação gerontológica tem papel fundamental na sensibilização dos cidadãos desde cedo, no sentido de evitar preconceitos contra as pessoas idosas, proteger direitos e estabelecer medidas mais compreensivas sobre o próprio envelhecimento (VIEIRA, 2016). Também, educar neste âmbito, pode-se fomentar atitudes de solidariedade, pensamento crítico, educar à vida enquanto cidadão com deveres e direitos. A manifestação do exercício cidadão contribui para a garantia à: vida, saúde, cidadania e relações sociais inclusivas, e medidas intergeracionais podem contribuir para tanto (VIEIRA, 2016; ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011).

Albuquerque e Cachioni (2013) indicam que a inclusão de conteúdos de gerontologia nas escolas abre espaço para o entendimento da demanda de abrangência nacional e de urgência social. O desenvolvimento desses conteúdos pode significar autorreflexões do processo do envelhecimento, aproximando a escola e os estudantes do contexto social das populações envelhecidas e de ações para uma velhice saudável.

O desenvolvimento de políticas de promoção do envelhecimento saudável é observado nas legislações e medidas participativas de controle social no formato representativo contribuem para decisões que assegurem os direitos das pessoas na construção coletiva de uma vida com mais qualidade, por meio dos Conselhos de Direitos (BATISTA, 2014; BRASIL, 2017). Estes Conselhos monitoram e fiscalizam as políticas de atenção e proteção, além de estabelecer ações prioritárias na comunidade acerca da melhoria da prestação de serviços à população. Alinhados ao fenômeno do envelhecimento esses Conselhos estão

ampliando suas ações na perspectiva de educar a população para envelhecer com medidas à saúde integral (BATISTA, 2014; BRASIL, 2017).

O Conselho Municipal do Idoso (CMI) da cidade de São Carlos, São Paulo, vem desenvolvendo ações na perspectiva de educar a população para a velhice, assim como, vem atuando em escolas municipais nesta direção com os mais jovens, principalmente a partir de diretrizes da última conferência municipal (SÃO CARLOS, 2012; 2018; VAROTO; MIZUMUKAI; FERREIRA, 2022).

O Estatuto da Pessoa Idosa, em seu Art. 2, indica que o conteúdo acerca do processo do envelhecimento, respeito e valorização da pessoa idosa nos currículos dos diferentes níveis de ensino formal, devem ser desenvolvidos (BRASIL, 2003). Essas indicações são similares as diretrizes da população São-carlense pela última conferência municipal do idoso (SÃO CARLOS, 2018).

A vigência nacional brasileira na área educacional segue a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018, que define o conjunto de conteúdos de aprendizagens que devem ser desenvolvidos com os alunos em todas as etapas do Ensino Básico (EB). Os conteúdos curriculares da BNCC garantem aprendizagens essenciais por meio da consideração do contexto dos conteúdos, dos estudantes e do trabalho interdisciplinar desses conteúdos (BRASIL, 2018).

Na BNCC, o envelhecimento é abordado como um tema transversal fundamental, integrado ao escopo de "cidadania e civismo" dos Temas Contemporâneos Transversais. Esses temas são marcados pela contextualização do ensino, aproximando os alunos de questões pertinentes para a construção de uma cidadania sólida, integrando a escola a questões amplas da sociedade e promovendo abordagens reflexivas e abrangentes em diversas disciplinas curriculares (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013; BRASIL, 2019b). Além disso, é identificado sobre este tema no documento normativo curricular do Estado de São Paulo, o Currículo Paulista, que apresenta em seu texto o desenvolvimento do tema transversal "Processo do envelhecimento, respeito e valorização do idoso" (SÃO PAULO, 2019).

Neste documento normativo curricular, os temas transversais têm destaque na área de Ciência Humanas, com indicação de ligação com habilidade de outras áreas do conhecimento, com a finalidade de proporcionar ao estudante a compreensão crítica de seu contexto, com intervenções para que se conquiste uma sociedade inclusiva, sustentável, democrática e justa (SÃO PAULO, 2019).

Os conteúdos identificados nos temas transversais possuem interligação entre os componentes curriculares e apresentam critérios diversos como o alcance nacional, urgência

social, viabilidade de aprendizagem e participação social. Deste modo, os conteúdos do envelhecimento junto ao ensino formal apresentam urgência social, possibilitam autorreflexão e participação social aos estudantes, viabiliza um olhar sensibilizado para aqueles que estão envelhecendo e pode contribuir para uma sociedade inclusiva (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013).

No entanto, em que medida os conteúdos estão inseridos nas Escolas? A nível internacional este tipo de trabalho se mostra positivo por meio de materiais desenvolvidos sobre o tema envelhecimento e aplicado em salas de aula com metodologias ativas (HEALTH SERVICE EXECUTIVE 2020; LICHTENSTEIN, 2001; MCCGUIRE, 1994). A ênfase na integração de temas relacionados ao envelhecimento no planejamento escolar, se faz importante e inovador. Esta abordagem pode contribuir para desmistificar a noção de que o envelhecimento é meramente uma fase de perdas, em vez de destacar seus aspectos positivos (HEALTH SERVICE EXECUTIVE 2020; LICHTENSTEIN, 2001).

Desta forma, este artigo retrata sobre os conteúdos identificados em algumas escolas municipais do ensino fundamental de São Carlos, São Paulo, e analisa com vistas aos documentos da BNCC e o Currículo Paulista. Os profissionais envolvidos neste processo e sua concepção sobre o tema podem contribuir positivamente ou não para a elaboração mais assertiva sobre o envelhecer. Em que medida a construção está alinhado com a perspectiva do envelhecimento saudável e ativo?

OBJETIVO

Verificar as ações com conteúdo sobre o envelhecimento em escolas municipais do ensino fundamental de São Carlos, São Paulo e identificar as concepções sobre o envelhecimento de acordo com alguns profissionais.

METODOLOGIA

Estudo exploratório descritivo com fundamentos na pesquisa qualitativa e quantitativa. A análise de dados foi baseada na análise de conteúdo de Bardin (2016) e adoção de suas etapas (pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados). Este estudo está vinculado à pesquisa “Conselho de direito da pessoa idosa: proposta de ações baseada nas diretrizes da conferência municipal de São Carlos” em parceria com CMI e Departamento de Gerontologia (DGERO). O estudo adotou todos os princípios éticos, com aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), CAAEN.55278921.1.0000.5504 e aplicação do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (BRASIL, 2016).

A análise foi conduzida pela identificação dos elementos de significado à luz do

referencial teórico dos temas transversais da BNCC, organizados em categorias e inferências. Além disso, houve integração das categorias com a representação da velhice fragilizada e saudável, menções ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas e ações pedagógicas, bem como atores do desenvolvimento de atividades e tema transversal do envelhecimento. A aplicação de estatísticas simples foi utilizada para o tratamento da frequência e percentual dos dados.

O estudo investigou sobre os conteúdos sobre envelhecimento nas escolas de ensino fundamental em um determinado município, pelas respostas de dirigentes e alguns professores de algumas escolas municipais do ensino fundamental, somando uma amostra de 14 participantes, dentre 7 escolas que participaram do estudo, do total de 44 (34 estadual e 10 municipal) convidadas. Os convites foram enviados juntamente com um questionário semiestruturado para os endereços de *e-mail* institucionais, disponibilizados pela Diretoria de Ensino e Secretaria Municipal de Educação (SME).

O questionário podia ser preenchido pelo diretor, coordenador pedagógico ou um professor indicado pela coordenação. Isso permitiu que as escolas enviassem uma ou mais respostas, totalizando 14. O questionário e os documentos de aprovação ética em pesquisa foram organizados na plataforma *online Google Forms*, disponibilizados às escolas por meio de um *link* de acesso e sistematizados com três intervalos de envio entre os meses de agosto de 2022 e abril de 2022. Planilhas no *software Microsoft*, foram utilizadas para organização dos dados com base no conteúdo analisado sob a metodologia de Bardin (2016) e teorias relacionadas ao tema.

Neste artigo será apresentada com maior detalhamento a identificação das atividades com conteúdo sobre o envelhecimento ou não de acordo com os participantes. O perfil geral das escolas e dos respondentes será apresentado de forma breve.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As 7 escolas que aderiram a participação são de natureza governamental, 6 de nível municipal e 1 estadual. Os 14 participantes são do sexo feminino e predomínio entre a faixa etária 40-59 (9) anos e a maioria com formação na área de pedagogia (9) e integração desta com letras (2), seguido de magistério (1), letras (1) e matemática (1). As maiores dos participantes exercem a função de professores (8), diretora (3) e coordenação pedagógica (2), e trabalham nas funções entre 0 e 10 (7) anos, 11 e 20 (5) e 31 e 40 (2).

A questão “Conteúdos acerca do envelhecimento já foram ou são desenvolvidos na escola?”, foram indicados: 11 (sim) e 3 (não). Faz-se destaque para uma escola municipal que apresentou divergência entre seus participantes: de 7 respostas enviadas para esta questão,

foram apontados 5 (sim) e 2 (não).

Sobre que tipo de ações foram desenvolvidas acerca do envelhecimento, foi construído por categorias a luz do referencial e inferência, principalmente relacionadas ao desenvolvedor da ação, representada no **Quadro 1** e sua frequência pelo número de citações.

Quadro 1. Ações realizadas para o desenvolvimento de conteúdo do envelhecimento na escola e respectivos desenvolvedores, São Carlos, 2023.

Atividades desenvolvidas por professor	Atividades com participação de pessoas externas
Atividades de produção de texto (6)	Projeto Dia do Idoso (2)
Roda de conversa (6)	Dia dos Avós (1)
Atividades audiovisuais (4)	Apresentação da Universidade Aberta da Terceira Idade (1)
Leitura de legislações (2)	Entrevistas com pessoas idosas da família (1)
Identificação das fases da vida (2)	Programação para terceira idade (1)

Fonte: Elaboração própria (2023)

O uso de atividades de produção de texto pode ajudar os estudantes a explorarem e expressar suas ideias, percepções e experiências em relação ao envelhecimento. Isso não apenas possibilita a promoção de habilidades de comunicação escrita, mas também pode estimular a reflexão e a consciência sobre as complexidades associadas ao processo de envelhecimento.

As rodas de conversa podem proporcionar um espaço para os estudantes discutirem e compartilharem suas perspectivas, conhecimentos e experiências relacionadas ao envelhecimento. Essa abordagem pode promover a troca de ideias e o desenvolvimento de conhecimentos, além de incentivar o pensamento crítico e a compreensão das questões relacionadas ao envelhecimento de uma forma mais abrangente, dados correlacionados aos apontamentos de (ALBUQUERQUE; CACHIONI, 2013; LICHTENSTEIN, 2001).

O número (4) reduzido de ações com abordagens audiovisuais sinaliza ser uma estratégia em potencial para explorar mais sobre o tema envelhecimento, uma vez que podem enriquecer a compreensão dos estudantes, proporcionar experiências visuais e auditivas mais imersiva usando esses órgãos dos sentidos. Isso pode incluir documentários, filmes, entrevistas ou outras formas de mídia que retratam diferentes aspectos e desafios do envelhecimento.

Ações de leituras sobre legislações relacionadas aos direitos das pessoas idosas, por meio do Estatuto da Pessoa Idosa, podem ajudar os estudantes a compreenderem o contexto legal e estrutura participativa de órgãos de controle social sobre garantia de direitos, assim

como, educar cidadãos para processos participativos decisórios na comunidade. No entanto, a baixa ocorrência (2) sugere uma possível lacuna no entendimento da importância das leis e regulamentações relacionadas ao envelhecimento ou mesmo o desconhecimento sobre o tema.

O trabalho de identificação das fases da vida (2), incluindo a fase da velhice, pode contribuir à compreensão de ciclos de ganhos e perdas ao longo da vida, salientar aspectos sociodemográficos da população e destacar o fenômeno do envelhecimento. O conteúdo em si desenvolvido não foi explorado em potencial, mas o desenvolvimento de ações que incluam essas diferentes fases pode ser uma estratégia em potencial a ser desenvolvida.

No entanto, o baixo número de indicações de identificação de fases da vida (2) aponta para a necessidade de enfatizar mais a importância de compreender as diferentes fases da vida, incluindo o envelhecimento, para promover uma educação mais abrangente e sensível às necessidades de todos os grupos etários. Esse número também pode estar relacionado com a relação do respondente com o componente curricular em que atua, por vezes não contemplando tal conteúdo.

O projeto "Dia do Idoso" (2) sugere uma possível referência a atividades propostas pela parceria do CMI com o curso de Gerontologia da UFSCar. Esta parceria vem trabalhando nas perspectivas de disseminação de conceitos sobre o envelhecimento nas escolas do município, conscientizar os estudantes e equipe escolar sobre o respeito aos mais idosos, e oferecer informações fundamentais sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e seus direitos (VAROTO; MIZUMUKAI; FERREIRA, 2022).

O Dia dos Avós (1) pode indicar uma possível limitação na abordagem de eventos específicos que celebram a relação entre as gerações mais velhas e mais jovens, com o trabalho do contexto familiar do estudante e envolvimento com a comunidade no ambiente escolar. A comemoração de datas específicas do calendário anual pode ser potencializada com a abordagem de temas relevantes, integrados nos temas transversais e oportunizar o contato com culturas e temas sensíveis no contexto brasileiro (BRASIL, 2018; SÃO PAULO, 2019).

O apontamento de uma apresentação da Universidade Aberta da Terceira Idade (1) pode indicar uma tentativa de proporcionar aos estudantes uma aproximação das oportunidades educacionais disponíveis para as pessoas idosas e em espaços que oportunizam a educação para os mais idosos. A oportunidade de educação continuada deve ser fortalecida a cada pessoa em todos os ciclos da vida, e, portanto, discutir com os mais jovens sobre essas possibilidades, poderá delinear medidas de compreensão que os mais idosos têm opções de continuar se aprimorando e ampliando conhecimento, na perspectiva de uma visão mais positiva sobre o envelhecer (BRASIL, 2003; VIEIRA, 2016).

A realização de entrevistas com idosos da família e o uso de exemplos de programas direcionados à terceira idade podem ser estratégias eficazes para promover uma compreensão mais empática e pessoal das experiências, e perspectivas individuais das pessoas idosas. Além disso, isso pode indicar uma possível aproximação de interesses intergeracionais. No entanto, a limitada ocorrência sugere a necessidade de incentivar mais atividades práticas que permitam aos estudantes interagir de maneira mais significativa com pessoas idosas e adultas, proporcionando momentos de reminiscências (MCGUIRE, 1994; BRASIL, 2018; 2019b).

Sobre as representações de imagens da pessoa idosa que observaram em sua atuação, alinhadas as ações desenvolvidas, foi obtida 11 respostas e 3 não responderam. As categorias (3) sistematizadas foram relacionadas as áreas: biológica, social e saúde, representadas no **Quadro 2** e respectivas frequências.

Quadro 2. Imagem da pessoa idosa percebida pelos participantes, em relação as ações desenvolvidas ao tema sobre envelhecimento. São Carlos, SP, 2023.

Biológica	Social	Saúde
Idade elevada (2)	Respeito (4)	Saúde (1)
Fase da vida (2)	Experiente (2)	Saúde fragilizada (1)
	Cidadãos de direito (2)	
	Desrespeito (1)	
	Economicamente ativa (1)	

(Elaboração própria, 2023)

Os dados representados no **Quadro 2** podem sinalizar aproximação com as indicações da BNCC que trata de tema à diversidade humana e inclusão, e em especial com os temas transversais destaca conteúdo sobre respeito e cidadania. Neste sentido, parece ter uma movimentação relacionada aos temas e propostos a discussão de respeito à pessoa idosa enquanto, com elaboração de “experiente”, “cidadãos de direito” e indicação da vida social em movimento.

O destaque dado ao respeito pode indicar que a conscientização sobre a importância das pessoas idosas e suas particularidades no ambiente escolar. Isso sugere uma compreensão positiva da necessidade de valorizar as pessoas idosas. Em relação ao respeito, desrespeito, pode sugerir um trabalho direto com ações de combate desrespeito as pessoas idosas, com abordagens de questões de não discriminação e preconceitos relacionados à idade, promovendo uma cultura de respeito e inclusão para em todas as faixas etárias.

A garantia de acesso aos direitos conquistados pela população idosa, ou melhor, para todas as pessoas em todas as idades, pode ser um caminho em potencial de desenvolvimento

de cidadãos mais conhecimentos sobre direitos humanos e proteção de direitos em geral. Destaca-se neste âmbito, a possibilidade de tratativas sobre legislações e aplicação de conteúdos de cidadania ao longo da vida (BRASIL, 2003).

O reconhecimento da pessoa idosa como economicamente ativa destaca a importância de valorizar as contribuições contínuas das pessoas idosas para a economia e para a sociedade em geral, o que pode reforçar o desenvolvimento do trabalho do respeito à pessoa idosa, assim como, abranger tópicos de inclusão social (BRASIL, 2003; 2019a; DOLL *et al.*, 2015).

A imagem da pessoa idosa relacionada às questões de “saúde” poderia indicar a conscientização para um envelhecimento saudável, entretanto, não há como afirmar como ele se aprofunda ou desenvolve este tópico em relação à pessoa idosa, já que poderia estar relacionada à prevenção em saúde, velhice saudável ou fragilizada. A “saúde fragilizada” poderia estar relacionada à visão da pessoa idosa com o reforço de estigmas e preconceitos, com a ênfase no aspecto de perdas da fase da velhice, porém poderia oportunizar um trabalho do participante para o combate a esta visão, preparando os alunos para uma velhice saudável e ativa (WHO, 2020).

Essas percepções destacam a complexidade, a diversidade de visões sobre o envelhecimento e ressaltam a importância de promover conteúdo que contribuam para a compreensão sensível e objetiva das necessidades, dos direitos das pessoas idosas e das individualidades do envelhecimento, para combater a visão negativa do envelhecer (WHO, 2022).

Posteriormente, se volta o olhar para o suporte oferecido para o desenvolvimento do tema do envelhecimento na escola pelo Projeto Político Pedagógico (PPP). De 12 respostas, 7 respondentes acreditam que não há amparo para ações acerca do envelhecimento no PPP, enquanto 5 apontam que há suporte do documento escolar e 2 não responderam. O PPP se conceitua como a organização escolar de planos de ensino, intencionalidades pedagógicas e políticas escolares, atividades a desenvolver, sendo o documento que procura explicitar o contexto escolar e suas possibilidades de ações pedagógicas e processos educacionais, a organização do trabalho pedagógico (VEIGA, 2013).

A predominância de indicações de que as ações não foram contempladas no PPP sugere uma possível lacuna na inclusão ativa de abordagens relacionadas ao envelhecimento no currículo e nas práticas educacionais. Isso pode refletir uma falta de consideração ou priorização das questões relacionadas ao envelhecimento no planejamento educacional, o que pode estar associado às breves menções do tema transversal nos currículos normativos atuais.

A indicação positiva da minoria (5) pode-se inferir um reconhecimento inicial da

importância de incluir abordagens relacionadas ao envelhecimento no contexto educacional por parte dos profissionais de educação, e, pode sugerir uma interpretação das normativas que abrem espaço para este tema. Uma escola em especial teve indicação de 4 respostas negativas à questão e apenas 1 positiva, pode indicar uma inclinação ao aprofundamento profissional da participante, apropriação dos currículos normativos, além de uma possível familiaridade com a temática do envelhecimento, entretanto, a maioria compreende que estes conteúdos não estão descritos de forma explícita nas diretrizes das escolas.

Apesar das respostas positivas (5) sobre o suporte oferecido pelo PPP no trabalho do tema do envelhecimento, apenas 3 respondentes indicaram de qual modo foram previstas, com algumas respostas abaixo.

(Participante 1): “Trabalhos pedagógicos”.

Esse destaque se torna abrangente ao entendermos seu conceito produção autônoma, que ultrapassa a significação de práticas pedagógicas, resultado de um projeto pedagógico individual e coletivo, sendo uma relação dialética entre professores e escola, em congruência ao contexto social, econômico, histórico, entre outros aspectos (FERREIRA, 2018).

(Participante 2): “A partir de ações da Secretaria Municipal de Educação e da importância do conhecimento da data e das questões legais que permeiam o assunto”.

Tal fala evidencia medidas advindas do órgão municipal responsável pela educação do município e o destaque de datas e legislações. Também pode estar relacionado as ações de parcerias estabelecidas no município, como:

(Participante 3): “Dentro das ações de respeito, valorização da vida e das famílias”.

Esse apontamento pode estar relacionado à visão da pessoa idosa como possuidora de direitos, aspectos de proteção e valorização da pessoa idosa e trabalho voltado para o contexto social e familiar dos alunos. Também, se dá destaque a 2 falas obtidas na seção de comentários, que pode nos indicar a compreensão da importância do tema e a necessidade da presença direta dele no documento normativo da escola. A menção da reforma do PPP pode nos indicar uma vontade, e até mesmo uma movimentação, para a inserção da temática na nova versão do documento.

(Participante 4): “O Projeto Político Pedagógico da escola está passando por

atualizações, por isso, as ações não têm sido previstas nesse documento”.

(Participante 5): “Deveria constar no PPP”.

Sobre a questão “em algum momento durante seu planejamento na escola, pensou em trabalhar com o conteúdo de envelhecimento?”, obteve-se respostas positivas (5), negativas (4) com 5 abstenções. As afirmações positivas podem nos indicar que a sensibilização acerca do tema já está em desenvolvimento entre os profissionais, por meio de ações do SME, parcerias com o CMI e outras. Entretanto, as afirmações negativas podem indicar necessidades de fortalecer processos de conscientização com profissionais da educação, da apresentação da possibilidade de trabalho com o tema do envelhecimento e sua proximidade com os temas já desenvolvidos, pertinentes à comunidade escolar.

Desta forma, percebe-se um alinhamento de uma resposta sobre fragilidade na formação sobre o tema envelhecimento junto aos professores e a gestão, com destaque:

(Participante 2): “Não sei, mas seria interessante receber formação para aprimorar meu trabalho neste sentido”.

A motivação para o desenvolvimento de conteúdo sobre o envelhecimento, junto à atuação dos participantes, foi verificado 11 indicações, alocadas nas categorias do **Quadro 3**.

Quadro 3. Motivação do desenvolvimento de conteúdos sobre o envelhecimento nas perspectivas dos participantes do estudo. São Carlos, SP. 2023.

Contexto escolar	Habilidades curriculares transversais
Relações familiares (3)	Respeito (4) Cuidado (2) Empatia (1) Habilidades Socioemocionais (1)

(Elaboração própria, 2023)

Faz-se destaque para a ausência de aspectos que remetam ao envelhecimento como processo do próprio estudante, da motivação para o trabalho do tema voltada para a criança que será a pessoa idosa mais longeva. Essas menções fazem alusão às pessoas já envelhecidas, com o trabalho do respeito, empatia e cuidados com pessoas idosas da sociedade. A indicação de relações familiares pode nos indicar a presença de pessoas idosas no cotidiano dos estudantes e a proximidade dos profissionais de educação com o contexto familiar se mostram importantes para fortalecer medidas sobre este tema da comunidade

escolar e sobre as habilidades socioemocionais nas relações.

Os resultados acerca de conteúdos que poderiam ser introduzidos nas escolas, estão em concordância com as menções já observadas acerca da imagem da pessoa idosa trabalhada no contexto escolar e da motivação do desenvolvimento de conteúdos sobre o envelhecimento. São os eles: respeito (5); cuidados (3); saúde (2); dia do idoso (1); direitos (1); intergeracionalidade (1); história de vida (1). Essas noções se demonstram abrangentes, mas de grande importância para a visão dos estudantes sobre a população já envelhecida e podem acarretar mudanças na compreensão do próprio envelhecimento, e da atuação em sociedade como agente de proteção aos direitos das pessoas idosas.

Os conteúdos indicados podem reforçar a interpretação de uma relação próxima entre ambiente escolar e o contexto familiar da comunidade escolar, possibilitar a conscientização e debates com a comunidade escolar. Os momentos de intergeracionalidade tem grande importância ao viabilizar um trabalho de base interligado à diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de combater preconceitos e o diálogo, proporcionando uma formação para a dignidade, por meio de temas transversais (ZANON; ALVES; CARDENAS, 2011). Esses conteúdos também podem oportunizar a quebra de preconceitos acerca do envelhecimento, bem como desenvolver e sensibilizar os estudantes para a tomada de medidas para um envelhecimento saudável na comunidade desde a infância. Ainda podem ser entendidos como uma possibilidade de ações para o cuidado em saúde de pessoas já envelhecidas, possibilitando uma velhice saudável também para os membros da comunidade escolar (WHO, 2022).

As indicações de quais atividades poderiam desenvolver esses conteúdos e por quais ferramentas, 5 respostas foram obtidas e organizadas de modo a relacionar os mesmos respondentes de atividades-ferramentas, de acordo com a **Tabela 1**.

Tabela 1. Relação de atividades e ferramentas sugeridas pelos respondentes para desenvolvimento de conteúdo do envelhecimento. São Carlos, SP. 2023.

Atividades	Ferramentas
Contação de histórias, vídeos, teatro, atividades de escrita e leitura etc.	No ambiente escolar, em passeio a outros ambientes ou na sala de aula.
Atividades sobre a temática com as turmas.	Rodas de conversa, palestras, vídeos, pesquisas etc.
Conversar com as crianças.	Não respondeu.
Não respondeu.	Em projetos.
Não sei, mas seria interessante [sic] receber formação	Existem infinitas possibilidades.

para aprimorar meu trabalho neste sentido.

(Elaboração própria, 2023).

As atividades pedagógicas abrangentes, como "contação de histórias, vídeos, teatro, atividades de escrita e leitura etc.", realizadas em diversos ambientes educacionais, como "no ambiente escolar, em passeios a outros locais ou na sala de aula", destacam o comprometimento do professor com diferentes métodos de ensino e apresentam uma variedade de interações com ferramentas pedagógicas, que colocam o estudante como centro da aprendizagem, uma vez que possibilitam debates, acesso a diferentes fontes de conhecimento e recursos diversos.

A inclusão de "atividades temáticas com as turmas" indica a necessidade de um aprofundamento no tema dentro das escolas, pois as várias referências a conteúdos sobre o envelhecimento e possíveis ações relacionadas sugerem diferentes abordagens, incluindo educação em saúde, envelhecimento saudável, legislações e outros tópicos relacionados ao processo do envelhecimento.

O debate da temática do envelhecimento atrelado a atividades e ferramentas que possam ser utilizadas no contexto escolar, se faz necessário uma vez que o aumento do envelhecimento populacional, e perspectiva de comunidades mais longevas demandam uma formação de cidadãos conscientes, solidários e que se desenvolvam em ambientes de combate a preconceitos contra a velhice e que sejam favoráveis a inclusão social (ZANON, ALVES, CARDENAS, 2011).

A constituição de um cidadão "pressupõe a possibilidade de participação do ser humano em seu contexto sociocultural que se realiza em diferentes momentos e etapas da sua existência pelo acesso ao saber [...] através do conhecimento sistematizado e organizado pela escola" (OLIVEIRA, 2006. p. 55).

A compreensão de documentos normativos que embasem e ofereçam suporte para o tema em destaque novamente faz-se relevante, com o questionamento do suporte do PPP escolar para possíveis ações sobre o envelhecimento. As respostas foram organizadas de acordo com as indicações positivas e negativas, bem como os comentários correspondentes, demonstrados na **Tabela 2**.

Tabela 2. Suporte do PPP e justificativa do respondente do estudo. São Carlos, SP. 2023.

Respostas (6)	Justificativas (4)
Não (3)	"Ainda está sendo elaborado um novo PPP de acordo com a realidade da escola".

“Não abordamos o tema no PPP, mas poderíamos abordar”.

“Trabalhamos muito com as habilidades socioemocionais e com as questões que permeiam as relações que as crianças vivem”.

Sim (3)

“Tendo em vista que fala do respeito e participação da família”.

(Elaboração própria, 2023).

Os apontamentos dos participantes que responderam negativamente, indicam uma reflexão de que o tema poderia ser incluído nas normativas, com respostas de momento de reestruturação do PPP de uma escola para se adequar à realidade da comunidade e outra resposta que indica a ideia de reconhecimento da importância do tema na escola. As respostas favoráveis sugerem uma interpretação do PPP que destaca habilidades socioemocionais e promove reflexões sobre as relações interpessoais dos alunos, evidenciando uma aproximação entre a escola e a comunidade, abordando diferentes aspectos relacionados à criança. A segunda declaração enfatiza o respeito pelos idosos e a participação da família, reforçando a consideração do contexto familiar na prática educacional, e no planejamento de atividades pedagógicas que abordem o contexto da criança.

Faz-se destaque para a declaração recebida na questão aberta para comentários. A respondente de escola de nível municipal, que identificou conteúdos sobre o envelhecimento sendo desenvolvidos em sua escola, apresentou seguinte fala:

“Nossa escola passa por muita dificuldade em realizar o básico: ensinar a ler e escrever. São diversos os motivos, os problemas são bem complexos e envolvem as vidas das crianças, de suas famílias, o clima escolar e a cultura da comunidade escolar e de entorno. Nem tudo que gostaríamos de fazer na escola é possível, nem tudo ‘cabe’ na escola. Seria ótimo se conseguíssemos fazer o mínimo, mas até isso está muito difícil”. (*Participante*)

O comentário ressalta as dificuldades da educação como realidade no município, com dificuldade de desenvolvimento da alfabetização no âmbito escolar. O ambiente escolar muitas vezes necessita lidar com situações que ultrapassam o pedagógico e até mesmo comprometem este âmbito educacional, e isso é refletido na fala da participante (ROMAN; MAINARDI, 2020).

As escolas participantes estão inseridas em espaços periféricos do município e fazem parte de comunidades de vulnerabilidade social, ligados a situações de desigualdade, exclusão social e carências básicas. Esses territórios apresentam desafios também no capital humano,

na inserção social das famílias, sendo a escola um dos poucos espaços voltados para o atendimento e acolhimento o social destes espaços. Assim, a escola acaba por lidar com demandas que extrapolam o desenvolvimento do pedagógico, atuando em outras áreas como saúde, segurança e assistência social (ROMAN; MAINARDI, 2020).

CONCLUSÃO

O presente artigo se propôs a analisar o que os profissionais de educação compreendem e observam sobre conteúdo do envelhecimento e sua aplicação no ambiente escolar, bem como fazer o levantamento das possibilidades de inserção deles nas escolas, nas impressões de alguns profissionais.

Observou-se uma postura favorável em relação ao conteúdo do envelhecimento nas escolas, considerando-o como um tema pedagógico transversal. No entanto, identificou-se uma lacuna na oferta de suporte aos profissionais e em formações mais aprofundadas sobre a temática, além de fragilidade nas diretrizes educacionais relacionadas ao tema deste estudo e sua implementação.

Foi evidenciada uma estreita conexão entre a escola e a comunidade, expressa amplamente na motivação do trabalho, e nas possíveis abordagens dos conteúdos sobre o envelhecimento. Os participantes também demonstraram empenho em aprimorar sua atuação, trazendo conceitos diversos relacionados à temática, como o desenvolvimento de projetos externos à escola e diversas atividades que priorizam o envolvimento do estudante no processo de ensino-aprendizagem.

As ferramentas indicadas pelos participantes do estudo, revelaram um esforço inicial para abordar o tema do envelhecimento por meio de diversas abordagens pedagógicas. No entanto, é importante encontrar um equilíbrio entre elas, expandir o escopo e a diversidade das atividades, explorar maneiras de integrá-las de forma mais ampla e interdisciplinar, a fim de promover uma compreensão mais holística, profunda, sensível do envelhecimento na educação e dos desafios, necessidades e contribuições das pessoas idosas na sociedade.

Há uma clara necessidade de capacitação para professores e gestores da rede municipal de educação em São Carlos, a fim de atender à crescente demanda de inclusão de conteúdos sobre o envelhecimento nas escolas. A ênfase na sensibilização do envelhecimento como um processo, juntamente com a integração de conhecimentos da área de Gerontologia, é essencial para desenvolver conteúdos mais aprofundados e combater estereótipos de pessoas idosas. Além disso, essas ações devem conscientizar os estudantes sobre seu próprio processo de envelhecimento, levando em consideração o contexto escolar e social em que estão

inseridos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a analisar a compreensão do envelhecimento como conteúdo integrado ao ensino fundamental no município de São Carlos, São Paulo, e também o que dizem as produções científicas sobre o tema.

A escassez de produções científicas encontradas sobre o tema sugere a necessidade de maiores debates e foco acerca do tema, abrangendo maiores espaços de articulação entre a área de educação e a gerontologia, oportunizando a aproximação das áreas a fim de suprir as demandas que surgem com as populações em envelhecimento, sendo este estudo uma articulação desta finalidade.

Enquanto foi identificada uma atitude positiva em relação à identificação de conteúdos sobre o envelhecimento em profissionais da educação, há uma lacuna observada em relação à como desenvolver ações voltadas para o envelhecimento, uma vez que os apontamentos dos participantes do estudo se voltam para a população já envelhecida, e desenvolvem atividades focadas na caracterização, valorização e atitudes sobre pessoas idosas.

Relações familiares, cuidado, saúde, comemoração da data do Dia da Pessoa Idosa, história de vida, respeito, todos esses aspectos amplamente indicados nos indica ser fundamentados na relação da criança com o outro, no perceber a pessoa idosa. E enquanto esse aspecto é fundamental e deve ser profusamente trabalhados com alunos de todas as idades escolares, os apontamentos sugerem um foco único neste âmbito.

O envelhecimento como processo que também envolve a criança não pode ser observado diretamente nas falas, o que nos indica uma possível falta de conhecimento e conscientização sobre o tema, e que deve ser suprida com ações e formações voltadas para o trabalho da sensibilização do processo do envelhecimento com as crianças desde muito cedo, para que elas já estejam cientes do seu papel no próprio envelhecimento, culminando em uma velhice saudável.

Com o crescente aumento da população idosa e na perspectiva de crianças se tornando as pessoas idosas mais longevas, faz-se necessário o desenvolvimento de um trabalho na base da formação cidadã e de desenvolvimento de habilidades sócioemocionais para que as demandas da população já envelhecidas e das que estão em processo de envelhecimento sejam atendidas, bem como uma atuação dessas crianças no combate ao preconceito e estereótipos contra pessoas idosas. Essa indicação já se mostra presente em temas transversais de normativas de currículo nacional e estadual.

Conteúdos do envelhecimento como processo e seus aspectos, ações intergeracionais de trocas de experiências sociais, a conscientização acerca do fenômeno do envelhecimento populacional, sensibilização para o próprio envelhecimento e a caracterização, alinhados às áreas do conhecimento indicadas pelo currículo nacional, linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso, se fazem indispensáveis para que se alcancem os objetivos propostos pela população do município. Para este momento se oportuniza o desenvolvimento de cartilhas e parcerias com livros didáticos inseridos no ensino para inserção direta nas escolas.

Entretanto, se observa a necessidade primária de sensibilização de professores e gestores sobre a importância do tema e sua abrangência para além da caracterização da pessoa idosa como o outro, ressaltando o respeito, o processo do envelhecimento e o espaço que é possível esses conteúdos podem ter dentro do currículo formal, considerando o contexto escolar municipal que por vezes extrapola o trabalho pedagógico dentro da comunidade.

Assim, se torna oportuno um trabalho de formação complementar de profissionais da educação do município, contando com os conteúdos indicados para o trabalho nas escolas, justificativas e possibilidades de ferramentas e articulações dentro do ambiente escolar, para que se torne possível um trabalho aprofundado e com o entendimento de quem irá desenvolvê-lo no contexto escolar. Parcerias com órgãos responsáveis podem ser o caminho para a implementação deste trabalho, bem como o desenvolvimento de curso formativo aos profissionais de educação, visando atingir a gestão, coordenação e os professores das escolas.

A cidade de São Carlos se mostra aberta à possibilidade tais ações, já demonstrando conscientização e demanda populacional relacionado à inserção destes conteúdos nas escolas, como indicado na III Conferência Municipal da Pessoa Idosa. Entretanto, se nota que a impressão dos profissionais de educação não se aproxima muito dessa participação social, uma vez que existe certa compreensão da necessidade de debate e trabalho com o tema, mas não se tem clareza do aprofundamento desses conteúdos e seu desenvolvimento, mesmo com indicações diversas sobre ferramentas pedagógicas possíveis.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marília Silva; CACHIONI, Meire. Pensando a Gerontologia no Ensino Fundamental. **Revista Kairós Gerontologia**; v. 16, n. 5, 141-163, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/19001>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ALKEMA, Gretchen. ALLEY, Dawn. Gerontology's future: an integrative model for disciplinary advancement. **The Gerontologist**. Oxford, v. 46, n. 5, p. 574-582, 2006.

Disponível em:
<https://academic.oup.com/gerontologist/article/46/5/574/629266?searchresult=1>. Acesso em:
14 abr. 2021.

ARAÚJO, Lisia Costa Gonçalves; MELLER, Vanderléa Ana; FARINA Elaine Cristina Rodrigues. “Envelhecimento saudável”: a educação física no contexto da saúde, linguagem e movimento humano. **Revistas UFG**, Goiânia, v. 19, e. 60614, p. 1-16, 2019. Disponível em:
<https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/60614/33764>. Acesso em: 02 dez. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2016.

BATISTA, Gisely Vieira. A importância da participação social nos conselhos de saúde. **Revista Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 16, n. 1, p.28-44, 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/9473>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BICALHO, Lucineia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011. Disponível em: [https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n32p1/19336#:~:text=\(2000\)%2C%20a%20multidisciplinaridade%20corresponde,v%C3%A1rias%20delas%20ao%20mesmo%20tempo](https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n32p1/19336#:~:text=(2000)%2C%20a%20multidisciplinaridade%20corresponde,v%C3%A1rias%20delas%20ao%20mesmo%20tempo). Acesso em: 10 abr. 2021.

BONIFÁCIO, Gabriela, GUIMARÃES, Raquel. **Projeções populacionais por idade e sexo para o brasil até 2100**. Ipea-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/td2698>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. **LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, DF. 1994. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 07 maio 2021.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa Idosa**: Lei nº10.741, 2003. 5° ed., rev. e ampl. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Série Legislação. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 07 maio 2023.

BRASIL. **Lei N°14.423, de 22 de julho de 2022**. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Brasília: DF, Secretaria Geral-Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11433.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.433%2C%20DE%2028%20DE%20DEZEMBRO%20DE,no%20dia%201%C2%BA%20de%20outubro%20de%20cada%20ano. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11/2010, aprovado em 7 de julho de 2010**. Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Ministério da Educação, 2010. Disponível em: [Parecer CNE/CEB nº 11/2010, aprovado em 7 de julho de 2010 \(mec.gov.br\)](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Ministério da Educação, 2010. Disponível em: [Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010 \(mec.gov.br\)](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Resolução N.466, de 12 de Dezembro de 2012**. Das Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde, 2012. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 13 de jun. 2013; Seção1. p.59.

BRASIL. **Resolução 510/2016**. Diretrizes éticas específicas para as ciências humanas e sociais (CHS) [texto na Internet]. Conselho Nacional de Saúde, Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, p. 44, 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Brasil 2050: desafios de uma nação que envelhece**. In: BRASIL. Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível

em: <https://livraria.camara.leg.br/brasil-2050-desafios-de-uma-nacao-que-envelhece>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa. Brasília: DF, Secretaria Geral-Sub-chefia para Assuntos Jurídicos. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9921.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Ministério da Educação, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. **O que é atenção primária?**. Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/o-que-e-atencao-primaria>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CABRAL, Umberlândia. População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. **Agência de Notícias IBGE**, 22 jun. 2022, Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal. A gerontologia e a interdisciplinaridade: aspectos relevantes para a enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. v. 10, n. 2, p. 229-233, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692002000200016 & script=sci_abstract & tlng=pt. Acesso em: 07 maio 2021.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. Envelhecimento da população Brasileira: Uma contribuição demográfica. In: FREITAS, Elizabete Viana de PY, Ligia. (org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017, p.203-235.

CAPES. Periódicos CAPES: acervo. 2020. Disponível em: <https://www-periodicos-capes->

gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/. Acesso em: 08 mai. 2023.

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne Carolina; BUAES, Caroline Stumpf. Apresentação- Educação e envelhecimento. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-15. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/WrPpB3Wb7CDYjccZJVYRB8z/#>. Acesso em: 16 out. 2023.

DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública**. In Rev. Educação & Sociedade, ano XXI, n. 70, abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/HyvQJ6b3MVTV9h7BLdjBkvv/#>. Acesso em: 07 maio 2021.

FERREIRA, Liliana Soares. Trabalho pedagógico na escola: do que se fala? **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 591-608, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dZCLTB8HzT8BW7CSXrJzF9M/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

FERREIRA, Ana Paula; TEIXEIRA, Solange Maria. Direitos da pessoa idosa: Desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. Revista **Argumentum**, Vitória, v. 6, n.1, p. 160-173, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7486>. Acesso em: 08 maio 2023.

FERREIRA, Carlos Eugenio de Carvalho; CASTIÑEIRAS, Luciane Lestido. Esperança de vida volta a crescer no Estado de São Paulo em 2022. **SEADE SP Demográfico: esperança de vida**. 2023. Disponível em: <https://produtos2.seade.gov.br/produtos/midia/2023/04/SPdemografico-esperanca-vida-volta-crescer-estado-sao-paulo-2022.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

GEREZ, Alessandra Galve; VELARDI, Marília; CÂMARA, Fabiano Marques; MIRANDA, Maria Luiza de Jesus. Educação física e envelhecimento: uma reflexão sobre a necessidade de novos olhares e práticas. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 2, p. 485-495, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n2p485>. Acesso em: 03 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE-EDUCA. **Conheça o Brasil – População: Pirâmide etária**. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em:

26 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação de São Paulo**. 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: 26 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf. Acesso em: 05 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PESQUISAS EDUCACIONAIS-INEP. **Resultados dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> Acesso em: 29 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Cidades - Panorama**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 11 jul. 2023.

IRLANDA, Health Service Executive. **Positively Ageing Programme**. Health and Wellbeing. 2020. Disponível em: <https://www.hse.ie/eng/about/who/healthwellbeing/our-priority-programmes/positive-ageing/>. Acesso em: 07 maio 2023.

JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva. O conhecimento escolar em foco: currículo e epistemologias em debate. **Revista Contexto & Educação**. Editora Unijuí, ano 37, n. 116, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/10499>. Acesso em: 28 abr. 2023.

LICHTENSTEIN, Michael; PRUSKI, Linda; MARSHALL, Carolyn; BLALOCK, Cheryl; MURPHY, Douglas; PLAETKE, Rosemarie; LEE, Shuko. The Positively Aging teaching material improve middle school students' images of older people. **The Gerontologist**, vol. 41, n. 3, p. 322-332, 2001. Disponível em: <https://academic.oup.com/gerontologist/article/41/3/322/632405>. Acesso em: 25 abr. 2023.

MCGUIRE, Sandra. Teaching Young Children about Aging. **Journal of Health Education**, vol. 25, n. 2, p. 103-105, 1994. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10556699.1994.10603011?journalCode=ujhe%2019>. Acesso em: 25 set. 2022.

MENDONÇA, Jurilza Maria Barros de; RAUTH, Jussara. Normativas e Direitos das Pessoas Idosas. 2022. In.: FREITAS, Elizabete Viana de. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. p. 449-468.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 14ª Ed. São Paulo: Hucitec; 2014. p. 412.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC. **Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB – Apresentação**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb#:~:text=Para%20tanto%2C%20o%20Ideb%20%2C%20A9,do%20Censo%20Escolar%2C%20o%20realizado%20anualmente>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, p.507-519, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232016000300507&lng=en&tlng=en. Acesso em: 12 abr. 2021.

NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecer num país de jovens**: significado de velho e velhice segundo brasileiros não idosos. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

OLIVEIRA, Dione Lorenzo. **O Papel da escola na formação do cidadão**: a construção da cidadania. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Especialização)-Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13187/TCCE_GE_2006_OLIVEIRA_DIONE.%20p%20df?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **UN Decade of Healthy Ageing**: Plan of Action 2021–2030. 2020. Disponível em: https://cdn.who.int/media/docs/default-source/decade-of-healthy-ageing/decade-proposal-final-apr2020-en.pdf?sfvrsn=b4b75ebc_28&download=true. Acesso em: 07 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE-OPAS. **Envelhecimento Saudável**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PRADO, Shirley Donizete; SAYD, Jane Dutra. A gerontologia como campo do conhecimento: conceito, interesses e projeto político. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 2, p.491-501, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000200026&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2021.

PINHEIRO, Elma Ferreira Campos. **O Currículo escolar na construção do conhecimento**. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Especialização)-Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD9ZTK6N/1/tcc_ppp.aprovados_em_pdf.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

POZIOMYCK, Arthur; GUILHERME, Alexandre Anselmo. Educação para cidadania global: críticas e desafios. **Revista Contexto e Educação**. Editora Unijuí. v. 37, n. 118, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/12576>. Acesso em: 08 maio 2023.

ROMAN, Ana Cláudia, MAINARDI, Elisa. **A escola em contextos de vulnerabilidade social: desafios e alternativas**. Universidade de Passo Fundo, 2020. Passo Fundo. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/1970/1/PF2020AnaCaludiaRoman.pdf>. Acesso em: 07 out. 2023.

SANTOS, Ingrid Cristina Lucio. et al. **O Envelhecimento humano no currículo da educação básica das escolas públicas do norte-fluminense**. X Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. Curitiba, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5190_3144.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

SÃO CARLOS. Prefeitura Municipal de São Carlos. Conselho Municipal – Conselho Municipal do Idoso. **Relatório Final da III Conferência Municipal do Idoso de São Carlos. Diário Oficial**, terça-feira 13 de nov. de 2018, p.3, 2018.

SÃO CARLOS. Câmara Municipal de São Carlos. Lei nº 16.288 de 1º de agosto de 2012. **Altera Dispositivos da Lei Municipal nº 11.870 de 28 de dezembro de 1998 que “Cria o Conselho Municipal do Idoso, e dá outras providências.”**. Disponível em: https://file.gtp.net.br/lei/arquivo/70792/CODIGOLEI_19985.pdf. Acesso em: 5 fev. 2021.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Currículo Paulista**. São Paulo: SEDUC, 2019. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/Curriculo_Paulista-etapas-Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil-e-Ensino-Fundamental-ISBN.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados-SEADE. **População**. 2023a. Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados-SEADE -Sistema Estadual de Análise de Dados. **Fecundidade**. 2023b. Disponível em: <https://fecundidade.seade.gov.br/fecundidade-geral-msp/>. Acesso em 11: maio 2023.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados-SEADE -Sistema Estadual de Análise de Dados. **Evolução Populacional**. 2023c. Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/evolucao-populacional-esp/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

SPERANZA, Ana Cristina; WERLE, Berenice Maria; MOREIRA, Virgílio Garcia. Envelhecimento Saudável. 2022. In.: FREITAS, Elizabete Viana de. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. p.435-448.

UNITED NATIONS-UN. **World Population Prospects 2022**: population divisions. 2022. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Graphs/Probabilistic/FERT/TOT/76>. Acesso em: 08 jul. 2023.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS-UNDESA. **World Social Report 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2023/01/2023wsr-fullreport.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR). **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Gerontologia**. 2015. Disponível em:

<https://www.gerontologia.ufscar.br/pt-br/media/arquivos/graduacao/projeto-pedagogico-gerontologia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

VAROTO, Vania Aparecida Gurian; MIZUMUKAI, Juliane Kiyomi; FERREIRA, Lydiane da Silva Fernandes Vaz. Serviços e organizações: governança nos conselhos de direitos do idoso. In: **Revista Egítania Sciencia** - número especial: Congresso Internacional Age.Comm, Portugal, 2022. p. 115-128. Disponível em: <https://egitaniasciencia.ipg.pt/index.php/revista-egitaniasciencia/article/view/59>. Acesso em: 16 jun. 2023.

VAROTO, Vania Aparecida Gurian; MIZUMUKAI, Juliane Kiyomi; MOUTA, Carolina. **Guia 60+**: Serviços e produtos para pessoas idosas em São Carlos. - São Carlos: DGERO - UFSCar, 3ª ed., Abr. 2023. 44p. Disponível em: <https://www.gerontologia.ufscar.br/pt-br/guia60-saocarlos>. Acesso em: 16 jun. 2023.

VAROTO, Vania Aparecida Gurian; MIZUMUKAI, Juliane Kiyomi. Organização dos serviços de atenção ao idoso no período da pandemia de coronavírus. In: REMICI – **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica** – Dossiê temático: Ciências da Saúde – Percursos de pesquisa, atuação e inovação. Ed. e-Publicar, Rio de Janeiro. 2023, v.2, n.3, p.1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.56166/remici.2023.5.v2n3.9.23>. Acesso em: 16 jul. 2023.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In.: **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. VEIGA, Ilma Passos A., FONSECA, Marília (org.). Editora Papirus, 2013.

VIEIRA, Tereza Rosa Lins. **Educação para o envelhecimento: direito de todos**. Congresso Nacional de Envelhecimento Humano. Brasil. Editora Realize, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cneh/2016/TRABALHO_EV054_MD2_SA11_ID_100_10082016220451.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

ZANON, Carla Bianca Ferreira Moncaio; ALVES, Vicente Paulo, CARDENAS, Carmen Jansen. Como vai a Educação Gerontológica nas Escolas Públicas do Distrito Federal? Um estudo com idosos e jovens. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 14, n. 3, 555-566, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsmms/resource/pt/lil-643605>. Acesso em: 10 mar. 2022.

7. ANEXOS

7.1 Anexo 1: Termo de fiel depositário (autorização para estudos em documentos)

TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO

São Carlos, 10 de Fevereiro de 2019

Ao
Conselho Municipal do Idoso-CMI
São Carlos, SP

Ref.: Autorização para início das atividades de um projeto de pesquisa
Projeto: Conselho de direito da pessoa idosa: proposta de ações baseada nas diretrizes da conferência municipal de São Carlos

O projeto acima mencionado está sob a responsabilidade da pesquisadora abaixo indicada e vinculado ao Grupo de Pesquisa Direito, Cidade e Envelhecimento do Departamento de Gerontologia da UFSCar. Os objetivos deste estudo são propor ações que fortaleçam no contexto educacional conteúdos sobre o envelhecimento e ampliar a comunicação sobre a disponibilidade dos serviços para idosos na comunidade. Terá enquanto objetivos específicos: implementar o Programa de Ações Intergeracionais para Educação e Informação (PAIE-Info) no município de São Carlos, atualizar e aprimorar o cadastramento das organizações de atendimento ao idoso junto ao Conselho Municipal do Idoso (CMI). Também, criar um *site* e sua identidade visual com as informações de todas as organizações de São Carlos a partir do material Guia 60+: Serviços e produtos para a pessoa idosa em São Carlos; além de identificar fatores tecnológicos e comunicacionais que podem aprimorar a divulgação de serviços disponíveis para o público idoso.

O desenvolvimento do projeto está previsto para o primeiro semestre do ano de 2020 e se estenderá por dois anos. Terá a participação de duas escolas do ensino fundamental (uma pública e privada) por meio do desenvolvimento de um projeto piloto que terá duração em de no máximo um ano. As escolas já foram contatadas e com autorização prévia para o desenvolvimento para início da implementação do PAIE-Info. Os dados relativos à atualização e aprimoramento do cadastro e informações sobre as organizações governamental e não governamental serão efetuados com os registros do CMI.

Todo o material será analisado por meio dos pressupostos do método qualitativo de investigação e análise de conteúdo temático. Também serão construídos relatórios e possíveis materiais científicos com os resultados obtidos, assim como, a sistematização desses dados por meio de devolutiva ao CMI e seus Conselheiros, além de todos os participantes envolvidos. Haverá participação, em algumas etapas do trabalho, de pesquisadores e estudantes do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da Universidade de São Paulo (USP) São Carlos, Departamento de Ciências de Computação (ICC) no que diz respeito ao apoio ao desenvolvimento do *site* e identidade visual, além de que alguns dados serão utilizados para um dos envolvidos para seu tese de doutorado.

Esclarece-se que:

- As informações coletadas pelos registros do CMI serão utilizadas para os objetivos do estudo;
- Todas as informações ficarão em sigilo, e o anonimato sobre a identificação e as informações obtidas serão preservadas;

- O estudo não trará qualquer prejuízo quanto ao andamento das atividades do Conselho e com os envolvidos, e contribuirá com o tema em estudo junto à área da gerontologia. Poderá identificar alternativas e ações que favoreçam condições e alternativas para políticas públicas no município, além de multiplicar este tipo de modelo em outros.

Fica-se a disposição para esclarecimentos. Sem mais,

Vania Varoto

Profa. Dra. Vania A. G. Varoto
(Líder do Grupo de Pesquisa: Direito Cidade e Envelhecimento)
Terapeuta Ocupacional
Programa de Pós-Graduação em Gerontologia (PPGGero)
Departamento de Gerontologia (DGero)
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos
Fones (16) 3306-6677 – (16) 99766-5436
E-mail: vaniav@ufscar.br

Vania A. G. Varoto
Gerontologia / UFSCar
SIAPE - 2618887

Declaro que entendi os objetivos e benefícios da pesquisa. **A autorização do desenvolvimento deste estudo foi Aprovado pelo Conselho na 7 Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Idoso (CMI) do dia 19/02/2020.** A autorização compete ao manuseio dos registros e documentos do CMI de São Carlos, SP, além do desenvolvimento e divulgação do projeto e dos produtos indicados. Em nome deste Conselho, assumo total responsabilidade pelo termo.

São Carlos, 19 de fevereiro de 2020.

V. Aparecida Gurian Varoto

Vania Aparecida Gurian Varoto
Presidente em Exercício do Conselho Municipal do Idoso-CMI
São Carlos, SP
Rua: Joaquim Inácio de Moraes, 370, na Vila Irene
São Carlos, SP, Fone: (16) 3368-2970
E-mail: cmi@saocarlos.sp.gov.br

*Recebido em São
11/fev/2020. Será
colocado em pauta
para reunião do
dia 19/fev/2020*

7.2 Anexo 2: Parecer favorável da Secretaria Municipal de Educação de São Carlos
(autorização para aplicação de questionário nas escolas municipais de Ensino Fundamental)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Secretaria Municipal de Educação
Rua 13 de maio, 2000 - Centro - CEP: 13560-647 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3373-3222 / Fax: 3373-3227 - E-mail:educacao@saocarlos.sp.gov.br

São Carlos, 17 de agosto de 2021.

Ilmo Sra.
Wanda Aparecida Machado Hoffmann
Secretária Municipal da Educação

A Equipe Examinadora dos Projetos de Pesquisas do Departamento de Supervisão Escolar da Secretaria Municipal de Educação de São Carlos analisou o projeto de pesquisa de Lydiane da Silva Fernandes Vaz Ferreira, da Universidade Federal de São Carlos, vinculado(a) ao Programa de Pós Graduação em Gerontologia, intitulado **Conteúdo sobre o envelhecimento no ensino fundamental**, sob a orientação do(a) Profª Dra Vania Aparecida Gurian Varoto.

O trabalho em tela visa contribuir com as resoluções da III Conferência do Conselho Municipal do Idoso (CMI) do município de São Carlos, interior de São Carlos, que prevê a implementação de conteúdos do envelhecimento no ensino fundamental da cidade de São Carlos.

Para tanto, indica como objetivo principal: verificar os conteúdos e concepções adotadas sobre o envelhecimento nas Escolas do Ensino Fundamental de São Carlos, e propor um conjunto de conteúdo básico sobre o envelhecimento que possa compor o currículo formal das escolas.

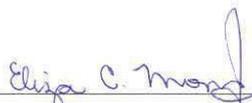
A metodologia de pesquisa descrita configura-se quanti qualitativamente baseada em estudo exploratório. Os procedimentos metodológicos consistem em questionário semiestruturado e revisão bibliográfica.

Considerando a importância de pesquisa nesta área para o avanço do conhecimento para possíveis atuações e apontamentos, a Equipe Examinadora dos Projetos de Pesquisas do Departamento de Supervisão Escolar da Secretaria Municipal de Educação de São Carlos **considerou procedente o pedido de autorização do projeto de pesquisa** desde que haja as devidas autorizações dos participantes, os dados de pesquisa sejam de uso exclusivo para fins acadêmicos, não sendo permitido o uso de imagem dos alunos, professores e equipe escolar. Ressaltamos que a gestão de cada Unidade Escolar possui autonomia para tomada de decisão sobre a participação ou não na pesquisa.

Pede-se, por gentileza, que planeje previamente os dias e horários da coleta de dados de modo a não comprometer a rotina diária da escola e, também, se comprometa a trazer uma devolutiva, no final do trabalho realizado, à esta Secretaria.

A pesquisa só poderá iniciar após o parecer positivo do Comitê de Ética da instituição. Deste modo, após o cumprimento desta etapa, a cópia do parecer positivo do Comitê de Ética deverá ser encaminhada, por meio do e-mail pesquisa@educacao.saocarlos.sp.gov.br para análise pela Equipe Examinadora dos Projetos de Pesquisas do Departamento de Supervisão Escolar da Secretaria Municipal de Educação de São Carlos, que procederá a elaboração definitiva de autorização para que o(a) pesquisador(a) esteja liberado para entrar em contato com a (s) unidade (s) escolar (es) e apresentar seu Projeto de Pesquisa.

Atenciosamente,



Profª Dra. Eliza Cristina Montalvão Ferri

Diretora de Departamento de Supervisão Escolar – SME / São Carlos

De acordo:



Profª. Dra. Wanda Aparecida Machado Hoffmann

Secretária Municipal da Educação

7.3 Anexo 3: Parecer favorável da Diretoria de Ensino de São Carlos. (autorização para aplicação de questionário nas escolas estaduais de Ensino Fundamental)



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
São Carlos



Parecer Técnico

Documento de Referência: Ofício

Interessado: Vania Aparecida Gurian Varoto e Lydiane da Silva Fernandes Vaz Ferreira

Assunto: Projeto de pesquisa

A professora do Departamento de Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Vania Aparecida Gurian Varoto e a mestranda Lydiane da Silva Fernandes Vaz Ferreira encaminharam para a Diretoria de Ensino - Região de São Carlos solicitação para apreciação do estudo Conteúdo do Envelhecimento no Ensino Fundamental.

O estudo tem por objetivo "verificar os conteúdos e concepções adotadas sobre o envelhecimento nas Escolas do Ensino Fundamental de São Carlos, e propor um conjunto de conteúdo básico sobre o envelhecimento que possa compor o currículo formal das escolas".

O estudo, em uma primeira etapa, será realizado através de questionário semiestruturado com "três itens básicos: 1- identificação da escola; 2- identificação de conteúdo sobre o envelhecimento, 3- identificação das atividades com conteúdo sobre o envelhecimento." Tal questionário "será aplicado no formato virtual por meio da ferramenta google forms, em virtude da adoção de medidas de enfrentamento da COVID-19, e poderá ser respondido pelo diretor ou coordenador pedagógico da Escola, ou alguma outra pessoa indicada pela direção." A segunda etapa do estudo consistirá na "revisão bibliográfica sobre o tema, utilizando bases de dados científicas (Medline, Lilacs, Scielo e Periódico CAPES no período 2011-2021), a partir das palavras-chaves: educação, gerontologia, idoso e ensino fundamental, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola."

O estudo "poderá indicar concepções sobre a velhice e o processo do envelhecimento que está disseminando no ensino fundamental" e os "dados poderão indicar se os conteúdos formais nas escolas de Ensino Fundamental da rede pública de São Carlos existem, e como são desenvolvidos sob a perspectiva do envelhecimento."

Considerando a importância de pesquisa para a formação da mestranda e para o enriquecimento do conhecimento sobre como o Ensino Fundamental está atuando com os alunos a respeito do tema Envelhecimento, sou de parecer favorável à realização do estudo. No entanto, as interessadas deverão solicitar autorização para os diretores das escolas estaduais que participarão da pesquisa, sendo que, ficam as pesquisadoras e as equipes escolares orientadas que os trabalhos de pesquisa deverão ser realizados fora do horário de trabalho dos profissionais das escolas.

À consideração superior.

Classif. documental	001.01.05.006
---------------------	---------------



Assinado com senha por EDVALDO VALERIO FRANCO DE OLIVEIRA - 02/09/2021 às 13:59:26.
Documento Nº: 23909142-9557 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23909142-9557>



SEDUCPAR202141916A

SIGA

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
São Carlos



São Carlos, 02 de setembro de 2021.

Edvaldo Valerio Franco de Oliveira
Supervisor de Ensino
São Carlos



Assinado com senha por EDVALDO VALERIO FRANCO DE OLIVEIRA - 02/09/2021 às 13:59:26.
Documento Nº: 23909142-9557 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23909142-9557>

2





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
São Carlos

Despacho normativo

Interessado: Vania Aparecida Gurian Varoto e Lydiane da Silva Fernandes Vaz
Ferreira

Assunto: Projeto de pesquisa

Acolho o parecer do Supervisor de Ensino.

As interessadas poderão realizar o estudo nas escolas da rede pública estadual jurisdicionadas à Diretoria de Ensino - Região de São Carlos.

Encaminhe-se para as interessadas para ciência.

São Carlos, 02 de setembro de 2021.

Debora Gonzalez Costa Blanco
Dirigente Regional de Ensino
São Carlos



Assinado com senha por DEBORA GONZALEZ COSTA BLANCO - 02/09/2021 às 15:40:12.
Documento Nº: 23927351-185 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23927351-185>

Classif. documental	001.01.05.001
---------------------	---------------



SEDUCDES2021253045A

SIGA



CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),

Prezado Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar, na função de representante legal da **Diretoria de Ensino – Região de São Carlos**, informo que o projeto de pesquisa, cujo título provisório é **Conteúdo sobre o envelhecimento no ensino fundamental** apresentado pelas pesquisadoras **Lydiane da Silva Fernandes Vaz Ferreira e Profa Dra Vania Aparecida Gurian Varoto** e que tem como objetivo principal **verificar os conteúdos e concepções adotadas sobre o envelhecimento nas Escolas do Ensino Fundamental de São Carlos, e propor um conjunto de conteúdo básico sobre o envelhecimento que possa compor o currículo formal das escolas**, foi analisado e autorizado sua realização apenas após a apresentação do parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar. Solicito a apresentação do Parecer de Aprovação do CEP-UFSCar antes de iniciar a coleta de dados nesta Instituição.

“Declaro conhecer a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.”

Assinatura: _____


Débora Gonzalez Costa Blanco
RG 16220403
CPF 081.514.948-40

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar / Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos,
Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br



Autenticado com senha por DEBORA GONZALEZ COSTA BLANCO - Dirigente Regional de Ensino / SCL - 03/09/2021 às 09:57:31.
Documento Nº: 23967553-9134 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=23967553-9134>

SIGA

8. APÊNDICES

8.1 Apêndice 1. Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Para o respondente.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

(Resolução 466/2012 do CNS)

Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Título do Projeto: Conteúdo sobre o envelhecimento no ensino fundamental

Convidamos o(a) senhor(a) a participar da pesquisa “Conteúdo sobre o envelhecimento no ensino fundamental”, que pretende analisar quais são os conteúdos acerca do envelhecimento no currículo formal das escolas de Ensino Fundamental à nível público da cidade de São Carlos, interior de São Paulo, e possíveis conteúdos a serem inseridos. O(A) senhor(a) foi convidado(a) por ser o profissional de educação, diretor, coordenador ou representante indicado pela direção da escola, que possui conhecimentos acerca do currículo da escola onde atua. Sua participação será como entrevistado da pesquisa. Para isso, responderá **voluntariamente** o questionário que será enviado, em formato eletrônico (via Formulários Google). O tempo necessário para responder este questionário é de, aproximadamente, 10 minutos. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento o(a) senhor(a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Caso o(a) senhor(a) não queira participar deste estudo, isso não implicará em nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores ou com as instituições relacionadas com a pesquisa.

Quanto aos riscos, há a possibilidade de identificação do conteúdo desenvolvido por sua escola. Também o preenchimento do questionário pode provocar algum desconforto, como sentir-se constrangido ou incomodado em responder alguma pergunta. Caso o(a) senhor(a) não se sentir à vontade com alguma pergunta ou situação, poderá interromper o preenchimento do questionário eletrônico e suas respostas serão descartadas. O descarte acontecerá por meio de impossibilidade de acesso e/ou resgate de sua resposta, uma vez que quando interrompido, o Google Forms não irá salvar as respostas do questionário. Caso você tenha algum problema relacionado à pesquisa e necessite de alguma ajuda, entre em contato com as pesquisadoras a qualquer momento (os contatos estão logo abaixo).

O(A) senhor(a) não terá nenhum custo ou compensação financeira ao participar do estudo, mas, caso se aplique, terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa. Também o (a) senhor (a) não terá nenhum

benefício direto. Entretanto, este trabalho irá contribuir para as diretrizes da III Conferência do Conselho Municipal do Idoso de São Carlos-SP, em relação à introdução de conteúdos acerca do envelhecimento no currículo formal das escolas de Ensino Fundamental.

É importante esclarecer que as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e anônimas ao público. Os resultados obtidos por esse projeto serão utilizados para fins científicos. As informações adquiridas nesta pesquisa serão utilizadas para elaboração de artigos científicos e poderão ser apresentadas em Congressos Nacionais e Internacionais, sempre mantendo sigilo da identidade dos participantes.

A segurança dos arquivos será feita através de medidas de proteção de arquivos em seus respectivos arquivos doc. e também a não exposição à possíveis hackeamentos em sistemas de nuvem. As respostas serão organizadas no Banco de dados do Grupo de Pesquisa responsável, no Departamento de Gerontologia da UFSCar e compartilhadas com o Conselho Municipal do Idoso de São Carlos, responsável pelas ações indicadas na III Conferência. Serão feitas, no mínimo, três cópias dos arquivos para melhor segurança da não perda dos dados.

O(a) senhor(a) poderá fazer o download de uma via deste termo, podendo salvar em formato PDF ou imprimir, no qual consta o telefone e o endereço das pesquisadoras, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Dados para contato

Pesquisador Responsável: Lydiane da Silva Fernandes Vaz Ferreira

Endereço: PPGero - Programa de Pós-Graduação em Gerontologia – UFSCar. Rodovia Washington Luis, km 235 - São Carlos - SP - BR CEP: 13565-905. Telefone (16) 3306-6745.

Contato telefônico: (16) 99371-1501

E-mail: lydiane@estudante.ufscar.br

Pesquisador Responsável: Profª Drª Vania Aparecida Gurian Varoto

Endereço: PPGero - Programa de Pós-Graduação em Gerontologia – UFSCar.
Rodovia Washington Luis, km 235 - São Carlos - SP - BR
CEP: 13565-905. Telefone (16) 3306-6745.

Contato telefônico: (16) 99766-5436

E-mail: vaniav@ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi **APROVADO** pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar, **PARECER N° .** O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos** (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa** (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Li, concordo com os termos dispostos neste documento e aceito participar da pesquisa. (Caso seja responsável indicado) A direção da Escola autorizou o preenchimento do questionário e, caso necessário, essa autorização poderá ser solicitada oficialmente pela equipe de pesquisa.

8.2 Apêndice 2. Questionário

QUESTIONÁRIO

Leitura obrigatória do **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)** e assinalação de concordância com TCLE e aceite da participação da pesquisa

ITEM 1 – Identificação da escola

Nome da escola: _____

1.1 Caracterização da escola

1.1.1 () Estadual () Municipal

1.1.2 () Pública () Privada

1.1.3 Ano de Fundação: _____

1.1.4 Endereço (Rua, Alameda, Avenida): _____

1.1.5 Bairro: _____ 1.1.6 Número: ____

1.1.7 Complemento: _____ 1.1.8 CEP: _____

1.2 Sobre o respondente

1.2.1 Inicial do nome: _____

1.2.2 Idade: _____

1.2.3 Sexo: () Feminino () Masculino

1.2.4 Formação inicial (graduação): _____

1.2.5 Formação Complementar: _____

1.2.6. Função que desempenha na escola: _____

1.2.7 Quanto tempo na função: () anos () meses

1.2.9 Gostaria de acrescentar algum comentário? _____

ITEM 2 – Identificação de conteúdo sobre o envelhecimento

2.1 Conteúdos acerca do envelhecimento já foram ou são desenvolvidos na escola?

Sim Não

Caso tenha respondido “Sim”, quais foram os conteúdos? _____

2.2 Os conteúdos sobre envelhecimento estão integrados ao currículo formal da escola?

Sim Não NA (Não se Aplica)

Caso tenha respondido “Sim” indique em quais turmas/ciclos de ensino: _____

Caso tenha respondido “Não”, qual atividade e/ou projeto que integrou este conteúdo? _____

2.3 Os conteúdos acerca do envelhecimento foram desenvolvidos por pessoas convidadas ou pelo professor responsável?

convidados. Vinculado a qual instituição: _____

professores. Liste de quais turmas/ciclos de ensino: _____

2.4 Gostaria de acrescentar algum comentário?

ITEM 3 – Identificação das atividades com conteúdo sobre o envelhecimento

Se você **IDENTIFICOU** algum conteúdo acerca do envelhecimento em sua escola, por favor, responda:

3.1 Quais ações foram feitas para o desenvolvimento do conteúdo na escola? Descreva-as.

3.2 Qual imagem do idoso você julga que este conteúdo passou aos alunos? Por quê?

3.3 Estas ações foram previstas no Projeto Político Pedagógico de sua escola? () Sim () Não

Caso tenha respondido “Sim”, de que modo foi prevista?

3.4 Gostaria de acrescentar algum comentário?

Se você **NÃO IDENTIFICOU** algum conteúdo acerca do envelhecimento em sua escola, por favor, responda:

3.5 Em algum momento durante seu planejamento na escola, pensou em trabalhar com o conteúdo de envelhecimento?

() Sim () Não

Caso tenha respondido “Sim” o que te motiva sobre este tema? _____

3.6 Qual conteúdo sobre o envelhecimento você acredita que poderia ser introduzido em sua escola?

3.7 Quais atividades você acredita que poderia desenvolver para a introdução deste conteúdo?

3.8 De que modo estas atividades poderiam ser realizadas?

3.9 Você acredita que o Projeto Político Pedagógico de sua escola oferece suporte para a introdução de conteúdos acerca do envelhecimento? Por quê?

3.10 Gostaria de acrescentar algum comentário?
